ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara Municipal de Tracunhaém

Casa Barão de Tracunhaém
Praça Costa Azevedo, 57

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TRACUNHAÉM

PREÂMBULO

Nós, Vereadores eleitos pelo povo de Tracunhaém, Estado de Pernambuco, com os poderes outorgados pela Constituição da República Federativa do Brasil e pela Constituição do Estado de Pernambuco, voltados exclusivamente para a construção de uma sociedade justa e humana, e visando promover o desenvolvimento geral do Município de Tracunhaém, assegurando à todos os mesmos direitos e oportunidades, sem quaisquer preconceitos e discriminações, garantindo dentro de sua competência e autonomia, apaz social e a harmonia indispensáveis ao progresso do Município e bem estar dos munícipes, preservando, em sua plenitude, a soberania popular, promulgamos, sob a proteção de DEUS, a seguinte LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TRACUNHAÉM.

xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TRACUNHAÉM

EMENTA: Institui a Lei Orgânica do Município de Tracunhaém, Estado de Pernambuco.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRACUNHAÉM, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições constitucionais, consignadas no Artigo 29 e seus parágrafos da Constituição da República Federativa do Brasil e no artigo 11, parágrafo único, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da nossa Carta Magna, bem como no Artigo 76 da Constituição do Estado de Pernambuco, faz saber que o PLENÁRIO aprovou e ela PROMULGA a seguinte LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TRACUNHAÉM.

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
CAPÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Município de Tracunhaém, é uma unidade integrante do território do Estado de Pernambuco, com personalidade jurídica de direito público interno e dotado de autonomia política, administrativa e financeira, nos termos assegurados pela Constituição da República Federativa do Brasil e Pela Constituição do Estado de Pernambuco, reger-se-á por esta Lei Orgânica, votada e aprovada por sua Câmara Municipal.

Art. 2º - Fica mantida a integridade do território do Município de Tracunhaém, cujos limites só poderão ser alterados de acordo com lei estadual.

§ 1º - A séde do Município lhe dá o nome e tem a categoria de cidade.

§ 2º - O território do Município poderá ser dividido, internamente, em distritos e sub-distritos, criados, organizados e extintos por lei municipal, observada a legislação estadual, e mediante a aprovação da população interessada, em prévio plebiscito.

§ 3º - O distrito terá o nome da respectiva séde, cuja categoria será a de vila e sua criação obedecerá aos seguintes requisitos:

I - população, eleitorado, e arrecadação não inferiores à quinta parte exigida para criação de município.

- continuação - 2 -

II - existência, na porovação-séde de, pelo menos, / cinquenta moradias, escola pública e posto de saúde.

III - comprovação, através de certidões emitidas pe - los órgãos competentes, de preenchimento dos requisitos estabelecidos nos ítens anteriores.

§ 4º - A alteração da divisão administrativa do Municí pio somente pode ser feita, quadrienalmente, no ano anterior ao / das eleições Municipais.

§ 5º - A instalação do Distrito se fará perante o Juiz de Direito da Comarca, na séde do Distrito.

Art. 3º - São poderes do Município, independentes e harmô nicos entre si, o Legislativo, exercido pela Câmara Municipal, e o Executivo, exercido pelo Prefeito Municipal.

Art. 4º - São símbolos do Município, a Bandeira, o Hino e o Brasão, representativos de sua cultura e história.

Parágrafo Único - O dia 20 (vinte) de Dezembro, comemo rativo da emancipação política do Município, é a sua data mágna.

Art. 5º - Constituem bens do Município, todas as coisas / móveis e imóveis, direitos e ações que, a qualquer título, lhes / pertençam.

CAPÍTULO II
DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO
SEÇÃO I
DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA

Art. 6º - Ao Município compete prover a tudo que se relacione ao seu peculiar interesse e ao bem estar de sua população, cabendo-lhe privativamente, entre outras, as seguintes atribuições: /

I - Legislar sobre assuntos de interesse local.

II - Suplementar a legislação Federal e Estadual, no que couber.

III - elaborar o seu Plano Diretor de Desenvolvimento e expansão urbana.

IV - Criar, organizar e suprimir Distritos, observada a legislação, mediante a aprovação da população interessada em prévio plebiscito.

V - Manter, com a cooperação técnica e financeira / da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensi no fundamental.

VI - Elaborar o Orçamento anual e Plurianual de In - vestimentos, com base em planejamento adequado.

VII - Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar as suas rendas, sem prejuizo da obrigato riedade de prestar contas e publicar os balancetes nos prazos fi-

- continuação - 3 -

xados em lei.

VIII - fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos.

IX - fispor sobre a organização, administração e execução dos serviços públicos locais, prestando-os, diretamente , ou sob o regime de concessão, permissão ou autorização.

X - dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos municipais.

XI - adquirir bens, inclusive mediante desapropriação por necessidade ou utilidade pública, e, interesse social.

XII - organizar o quadro e estabelecer o regime jurídico único dos seus servidores públicos.

XIII - planejar o uso e a ocupação do solo, estabelecendo normas para edificação, loteamento e arruamento, bem como , zoneamento urbano e rural, convenientes à ordenação de seu território.

XIV - conceder e renovar licença para localização e funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de / prestação de serviços e quaisquer outros, mantendo-os sob permanente fiscalização e revogando os respectivos alvarás dos que tornarem-se nocivos ou incovenientes à saúde, à higiene, ao meio ambiente, ao sossego, ao bem estar, à segurança e aos bons costumes, fazendo cessar a atividade ou determinando o fechamento do estabelecimento, de acordo com a lei.

XV - estabelecer servidões administrativas necessárias à realização de serviços, inclusive a dos seus concessionários.

XVI - regulamentar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente, no perímetro urbano.

a) determinar o intinerário e os pontos de parada dos transportes coletivos;

b) fixar os locais de estacionamento de táxis e / demais veículos;

c) conceder, permitir ou autorizar serviços de / transportes coletivos e de taxis e fixar as respectivas tarifas;

d) fixar e sinalizar os limites das "zonas de silêncio" e de trânsito e tráfego em condições especiais;

e) disciplinar os serviços de carga e descarga e fixar a tonelagem máxima permitida à veículos que circulam em vias públicas. XVII - sinalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar a sua utilização.

XVIII- prover sobre a limpeza das vias e logradouros públicos, remoção e destino do lixo domiciliar e de outros resíduos de qualquer natureza.

XIX - ordenar as atividades urbanas, fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços, observadas as normas federais e estaduais pertinentes.

- continuação - 4 -

XX - dispor sobre o serviço funerário e de cemitérios, encarregando-se da administração daqueles que forem públicos e fiscalizando os pertencentes à entidades privadas.

XXI - regulamentar, licenciar, permitir, autorizar e fiscalizar a afixação de cartazes e anúncios, bem como a utilização de quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal.

XXII - prestar serviços de atendimento à saúde da população, inclusive nas emergências médico-hospitalares de pronto socorro, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado;

XXIII - organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício do seu poder de polícia administrativa.

XXIV - fiscalizar, nos locais de vendas, peso, medidas e condições sanitárias dos gêneros alimentícios.

XXV - dispor sobre o depósito e vendas de animais e / mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal.

XXVI - dispor sobre o registro, vacinação, captura e / destino de animais, com a finalidade de erradicar as moléstias de que possam ser portadores ou transmissores.

XXVII - promover a proteção ambiental, preservando os / mananciais e coibindo práticas que coloquem em risco a função ecológica da fauna e da flora, provoquem a extinção de espécies ou / submetam os animais à crueldade.

XXVIII - determinar locais para instalação de depósitos de sucatas de ferro, vidros, plásticos e outros materiais que possam contribuir, pela sua natureza, a qualquer tipo de poluição.

XXIX - manter programas de prevenção e socorro nos casos de calamidade pública, em que a população tenha os seus recursos, meios de abastecimento ou de sobrevivência prejudicados, e, / para tanto, disporá do sistema municipal de defesa civil.

XXX - organizar os conselhos municipais.

XXXI - fixar os feriados municipais, observando as normas federais e estaduais pertinentes.

XXXII - assegurar a expedição de certidões requeridas / às repartições administrativas municipais, para defesa de direitos e esclarecimentos de situações, estabelecendo os prazos de atendimento.

XXXIII - promover a proteção do patrimonio histórico e / cultural do município.

XXXIV - estabelecer penalidades, dispondo sobre a competência das autoridades com poder de aplicá-las, por infração de / suas leis e regulamentos.

XXXV - promover os seguintes serviços:

a) mercados, feiras e matadouros.

b) construção e conservação de estradas e caminhos municipais.

- continuação - 5 -

c) trnasportes coletivos estritamentes municipais
d) iluminação pública.

§ 1º - as normas de loteamento e arruamento a que se refere o inciso XIII deste artigo deverão exigir reserva de áreas destinadas a:

a) zonas verdes e demais logradouros públicos.
b) vias de tráfego e de passagem de canalizações / públicas, de esgotos e de águas pluviais nos fundos dos vales.
c) passagem de canalizações públicas, de esgotos e de águas pluviais com largura mínima de dois metros nos fundos de lotes, cujo desnível seja superior a um metro da frente ao fundo.

§ 2º - A Lei Complementar de criação da guarda municipal estabelecerá a organização e competência dessa força auxiliar na proteção dos bens, serviços e instalações municipais.

SEÇÃO II
DA COMPETÊNCIA COMUM

Art. 7º - É da competência administrativa comum do Município, da União e do Estado, observada a Lei Complementar Federal, o exercício das seguintes medidas:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e / das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.

II - cuidar da saúde e da assistência pública, da / proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências.

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis, os sítios arqueológicos e turísticos.

IV - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência e tecnologia, ao desporto, à comunicação social e ao turismo.

V - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

VI - fomentar a agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.

VII - promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

VIII - combater as causas da pobreza e os fatores de / marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos

IX - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos à pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território, exigindo dos responsáveis pelos respectivos projetos, laudos e pareceres técnicos, emitidos pelos órgãos / competentes e habituais, para comprovar que os empreendimentos:

a) não acarretarão desequilíbrio ecológico, prejudi-

- continuação - 6 -

cando, as florestas, a flora, a fauna e a paisagem em geral;

b) não provocarão erosão no solo.

X - estabelecer e implantar política de educação / para a segurança do trânsito.

XI - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor históricos, artístico ou cultural.

SEÇÃO III
DA COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR

Art. 8º - Ao Município compete suplementar a legislação / federal e a estadual no que couber e naquilo que disser respeito a seu peculiar interesse, especialmente sobre:

I - dispor sobre a prevenção contra incêndio.

II - a assistência social.

III - a proteção da infância, dos adolescentes, dos idosos e das pessoas portadoras de deficiência.

IV - o incentivo ao turismo, ao comércio e à indústria.

V - o incentivo e o tratamento jurídico diferenciado às micro-empresas e empresas de pequeno porte, assim definidas em lei federal e na forma da Constituição Estadual.

CAPÍTULO III
DAS VEDAÇÕES

Art. 9º - Ao município é vedado:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles / ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

II - recusar fé aos documentos públicos.

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si, e entre municípios e estados.

IV - subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviço de alto-falante, gráfica, jornal ou qualquer outros meios de comunicação, propaganda político-partidária ou fins estranhos à administração.

V - manter a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos que não tenham caráter educativo, informativo ou de orientação social, assim como a publicidade da qual constam nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

VI - outorgar isenções e anistia fiscais ou permitir a remissão de dívidas, sem interesses público justificando, sob pen

- continuação - 7 -

pena de nulidade do ato.

VII - instituir ou majorar tributo sem lei que o estabeleça;

VIII - instituir impostos sobre:

a) o patrimônio, a renda ou os serviços da União, do Estado ou Município.

b) os templos de qualquer culto

c) o patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.

e) bens de entidades desportivas, culturais ou recreativas, legalmente organizadas e registradas.

§ 1º - a vedação do inciso VIII, "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 2º - as vedações do inciso VIII, "a", e do parágrafo anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contra-prestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 3º - as vedações expressas no inciso VIII, alínea B e C, compreendam somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

IX - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

X - estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destina.

XI - contrair empréstimo externo, sem prévia autorização do Senado Federal, solicitada por intermédio da Assembléia Legislativa do Estado.

XII - cobrar tributos:

a) - em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituido ou majorado.

b) - no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

- continuação - 8 -

XIII - estabelecer limitações ao tráfego de qualquer natureza, por meio de tributos intermunicipais ressalvada cobrança de taxas, inclusive pedágio, que se destinem exclusivamente, à indenização das despesas de construção, conservação e melhoramento de vias.

§ 1º - os serviços públicos concedidos, não gozam de isenção tributária, salvo quando estabelecida pelo poder competente para tributar ou quando a União ou Estado a instituir em Lei Especial, relativamente aos próprios serviços, tendo em vista o interesse comum.

§ 2º - é vedado aos Poderes Municipais delegarem as suas atribuições. O cidadão investido em função de um deles, não poderá exercer no outro, qualquer função.

XIV - utilizar tributos com efeito de confisco.

TÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES
CAPÍTULO I
DO PODER LEGISLATIVO
SEÇÃO I
DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 10º - O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Cada legislatura terá a duração de quatro anos, compreendendo cada uma sessão legislativa.

Art. 11 - A Câmara Municipal de Tracunhaém é composta de Vereadores eleitos pelo sistema proporcional, como legítimos representantes do povo, com mandato de quatro anos, pelo voto direto e secreto.

§ 1º - são condições de elegibilidade para o mandato de Vereador, na forma da Lei Federal:

I - a nacionalidade brasileira.
II - o pleno exercício dos direitos políticos.
III - o alistamento eleitoral.
IV - o domicílio eleitoral no município.
V - a filiação partidária.
VI - a idade mínima de dezoito anos; e
VII - ser alfabetizado.

§ 2º - o número de vereadores será fixado pela Justiça Eleitoral, tendo em vista a população do Município e observados os limites estabelecidos no Art. 29, IV, da Constituição Federal, e no que disciplina a Lei Complementar pertinente.

Art. 12 - A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente, na séde do Município, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

§ 1º - as reuniões marcadas para essas datas serão //

- continuação - 9 -

transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º - a Camara se reunirá em sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes, conforme dispuser o Regimento Interno.

I - em cada período serão realizadas 09 (nove) reuniões ordinárias.

II - considerar-se-ão extraordinárias as reuniões / realizadas em dias diversos dos determinados pelo Regimento Interno para realização das reuniões ordinárias.

III - a convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á:

a) pelo Prefeito Municipal
b) pelo Presidente da Câmara Municipal
c) pela maioria dos membros da Câmara Municipal

§ 3º - na sessão legislativa extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada.

§ 4º - as reuniões extraordinárias serão remuneradas na mesma base da remuneração atribuída à reunião ordinária, entendendo-se como tal o quociente da divisão do subsídio mensal pelo número de reuniões ordinárias do período.

Art. 13 - As deliberações da Câmara serão tomadas por maioria de votos, presentes a maioria de seus membros, salvo disposição em contrário constante na Constituição Federal e nesta Lei Orgânica.

Art. 14 - As sessões da Câmara deverão ser realizadas no recinto destinado ao seu funcionamento, considerando-se nulas as que se realizarem fora dele.

§ 1º - comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto da Câmara, ou outra causa que impeça a sua utilização, poderão ser realizadas em outro local, por decisão do Presidente da Câmara.

§ 2º - as sessões solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara.

Art. 15 - As sessões da Câmara serão públicas, salvo deliberação em contrário, de 2/3 (dois terços) dos Vereadores, adotada em razão de motivo relevante.

Art. 16 - As sessões somente poderão ser abertas com a / presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Câmara.

Parágrafo Único - Considerar-se-á presente à sessão o Vereador que assinar o livro de presença até o início da Ordem do Dia, participar dos trabalhos do Plenário e das votações.

SEÇÃO II
DO FUNCIONAMENTO DA CÂMARA

Art. 17 - A Câmara reunir-se-á em sessões preparatórias ,

- continuação - 10 -

a partir de 1º de janeiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição da Mesa.

§ 1º - a posse ocorrerá em sessão solene, que se realizará independente de número, sob a presidência do Vereador mais votado dentre os presentes.

§ 2º - o Vereador que não tomar posse na sessão prevista no parágrafo anterior, deverá fazê-lo dentro do prazo de 15 (quinze) dias do início do funcionamento normal da Câmara, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 3º - imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a Presidência do mais votado entre os presentes e / havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que serão automaticamente empossados.

§ 4º - inexistindo número legal, o Vereador mais votado dentre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

§ 5º - a eleição da Mesa da Câmara, para o segundo biênio, far-se-á no dia primeiro de janeiro do terceiro ano de cada legislatura, considerando-se automaticamente empossados os eleitos.

§ 6º - no ato da posse os Vereadores juntamente com o Prefeito e o Vice-Prefeito, deverão fazer a declaração de seus / bens, a entrega do diploma e a prestação de compromissos legal, / de pé, nos seguintes termos: "Prometo manter, defender e cumprir a Constituição da República Federativa do Brasil, e a deste Estado, respeitar as leis, promover o bem coletivo e exercer o meu / cargo sob a inspiração das tradições de lealdade, bravura e patriotism do povo pernambucano".

§ 7º - a declaração de bens de que trata o parágrafo / anterior será repetida ao término do mandato.

Art. 18 - O mandato da Mesa será de 02 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, dentro da mesma legislatura.

Art. 19 - A Mesa da Câmara se compõe do Presidente, do 1º Secretário e do 2º Secretário, os quais se substituirão nesta ordem:

§ 1º - na constituição da Mesa e na formação das Comissões é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Casa.

§ 2º - Na ausência dos Membros da Mesa, o Vereador mais votado, dentre os presentes, assumirá a Presidência.

§ 3º - qualquer componente da Mesa poderá ser destituido da mesma, por Resolução aprovada pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, quando faltoso, omisso ou ineficiente no /

- continuação - 11 -

no desempenho de suas funções regimentais, elegendo-se outro Vereador para a complementação do mandato.

Art. 20 - A Câmara terá Comissões Permanentes e Temporárias, estas podendo ser Especiais ou de Inquérito, constituídas na forma e com as atribuições previstas nesta Lei Orgânica, no Regimento Interno, da Câmara, ou no ato de sua criação.

§ 1º - às Comissões Permanentes, em razão da matéria / de sua competência, cabe:

I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do Regimento Interno, a competência do Plenário, salvo / se houver recurso de qualquer Vereador.

II - realizar audiências públicas com entidades da / sociedade civil.

III - convocar os Secretários Municipais ou Diretores equivalentes, para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições.

IV - receber petições, reclamações, representações / queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas municipais.

V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão.

VI - exercer, no âmbito de sua competência, a fiscalização dos atos do Executivo e da Administração Indireta.

VII - apreciar programas de obras e planos de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.

VIII - acompanhar junto à Prefeitura Municipal e à Mesa Diretora da Câmara, a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução.

§ 2º - As Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno da Casa, serão criadas pela Câmara Municipal, mediante requerimento de um terço dos seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 21 - Qualquer entidade da sociedade civil poderá solicitar ao Presidente da Câmara que lhe permita emitir conceitos ou opiniões, junto às Comissões, sobre projetos que nelas se encontrem para estudo.

Parágrafo Único - O Presidente da Câmara enviará o pedido ao Presidente da respectiva Comissão, a quem caberá deferir ou indeferir o requerimento, indicando, se for o caso, dia e hora para o pronunciamento e seu tempo de duração.

Art. 22 - À Câmara Municipal, observado o disposto nesta Lei Orgânica, compete elaborar seu Regimento Interno, dispondo so

- continuação - 12 -

sobre sua organização, polícia, e provimento de cargos de seus / serviços e, especialmente, sobre:

I - sua instalação e funcionamento.

II - posse de seus memoros.

III - eleição da Mesa, sua composição e suas atribuições.

IV - número de reuniões mensais

V - comissões e indicações de líderes e vice-líderes.

VI - deliberações.

VII - todo e qualquer assunto de sua administração / interna.

Art. 23 - Por deliberação da maioria de seus membros, a / Câmara poderá convocar Secretário Municipal ou Diretor equivalente para, pessoalmente, prestar informações a cerca de assuntos / previamente estabelecidos.

Parágrafo Único - A falta de comparecimento de Secretário Municipal ou Diretor equivalente, salvo motivo justo, será / considerado desacato à Câmara, e, se o Secretário ou Diretor for Vereador licenciado, o não comparecimento nas condições mencionadas caracterizará procedimento incompatível com a dignidade da Câmara, para instauração do respectivo processo, na forma da Lei Federal, e consequente cassação do mandato.

Art. 24 - O Secretário Municipal ou Diretor equivalente, a seu pedido, poderá comparecer perante o Plenário ou qualquer Comissão da Câmara para expor assunto e discutir projeto de lei ou qualquer outro ato normativo relacionado com o seu serviço administrativo.

Art. 25 - A Mesa da Câmara poderá encaminhar pedidos escritos de informação aos Secretários Municipais ou Diretores equivalentes, importando crimes de responsabilidade a recusa ou o não atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informação falsa.

SEÇÃO III
D A M E S A

Art. 26 - Compete à Mesa, dentre outras atribuições estabelecidas no Regimento Interno.

I - tomar todas as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos.

II - propor projetos de Resolução, ao Plenário, que criem, extinguam ou transformem cargos, empregos ou funções da Câmara Municipal, bem como a fixação da respectiva remuneração, observadas as determinações legais.

III - propor projetos de lei dispondo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, através da anulação parci

- continuação - 13 -

al ou total da dotação Orçamentária da Câmara Municipal.

IV - promulgar a Lei Orgânica e suas emendas.

V - contratar, na forma da lei, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

VI - suplementar, por resolução, as dotações do Orçamento da Câmara Municipal, observado o limite da autorização da lei orçamentária, desde que os recursos para a sua cobertura sejam provenientes de anulação de sua dotação ou de reserva de contigência.

VII - elaborar e remeter ao Executivo a proposta Orçamentária da Câmara, até 31 de agosto de cada ano, a ser incluída na lei orçamentária do Município.

V VIII - devolver à Prefeitura o saldo de caixa existente na Câmara Municipal, no final de cada exercício.

Parágrafo Único - Compete ainda, privativamente à Mesa, regulamentar, por Resolução, os seguintes direitos assegurados nesta Lei Orgânica:

I - concessão, em caso de falecimento de Vereador ou Vereadora, no exercício do mandato, ao conjuge sobrevivente, de uma pensão mensal vitalícia e intransferível equivalente a 80% (oitenta por cento) da remuneração mensal paga ao Vereador;

II - pagamento a ex-Vereador, que tenha exercido o mandato por 20 (vinte) anos ou mais, de forma ininterrupta ou alternada, de uma remuneração equivalente a 80% (oitenta por cento) da remuneração mensal percebida pelo Vereador em exercício, sendo a mesma intransferível, sob qualquer pretexto;

III - a remuneração de que trata o inciso anterior será suspensa, sempre que o ex-Vereador se investir em mandato eletivo, permanecendo a suspensão pelo período em que durar o mandato.

Art. 27 - Dentre outras atribuições, compete ao Presidente da Câmara:

I - representar a Câmara em juizo ou fóra dêle.

II - dirigir, executar e disciplinar os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara, fazendo lavrar os atos pertinentes.

III - interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno.

IV - promulgar as Resoluções e decretos legislativos bem como as leis que receberem sanção tácita e as cujo veto tenham sido rejeitado pelo Plenário, desde que não aceita esta decisão, em tempo hábil, pelo Prefeito.

V - fazer publicar dentro de 15 dias, os atos da Mesa, as resoluções, decretos legislativos e as leis que vier a promulgar.

- continuação - 14 -

VI - autorizar as despesas da Câmara.

VII - representar por decisão da Câmara, sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal.

VIII - requisitar as dotações orçamentárias da Câmara Municipal.

IX - apresentar ao Plenário, até o dia 20 de cada mês, o balancete orçamentário do mês anterior.

X - solicitar e encaminhar pedido de intervenção / no Município nos casos admitidos pela Constituição Federal e pela Constituição Estadual, em cumprimento a decisão da maioria absoluta da Câmara.

XI - manter a ordem no recinto da Câmara, podendo / solicitar a força necessária para esse fim.

XII - encaminhar, para parecer prévio, a prestação / de contas do município ao Tribuaal de Contas do Estado ou órgão a que for atribuida tal competência.

XIII - determinar a prestação de informações por escrito e expedir certidões requeridas para a defesa de direitos e esclarecimentos de situação.

XIV - exercer a chefia do Poder Executivo Municipal em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-Prefeito ou de vacância dos respectivos cargos.

XV - declarar extinto o mandato do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, nos casos previstos em lei.

Art. 28 - O Presidente da Câmara, ou quem o substituir, só terá direito a voto, nas seguintes hipóteses:

I - na eleição da Mesa

II - quando a matéria exigir, para a sua aprovação o voto favorável de dois terços dos membros da Camara

III - quando ocorrer empate em qualquer votação no / plenário.

IV - sempre que a matéria exigir, para a sua aprovação, a decisão por escrutínio secreto.

Art. 29 - Dentre outras atribuições, compete ao 1º Secretário:

I - substituir o Presidente nos seus impedimentos, ausências ou licenças.

II - promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, / as resoluções e os decretos legislativos, sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixar de faze-lo no prazo estabelecido no artigo da Lei de Organização Municipal, bem como as leis que o Prefeito Municipal e o Presidente da Câmara, sucessivamente, tenham deixado de faze-lo, sob pena de torná-la, tacitamente, promulgado.

III - superintender a redação da Ata das Sessões, resumindo os trabalhos e assiná-la juntamente com o Presidente.

IV - redigir e transcrever a Ata das Sessões Secre-

- continuação - 15 -

tas;

V - fazer a chamada dos Vereadores.

VI - registrar, em livro próprio, os precedentes firmados na aplicação do Regimento Interno.

VII - fazer a inscrição dos Oradores, na pauta dos trabalhos.

VIII - assinar com o Presidente os Atos da Mesa e as Resoluções da Câmara.

IX - inspecionar os serviços da Secretaria e fazer observar o Regulamento.

Art. 30 - Compete ao 2º Secretário auxiliar e substituir o 1º Secretário nas suas faltas, licenças ou impedimentos.

SEÇÃO IV
DOS VEREADORES

Art. 31 - Os Vereadores são invioláveis, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.

Art. 32 - Os Vereadores não são obrigados a testemunhar perante a Câmara, sobre informações recebidas ou prestadas, em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

Art. 33 - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas aos Vereadores ou a percepção, por estes, de vantagens indevidas.

Art. 34 - É vedado ao Vereador:

I - <u>desde a expedição do diploma</u>:

a) firmar ou manter contrato com o município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço públicos, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam admissíveis "ad nutum", nas entidades constantes da alínea anterior.

II - <u>desde a posse</u>:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato celebrado com o município ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo, função ou emprego de que sejam demissíveis "ad nutum" nas entidades da alínea "a" do inciso I, salvo o cargo de secretário municipal ou equivalente, desde que licencie do exercício do mandato;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea "a", do inciso I;

- continuação - 16 -

d) ser titular de mais de um mandato eletivo.

Art. 35 - Perderá o mandato o Vereador:

I - que infrigir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior.

II - cujo procedimento for declarado incompatível / com o decoro parlamentar.

III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, / salvo em caso de licença ou de missão oficial autorizada.

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal.

VI - que sofrer condenação criminal, por sentença / transitada em julgado, sem direito a "sursis".

VII - que deixar de residir no município.

VIII - que deixar de tomar posse, sem motivo justificado, dentro do prazo estabelecido nesta Lei Orgânica.

IX - que utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa.

§ 1º - extingue-se o mandato, e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, quando ocorrer falecimento ou renúncia por escrito do Vereador.

§ 2º - nos casos dos incisos I, II, VI e VII deste artigo, a perda do mandato será decidida pela Câmara, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de Partido Político representado na Câmara, assegurado ampla defesa.

§ 3º - nos casos dos incisos III, IV, V, VIII e IX, a perda do mandato será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício / ou mediante provocação de qualquer Vereador ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

Art. 36 - O Vereador poderá licenciar-se:

I - por motivo de doença.

II - para desempenhar missões temporárias de caráter cultural ou de interesse do Município.

III - para tratar de interesse particular por prazo indeterminado, nunca inferior a 30 (trinta) dias, não podendo reassumir o exercício do mandato, antes do término da licença.

§ 1º - Para fins de remuneração, considerar-se-á como exercício, o Vereador licenciado nos termos dos incisos I e II.

§ 2º - o Vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente não perderá o mandato, considerando-se automaticamente licenciado.

Art. 37 - Dar-se-á a convocação do suplente de Vereador nos casos de vaga, ou de licença.

§ 1º - o suplente convocado, deverá tomar posse no / prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de convocação, salvo motivo justo aceito pela Câmara, quando se prorrogará o prazo.

- continuação - 17 -

§ 2º - em caso de vaga, não havendo suplente, o Presidente comunicará o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, diretamente ao Tribunal Regional Eleitoral.

§ 3º - enquanto a vaga não for preenchida, calcular-se-á o "quorum" em função dos Vereadores remanescentes.

Art. 38 - A extinção e cassação do mandato de Vereador dar-se-á, nos casos e na forma da Legislação Federal.

SEÇÃO V
DO PROCESSO LEGISLATIVO

Art. 39 - O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

I - emendas à Lei Orgânica Municipal
II - leis complementares
III - leis ordinárias
IV - leis delegadas
V - Resoluções
VI - Decretos Legislativos.

Art. 40 - A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.
II - do Prefeito Municipal
III - de iniciativa popular.

§ 1º - a proposta será discutida e votada em dois turnos com interstício mínimo de dez dias e aprovada com o voto favorável de dois terços dos membros da Câmara.

§ 2º - a emenda aprovada à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem.

§ 3º - a Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal ou estadual no município, em estado de defesa ou estado de sítio.

§ 4º - a matéria constante de proposta da emenda rejeitada ou havida por prejudicada, somente poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, mediante iniciativa da maioria absoluta dos membros da Câmara ou as emendas de iniciativa popular.

Art. 41 - A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e ao eleitorado que a exercerá sob a forma de moção articulada, subscrita, no mínimo, por cinco por cento do total do número de eleitores do Município.

Art. 42 - As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Camara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.

Páragro Único - Serão leis complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:

- continuação - 18 -

I - Código Tributário
II - Código de Obras
III - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
IV - Código de Postura
V - Estatutos dos Servidores Públicos Municipais
VI - Lei Orgânica Instituidora da Guarda-Municipal.

Art. 43 - São de iniciativa privativa do Prefeito do Município as leis que disponham sobre:

I - criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta e autárquica ou aumento de sua remuneração.

II - servidores públicos do município, seu regime / jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.

III - organização administrativa, matéria tributária e serviços públicos e pessoal da administração.

IV - criação, estruturação e atribuições da Secretaria e órgãos da administração pública.

V - matéria orçamentária, e a que autorize a abertura de créditos ou conceda auxílios, prêmios e subvenções.

Parágrafo Único - Não será admitido aumento na despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa privativa do Prefeito, ressalvado o disposto na Constituição Federal e na Constituição Estadual.

II - nos projetos sobre a organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Art. 44 - Nos projetos de sua iniciativa, o Prefeito poderá solicitar à Câmara Municipal que os aprecie em regime de urgência.

§ 1º - Recebida a solicitação do Prefeito, a Câmara terá o prazo de 30 (trinta) dias para apreciação do Projeto de que trata o pedido.

§ 2º - não havendo deliberação sobre o projeto, no / prazo previsto, será este incluído na Ordem do Dia, sobrestando-se as demais proposições, para que se ultime a votação.

§ 3º - o prazo de que trata este artigo será suspenso durante o recesso parlamentar.

Art. 45 - Transcorridos trinta dias do recebimento de / qualquer projeto de lei em tramitação na Câmara Municipal, seu / Presidente, a requerimento de qualquer Vereador, mandará incluí-lo na Ordem do Dia para ser discutido e votado, independentemente de parecer.

Parágrafo Único - O projeto de lei somente será retirado da Ordem do Dia se o autor desistir do mesmo.

Art. 46 - As matérias constantes de projeto de lei rejeitado somente poderão constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria dos membros da /

- continuação - 19 -

Câmara Municipal.

Art. 47 - Aprovado o projeto de lei, será este enviado ao Prefeito, que aquiescendo, o sancionará.

§ 1º - o Prefeito considerando o projeto, notodo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, expondo os motivos do veto, devolvendo o Projeto ou a parte vetada ao Presidente da Câmara, dentro de quarenta e oito horas.

§ 2º - o veto parcial deverá abranger o texto integral do artigo, de parágrafos, de incisos ou alíneas.

§ 3º - Decorrido o prazo de quinze dias úteis, o silêncio do Prefeito importará sanção.

§ 4º - o veto será apreciado no prazo de trinta dias, a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto / da maioria absoluta dos membros da Câmara, em escrutínio secreto.

§ 5º - se o veto for rejeitado, será o projeto enviado ao Prefeito, pelo Presidente da Câmara, em quarenta e oito horas para promulgação.

§ 6º - esgorado, sem deliberação, o prazo estabelecido no parágrafo 4º, o veto será colocado na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final.

§ 7º - se nas hipóteses dos parágrafos 3º e 5º, a lei não for promulgada pelo Prefeito, no prazo de quarenta e oito horas, o Presidente da Câmara a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao 1º Secretário da Câmara fazê-lo.

§ 8º - nos casos de veto parcial, as disposições aprovadas pela Câmara serão promulgadas pelo seu Presidente, no prazo de quarenta e oito horas, com o mesmo número de lei original.

§ 9º - o prazo previsto no parágrafo 4º não contam nos períodos de recesso da Câmara;

§ 10 - a manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§ 11 - na apreciação do veto, a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no seu texto.

Art. 48 - As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito, que deverá solicitar a delegação à Câmara Municipal.

§ 1º - os atos de competência privativa da Câmara, a / matéria reservada à lei complementar e diretrizes orçamentárias / não serão objetos de delegação.

§ 2º - a delegação ao Prefeito terá a forma de Resolução da Câmara Municipal, que especificará o seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º - se a Resolução determinar a apreciação do Projeto pela Câmara, esta a fará em votação única, vedada qualquer emenda.

Art. 49 - Os projetos de Resolução disporão sobre matéria

- continuação - 20 -

de interesse interno da Câmara e os Projetos de Decreto Legislativo sobre os demais casos de sua competência privativa.

Parágrafo Único - nos casos de projetos de resolução e de projeto de decreto legislativo, considerar-se-á encerrada com a votação final a elaboração da norma jurídica, que será promulgada pelo Presidente da Câmara.

SEÇÃO VI
DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA, ORÇAMENTÁRIA, OPERACIONAL E PATRIMONIAL

Art. 50 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e dos órgãos e entidades da administração direta e indireta, e de quaisquer entidades constituidas ou mantidas pelo Município, quanto à legalidade, legitimidade, moralidade, publicidade, eficiência, eficácia e economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada um dos Poderes, observado o disposto nos artigos 70 e 75 da Constituição Federal.

Parágrafo Único - Prestará contas qualquer pessoa física, jurídica ou entidade que utilize, arrecada, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos, pelos quais o Município responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Art. 51 - O controle externo, a cargo da Câmara Municipal, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete, além das atribuições previstas no artigo 71, da Constituição Federal, adaptados ao Município, a apreciação das contas do Prefeito e da Mesa da Câmara, o acompanhamento das atividades financeiras e orçamentárias do Município e o desempenho das funções de auditoria financeira e orçamentária.

§ 1º - o Tribunal de Contas do Estado terá amplo poder de investigação, cabendo-lhe requisitar e examinar, diretamente ou através de seu corpo técnico, a qualquer tempo, todos os elementos necessários ao exercício de suas atribuições.

§ 2º - não poderá ser negada qualquer informação a pretexto de sigilo, ao Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º - A Mesa ou qualquer Comissão da Câmara Municipal poderão requisitar, em caráter reservado, ao Tribunal de Contas do Estado, informações sobre inspeção realizada por este, ainda que as conclusões não tenham sido julgadas ou aprovadas.

§ 4º - compete ao Tribunal de Contas do Estado, avaliar a eficiência e a eficácia dos sistemas de controle interno dos órgãos e entidades por ele fiscalizados.

Art. 52 - Para efeitos dos procedimentos previstos no Artigo 72, da Constituição Federal, é competente, na esfera munici-

- continuação - 21 -

pal, a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara.

Art. 53 - As contas do Prefeito e da Mesa da Câmara Municipal, prestadas anualmente, deverão ser julgadas pela Câmara Municipal, no prazo de trinta dias, após o recebimento do parecer / prévio do Tribunal de Contas do Estado, cuja rejeição só se verificará por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, / considerando-se aprovado ainda o parecer do Tribunal de Contas, / se dentro do prazo aquiestipulado, não tiver sido expressamente / rejeitado.

Parágrafo Único - As contas relativas à aplicação dos recursos transferidos pela União e pelo Estado, serão prestadas / na forma da legislação federal e estadual em vigor, podendo o município suplementar essas contas, sem prejuizo de sua inclusão na prestação anual de contas.

Art. 54 - O Poder Executivo manterá sistema de controle / interno, a fim de:

I - criar condições indispensáveis para assegurar a eficácia ao controle externo e regularidade à realização da Receita e Despesa.

II - acompanhar as execuções de programas de trabalho e do orçamento.

III- avaliar os resultados alcançados pelos administradores.

IV - verificar a execução dos contratos.

Art. 55 - As contas do Município ficarão durante sessenta dias, anualmente, antes de sua remessa à Câmara, para encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado, à disposição de qualquer / contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, na forma da lei.

Art. 56 - O Município obedecerá, no que lhe for aplicável, as normas de fiscalização financeira e orçamentária estabelecidas na Constituição Federal, na Constituição Estadual, e na legislação pertinente.

CAPÍTULO II
DO PODER EXECUTIVO
SEÇÃO I
DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 57 - O Poder Executivo Municipal é exercido pelo Prefeito, com funções políticas, executivas e administrativas, auxiliado pelos Secretários Municipais ou Diretores equivalentes e pelos sub-Prefeitos Municipais.

Parágrafo Único - aplica-se à elegibilidade para Prefeito e Vice-Prefeito o disposto no § 1º do Artigo 11, desta Lei Orgânica e a idade mínima de vinte e um anos.

Art. 58 - A eleição do Prefeito, do Vice-Prefeito e Verea-

dores realizar-se-á, simultaneamente, nos termos estabelecidos no Artigo 29, inciso I e II da Constituição Federal.

Art. 59 - O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse no / dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição, em sessão solene da Câmara Municipal, ou se esta não estiver reunida, perante a Autoridade Judiciária Competente, ocasião em que prestarão, de pé, o seguinte compromisso legal: "PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A DESTE ESTADO, RESPEITAR AS LEIS, PROMOVER O BEM COLETIVO E EXERCER O MEU CARGO SOB A INSPIRAÇÃO DAS TRADIÇÕES DE LEALDADE, BRAVURA E PATRIOTISMO DO POVO PERNAMBUCANO".

Parágrafo Único - Decorridos dez dias da data fixada / para a posse, o Prefeito ou o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior aceito pela Câmara, não tiver assumido o cargo este será declarado vago.

Art. 60 - Substituirá o Prefeito, no caso de impedimento e sucederlhe-á, no de vaga, o Vice-Prefeito.

§ 1º - O Vice-Prefeito não poderá se recusar a substituir o Prefeito, sob pena de extinção do mandato, salvo motivo de força maior, aceito pela Camara.

§ 2º - O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, auxiliará o Prefeito, sempre que / por ele for convocado para missões especiais.

Art. 61 - Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice- / Prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, assumirá a administração municipal o Presidente da Câmara.

Parágrafo Único - O Presidente da Câmara recusando-se, por qualquer motivo, a assumir o cargo de Prefeito, renunciará, / incontinente, à sua função de dirigente do Legislativo, ensejando, assim, a eleição de outro membro para ocupar, como Presidente da Câmara, a Chefia do Poder Executivo.

Art. 62 - Verificando a vacância do cargo de Prefeito e inexistindo Vice-Prefeito, observar-se-á o seguinte:

I - ocorrendo a vacância nos três primeiros anos de mandato, dar-se-á eleição noventa dias após a sua abertura, cabendo ao eleito completar o período dos seus antecessores.

II - ocorrendo vacância no último ano do mandato, assumirá o Presidente da Câmara que completará o período.

Art. 63 - O mandato do Prefeito e do Vice-Prefeito é de / quatro anos, vedada a reeleição para o período subsequente e terá início em 1º de janeiro do ano seguinte ao de sua eleição.

Art. 64 - O Prefeito e o Vice-Prefeito não poderão sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do município por período / superior a quinze dias, sob pena de perda de cargo.

Art. 65 - A remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e / dis Vereadores será fixada, por Resolução da Câmara Municipal, /

- continuação - 23 -

nos sessenta dias que antecederem a data das respectivas eleições, na conformidade do Artigo 29, inciso IV, da Constituição Federal e do Artigo 27, da Constituição Estadual, para vigorar no primeiro mês da legislatura seguinte, em valores nunca inferiores ao percebido no último mês da legislatura finda, acrescido da inflação nele verificada.

Parágrafo Único - O Prefeito e o Vice-Prefeito, regularmente licenciados terão direito a perceber a remuneração, quando:

I - impossibilitado de exercer o cargo, por motivo / de doença devidamente comprovada;

II - a serviço ou em missão de representação do Município.

Art. 66 - Na ocasião da posse e ao término do mandato, o / Prefeito e o Vice-Prefeito farão declarações de seus bens, as / / quais ficarão arquivadas na Câmara, constando das respectivas atas o seu resumo.

SEÇÃO II
DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 67 - Compete privativamente ao Prefeito, entre outras atribuições:

I - nomear e exonerar os Secretários Municipais e / Sub-Prefeitos;

II - exercer, com o auxílio dos Secretários, a direção superior da administração Municipal;

III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos / casos previstos nesta Lei Orgânica;

IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara Municipal, bem como expedir decretos e regulamento para a fiel execução das leis;

V - vetar, total ou parcialmente, projetos de lei aprovados pela Câmara Municipal;

VI - dispor sobre a organização e funcionamento da administração municipal;

VII - publicar até trinta dias, após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da eleição orçamentária;

VIII - decretar, na forma da lei, desapropriações por / necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, e instituir servidões administrativas;

IX - expedir decretos, portarias e outros atos administrativos;

X - autorizar o uso de bens municipais por terceiros, com prévia autorização da Câmara;

XI - autorizar a execução de serviços públicos, por / terceiros, com prévia autorização da Câmara;

XII - prover e extinguir os cargos, os empregos e as /

- continuação - 24 -

funções públicas municipais, na forma da lei;

XIII - expor, em mensagem que remeterá à Câmara Municipal, por ocasião da abertura de sessão legislativa, a situação do Município e os planos de sua administração, solicitando as providências que julgar necessária;

XIV - enviar à Câmara Municipal, até trinta de setembro de cada ano, os projetos de lei dos orçamentos anuais, das diretrizes orçamentárias e do plano pluriamual de investimentos, previsto nesta Lei Orgânica;

XV - encaminhar aos órgãos competentes os planos de aplicação e as prestações de contas exigidas em lei;

XVI - encaminhar à Câmara Municipal para ser remetida ao Tribunal de Contas do Estado, até trinta e um de março de cada ano, as contas do exercício anterior, para devido exame, acompanhadas do respectivo relatório;

XVII - determinar a publicação de atos oficiais;

XVIII - prestar à Câmara Municipal, dentro de trinta dias, as informações solicitadas na forma regimental, podendo o prazo ser prorrogado, a pedido, pela complexidade da matéria ou pela dificuldade de obtenção dos dados solicitados;

XIX - aplicar multas previstas em lei e contratos, / bem como, revê-las quando impostas irregularmente;

XX - contrair empréstimos e realizar operações de / crédito, mediante prévia autorização da Câmara Municipal;

XXI - celebrar convênios com entidades públicas ou / privadas para a execução de obras e serviços de interesse do Município;

XXII - conceder auxílios e subvenções às entidades devidamente constituidas, mediante prévia autorização da Câmara, acolhendo preferencialmente as instituições indicadas pelos Vereadores;

XXIII - convocar, extraordinariamente, a Câmara Municipal, quando o interesse público o exigir;

XXIV - conferir condecorações e distinções honoríficas;

XXV - decretar estado de emergência, quando necessário, preservar ou restabelecer, em logradouros determinados e restritos ao Município, a ordem pública ou paz social;

XXVI - contratar a prestação de serviços e obras, observando o processo licitatório;

XXVII - planejar e promover a execução dos serviços públicos municipais

XXVIII - solicitar o auxílio da polícia do Estado para / garantia de cumprimento de seus atos;

XXIX - retirar sua proposição, em qualquer fase de sua elaboração legislativa;

XXX - fixar as tarifas dos serviços públicos concedidos e permitidos, bem como daqueles explorados pelo próprio munici

- continuação - 25 -

pio, conforme critérios estabelecidos na legislação municipal;

XXXI - colocar à disposição da Câmara Municipal, até o dia 20 (vinte) de cada mês, os recursos correspondentes à dotações orçamentárias destinadas à Câmara Municipal, inclusive os Créditos Suplementares e Especiais;

XXXII - requerer à autoridade competente a prisão administrativa de servidor público municipal omisso ou remisso, na / prestação de contas dos dinheiros públicos;

XXXIII - superintender a arrecadação dos tributos e preços, bem como aguarda e a aplicação da receita, autorizando as despesas e os pagamentos, dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos autorizados pela Câmara;

XXXIV - realizar audiências públicas com entidades da / sociedade civil e com membros da comunidade;

XXXV - resolver sobre requerimentos, reclamações ou representações, que lhe forem dirigidas;

XXXVI - comparecer à Câmara Municipal, por sua própria iniciativa;

XXXVII - alienar bens imóveis, mediante prévia e expressa autorização legislativa da Câmara Municipal;

XXXVIII - aplicar mediante lei específica, aos proprietários de imóveis urbanos não edificados, subutilizados ou não utilizados incluídos previamente no Plano Diretor da Cidade, as penas / sucessivas de:

a) parcelamento compulsório
b) imposto progressivo no tempo
c) desapropriação mediante pagamento com títulos da dívida pública, conforme estabelece o Art. 182 da Constituição Federal;

XXXIX - oficializar, obedecidas as normas urbanísticas aplicáveis, as vias e logradouros públicos, mediante denominação aprovada pela Câmara;

XL - aprovar projetos de edificação e planos de loteamento, arruamento e zoneamento urbano ou para fins urbanos;

XLI - organizar e dirigir, nos termos da lei, os serviços relativos às terras do município;

XLII - providenciar sobre o incremento do ensino;

XLIII - solicitar, obrigatoriamente, autorização à Câmara para ausentar-se do município, por tempo superior a quinze (15) dias;

XLIV - adotar providências para a conservação e salvaguarda do patrimônio municipal;

XLV - representar o Município, em Juizo ou fora dele, na forma estabelecida em lei;

§ 1º - o Prefeito poderá delegar, por decreto, a seus / auxiliares, as atribuições previstas nos incisos XIX, XXI, XXIII, XXV, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações;

- continuação - 26 -

§ 2º - o Prefeito Municipal poderá a qualquer momento, a seu critério, avocar a si a competência delegada.

SEÇÃO III
DA PERDA E EXTINÇÃO DO MANDATO

Art. 68 - O Prefeito não poderá, desde a posse, sob pena / de perda do cargo:

I - firmar ou manter contratos com pessoa jurídica / de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer cláusulas uniformes;

II - aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os que sejam demissíveis "ad nutum", em entidade constante do inciso anterior, ressalvada a posse em virtude de concurso público;

III - ser titular de mais de um cargo ou mandato eletivo;

IV - patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades já referidas;

V - ser proprietário, controlador ou diretor da empresa que goze de favor decorrente de contrato ou pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

VI - fixar residência fora do Município.

Art. 69 - São crimes de responsabilidade do Prefeito os / previstos em lei federal.

Parágrafo Único - O Prefeito será julgado, pela prática de crime de responsabilidade perante o Tribunal de Justiça do Estado.

Art. 70 - Será declarado vago, pela Câmara Municipal, o cargo de Prefeito quando:

I - ocorrer falecimento, renúncia ou condenação por crime funcional ou eleitoral;

II - deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo de dez (10) dias;

III - infrigir as normas dos artigos 34 e 63 desta Lei Orgânica;

VI - perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

Art. 71 - São inelegíveis para os mesmos cargos, no período subsequente, o Prefeito, o Vice-Prefeito e quem os houver sucedido ou substituído nos 06 (seis) meses anteriores à eleição.

Art. 72 - Para concorrerem a outros cargos eletivos, o Prefeito e o Vice-Prefeito devem renunciar os mandatos até (6) seis meses antes da eleição.

Art. 73 - O Prefeito poderá licenciar-se:

I - quando a serviço ou em missão de representação / do Município, devendo, entretanto, observar o disposto no artigo /

- continuação - 27 -

64 desta Lei Orgânica;

II - quando impossibilitado no exercício do cargo, / por motivo de doença, devidamente comprovada.

Parágrafo Único - Nos casos deste artigo o Prefeito licenciado terá direito à remuneração integral.

SEÇÃO IV
DOS AUXILIARES DIRETOS DO PREFEITO

Art. 74 - São auxiliares diretos do Prefeito:

I - os Secretários Municipais ou Diretores equivalentes;

II - os Sub-Prefeitos.

Parágrafo Único - Os cargos são de livre nomeação e demissão do Prefeito.

Art. 75 - A lei municipal disporá sobre a criação, estruturação e atribuições das Secretarias, definindo a competência, deveres e responsabilidades dos respectivos Secretários.

Art. 76 - São condições essenciais para investidura no cargo de Secretário ou Diretor equivalente:

I - ser brasileiro

II - estar no exercício dos direitos políticos

III - ser maior de vinte e um anos.

Art. 77 - Além de outras atribuições fixadas em lei, compete aos Secretários Municipais ou Diretores equivalentes:

I - exercer a orientação, coordenação e supervisão / dos órgãos e entidades da administração Municipal, na área de sua competência;

II - expedir instruções para execução das leis, decretos e regulamentos;

III - referendar os atos e decretos assinados pelos / Prefeito Municipal, pertinentes à suaárea de competência;

IV - apresentar ao Prefeito e à Câmara Municipal relatório anual dos serviõs realizados na Secretaria;

V - praticar os atos pertinentes às atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo Prefeito Municipal;

VI - encaminhar à Câmara Municipal informações por escrito, quando solicitadas pela mesma, podendo o Secretário ser responsabilizado na forma da lei, em caso de recusa ou não atendimento, no prazo de trinta dias, bem como na prestação de informações falsas ou inverídicas;

VII - comparecer à Câmara Municipal nos casos previstos nesta Lei Orgânica, a fim de prestar informações ou esclarecimentos a respeito de assuntos compreendidos na área de respectiva Secretaria, sob pena de responsabilidade.

Art. 78 - Os Secretários Municipais ou Diretores equivalentes são solidariamente responsáveis com o Prefeito pelos atos que /

- continuação - 28 -

assinarem, ordenarem ou praticarem e, nos crimes comuns ou de responsabilidade serão processados e julgados pelos Tribunais competentes e, nos crimes conexos com os do Prefeito Municipal, pelo / Tribunal de Justiça do Estado.

Art. 79 - A competência dos Secretários Municipais abrangerá todo o território do Município, nos assuntos atinentes às suas secretarias.

Art. 80 - Os Secretários do Município não poderão:

I - desde a nomeação:

a) firmar ou manter com pessoa jurídica de direito público, ou mesmo de direito privado, integrante da administração indireta, concessionária ou permissionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer qualquer cargo, função ou emprego remunerado ou não, nas entidades constantes da alínea "a";

II - desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de / empresas que gozem de favores decorrentes de contrato com pessoa / jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) aceitar ou exercer qualquer cargo, função ou emprego, remunerado ou não, em qualquer empresa comercial ou industrial, ou em corporação ou fundação que goze de favor do poder público;

c) exercer qualquer outro cargo público ou desempenhar mandato público eletivo.

§ 1º - o disposto no inciso I, alínea "b", não abrange a posse em cargo público, consequente de aprovação em concurso público;

§ 2º - não poderão, os Secretários Municipais, detentores, de mandato de Vereador, desempenharem ambas atribuições, e , para tanto, deverão optar por uma delas.

Art. 81 - A competência do subprefeito limitar-se-á ao Distrito para o qual foi nomeado.

Parágrafo Único - os subprefeitos, como delegados do Executivo, compete:

I - cumprir e fazer cumprir, de acordo com as instruções recebidas do Prefeito, as leis, resoluções, regulamentos, e demais atos do Prefeito e da Câmara Municipal;

II - Fiscalizar os serviços distritais;

III - atender as reclamações das partes e encaminhá-las ao Prefeito, quando se tratar de matéria estranha às suas atribuições ou quando lhes for, pessoalmente, favorável a decisão proferida;

IV - indicar ao Prefeito às providências necessárias ao Distrito;

V - prestar mensalmente ou quando lhes forem solicitadas, contas ao Prefeito.

- continuação - 29 -

Art. 82 - O Subprefeito, em caso de licença ou impedimento será substituído por pessoa de livre escolha do Prefeito.

Art. 83 - Os auxiliares diretos do Prefeito, farão declaração de bens no ato da posse e no término do exercício do cargo.

SEÇÃO V
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 84 - A administração pública municipal direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Município, visando a promoção do bem público e a prestação de serviços à comunidade e / aos indivíduos que a compoêm, obedecerá aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e, também, ao seguinte:

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei;

II - a investidura em cargo ou emprego públicos depende de aprovação prévia em concurso de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - os cargos em comissão e as funções de confiança serão exercidos, preferencialmente, por servidores ocupantes de / cargo de carreira técnica ou profissional, nos casos e condições / previstos em lei;

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e / nos limites definidos em lei complementar federal;

VIII - a lei reservará 5% (cinco por cento) dos cargos e empregos para as pessoas portadoras de deficiências e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por / tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público

X - a revisão geral da remuneração dos servidores / far-se-á sempre na mesma data;

XI - a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos serviços públicos, observado, como limite máximo, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito;

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo

- continuação - 30 -
não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos, para efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvando o disposto no inciso anterior e no Art. 83, § 1º, desta Lei Orgânica;

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados, para fins de / concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento;

XV - os vencimentos dos servidores públicos são irredutíveis e a remuneração observará o que dispõem os artigos 37, XI, XII; 150, II; 153, III; e 153, §2º, I, da Constituição Federal;

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horário;

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos privativos de médico

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público;

XVIII - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX - somente por lei específica poderão ser criadas empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou / fundação pública;

XX - depende de autorização legislativa, em cada / caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI - ressalvados os casos específicos na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados / mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições à todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, exigindo-se a qualificação técnico-econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações.

§ 1º - a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

§ 2º - a não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade respon-

- continuação - 31 -

sável, nos termos da lei;

§ 3º - as reclamações relativas à prestação de serviços públicos serão disciplinadas em lei;

§ 4º - os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a disponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e / gradação previstas em lei, sem prejuizo da ação penal cabível;

§ 5º - a lei federal estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuizos ao erário, ressalvadas as respectivas ações ressarcimento;

§ 6º - as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoreas de serviços públicos responderão pe - los danos que seus agentes nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Art. 85 - Ao servidor público com exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I - investido no mandato de prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua re muneração;

II - tratando-se de mandato eletivo federal, ou estadual, ficará afastado de seu cargo, empregouou função;

III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, empre go ou função, sem prejuizo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso I;

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado pa ra todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V - para efeito de benefício previdenciário, nos casos de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

SEÇÃO VI
DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 86 - O Município instituirá regime jurídico único e / planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

§ 1º - a lei assegurará aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Exe cutivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter idividual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

§ 2º - Aplica-se a esses servidores e disposto no Art. 7º, IV, VI, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, / XXII, XXIII, e XXX da Constituição Federal.

- continuação - 32 -

§ 3º - É garantido ao servidor público municipal o direito à livre associação sindical observado o disposto no Art. 8º seus incisos e parágrafos da Constituição Federal;

§ 4º - nenhum servidor será dispensado, transferido, exonerado ou terá aceito o seu pedido de exoneração ou rescisão sem que o órgão responsável pelo controle dos bens patrimoniais da Prefeitura ou da Câmara ateste que o mesmo devolveu os bens móveis do Município que estavam sob sua guarda;

§ 5º - o órgão competente do Município será obrigado independentemente de despacho de qualquer autoridade, abrir inquérito administrativo e a propor, se for o caso, a competente ação civil e penal contra qualquer servidor, sempre que forem apresentadas denúncias contra o extravio ou danos de bens municipais.

Art. 87 - O servidor será aposentado:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrentes de acidentes em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais aos demais casos;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

III - voluntariamente:

a) aos trinta e cinco anos de serviço, se homem, e aos trinta se mulher, com proventos integrais;

b) aos trinta anos de efetivo exercício em função de magistério, se professor, e vinte e cinco se professora, com proventos integrais;

c) aos trinta anos de serviço, se homem, e aos vinte e cinco, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

d) aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º - Lei complementar poderá estabelecer exceções ao disposto no inciso III, "2" e "c", no caso de exercício de atividades consideradas penosas, insalubres ou perigosas;

§ 2º - a lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários;

§ 3º - o tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e de disponibilidade;

§ 4º - os proventos da aposentadoria serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei;

§ 5º - o benefício da pensão por morte corresponderá à

- continuação - 33 -

totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no parágrafo / anterior.

Art. 88 - São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

§ 1º - o servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa;

§ 2º - invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será, ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade;

§ 3º - extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até o seu adequado aproveitamento em outro cargo.

§ 4º - os servidores públicos do Município, em exercício na data da promulgação desta Lei Orgânica, há pelo menos / cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no Art. 37 da Constituição Federal, serão considerados / estáveis no serviço público, na forma estabelecida no Art. 19 e / seus parágrafos do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

SEÇÃO VII
DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 89 - O Município poderá constituir guarda municipal, força auxiliar destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, nos termos da lei complementar:

§ 1º - a lei complementar de criação da guarda municipal disporá sobre acesso, direitos, deveres, vantagens e regime de t trabalho, com base na hierarquia e disciplina;

§ 2º - a investidura nos cargos da guarda municipal far-se-á mediante concurso público de provas ou de provas e títulos;

§ 3º - na oportunidade de criação da guarda municipal, os servidores que já exerçam funções iguais ou assemelhadas poderão ter acesso à mesma, mediante participaão e aproveitamento satisfatório, em curso de preparação, a ser administrado.

TÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICIPAL
CAPÍTULO I
DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA
SEÇÃO I
DO PLANEJAMENTO

Art. 90 - O Governo Municipal manterá processo permanente

- continuação - 34 -

de planejamento, visando promover o desenvolvimento do Município, o bem estar da população e a melhoria da prestação dos serviços / públicos municipais.

Parágrafo Único - O desenvolvimento do Município terá por objetivo a realização plena de seu potencial econômico e a re dação das desigualdades sociais no acesso aos bens e serviços, / respeitadas as vocações, as peculiaridades e a cultura locais e / preservado o seu patrimônio ambiental, natural e construído.

Art. 91 - O processo de planejamento municipal deverá considerar os aspectos técnicos e políticos envolvidos na fixação de objetivos, diretrizes e metas para a ação municipal, propiciando que autoridades, técnicos de planejamento, executores e representantes da sociedade civil participem do debate sobre os problemas locais e as alternativas para o seu enfrentamento, buscando conciliar interesses e solucionar conflitos.

Art. 92 - O planejamento municipal deverá orientar-se pelos seguintes princípios básicos:

I - democracia e transparência no acesso às informações disponíveis;

II - eficiência e eficácia na utilização dos recursos financeiros, técnicos e humanos disponíveis;

III - complementariedade e integração de políticas, / planos e programas setor ais;

IV - viabilidade técnica e econômica das proposições, avaliada a partir do interesse social da solução e dos benefícios públicos;

V - respeito à adequação à realidade local e regional em consonância com os planos e programas estaduais e federais existentes.

Art. 93 - A elaboração e a execução dos planos e dos programas do Governo Municipal obedecerão as diretrizes do plano diretor e terão acompanhamento e avaliação permanentes, de modo a garantir o seu êxito e assegurar sua continuidade no horizonte do / tempo necessário.

Art. 94 - O planejamento das atividades do Governo Municipal obedecerá às diretrizes deste capítulo e será feito por meio de elaboração e manutenção atualizada, entre outros, dos seguintes instrumentos:

I - plano diretor
II - plano de governo
III - lei de diretrizes orçamentárias
IV - orçamento anual
V - plano plurianual.

Art. 95 - Os instrumentos de planejamento municipal mencionados no artigo anterior, deverão incorporar às propostas constantes dos planos e dos programas setoriais do Município, dada as / suas implicações para o desenvolvimento local.

- continuação - 35 -

SEÇÃO II
DA ESTRUTURA DOS ÓRGÃOS

Art. 96 - A Administração municipal é constituida dos órgãos integrados na estrutura administrativa da Prefeitura e de entidades dotadas de personalidade jurídica própria.

§ 1º - os órgãos da administração direta que compõem a estrutura administrativa da Prefeitura, se organizam e se coordenam, atendendo aos princípios técnicos recomendáveis ao bom desempenho de suas atribuições.

§ 2º - as entidades dotadas de personalidade jurídica própria que compõem a Administração Indireta do Município, se classificam em:

I - AUTARQUIA - O serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada;

II - EMPRESA PÚBLICA - A entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio e capital do / Município, criada por lei, para exploração de atividades econômicas que o município seja levada a exercer, por força de contigência ou conveniência administrativa, podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito;

III - SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA - A entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei para a exploração de atividades econômicas, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam, em sua maioria, ao Município ou a entidade da Administração Indireta;

IV - FUNDAÇÃO PÚBLICA - A entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos do Município e de outras fontes.

§ 3º - a entidade de que trata o inciso IV do § 2º adquire personalidade jurídica com inscrição da escritura pública / de sua constituição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, não / sellhe aplicando as demais disposições do Código Civil concernentes às fundações.

CAPÍTULO II
DOS ATOS MUNICIPAIS
SEÇÃO I
DA PUBLICIDADE DOS ATOS MUNICIPAIS

Art. 97 - A publicação das leis e dos atos municipais, /

- continuação - 36 -

far-se-á, em órgão oficial, ou não havendo, em órgão da imprensa / local ou regional ou por afixação na séde da Prefeitura ou da Câmara Municipal, conforme o caso.

§ 1º - Nenhum ato produzirá efeito antes de sua publicação;

§ 2º - a publicação dos atos não normativos, pela im- / prensa, poderá ser resumida;

§ 3º - a escolha do órgão de imprensa particular para / divulgação dos atos municipais será feita por meio de licitação, / na forma da lei, em que se levarão em conta, além dos preços, as / circunstâncias de periodicidade, tiragem e distribuição.

Art. 98 - A formalização dos atos administrativos da competência do Prefeito far-se-á:

I - mediante decreto, numerado, em ordem cronológica quando se tratar de:

a) regulamentação de lei

b) criação ou extinção de gratificação quando autorizada em lei

c) abertura de créditos especiais e suplementares

d) decretação de utilidade pública onde interesse social para efeito de desapropriação ou servidão administrativa

e) criação, alteração e extinção de órgãos e da Prefeitura, quando autorizada em lei

f) definição da competência dos órgãos e das atribuições dos servidores da Prefeitura, não privativas.

g) aprovação de regulamentos e regimentos dos órgãos da Administração direta

h) aprovação dos estatutos dos órgãos da administração descentralizada

i) fixação e alteração dos preços dos serviços prestados pelo Município e aprovação dos preços dos serviços concedidos ou autorizados

j) permissão para a exploração de serviços públicos e para uso de bens municipais

l) aprovação de planos de trabalho dos órgãos da administração direta

m) criação, extinção, declaração ou modificação de direitos dos administrados, não privativos da lei

n) medidas executórias do plano diretor

o) estabelecimento de normas de efeitos extremos, não privativos de lei.

II - mediante portaria, quando se tratar de:

a) provimento e vacância de cargos públicos e demais atos de efeito individual relativos aos servidores municipais

b) lotação e relotação nos quadros de pessoal

c) criação de comissões e designação de seus mem

- continuação - 37 -

bros

d) instituição e dissolução de grupos de trabalho

e) autorização para contratação de servidores / por prazo determinado e dispensa

f) abertura de sindicâncias e processos administrativos e aplicação de penalidades

g) outros atos que, por sua natureza, ou finalidade, não sejam objeto de lei ou decreto.

Parágrafo Único - Poderão ser delegados os atos constantes do item II deste artigo.

Art. 99 - O Prefeito fará publicar:

I - diariamente, por edital, o movimento de caixa / do dia anterior;

II - mensalmente, o balancete resumido da receita e / da despesa;

III - mensalmente, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e os recursos recebidos;

IV - anualmente, até 15 de março, as contas da administração, constituidas do balanço financeiro, do balanço patrimonial, do balanço orçamentário e demonstração das variações patrimoniais, em forma sintética.

SEÇÃO II
DOS LIVROS

Art. 100 - O Município manterá os livros que forem necessários ao registro de seus serviços e, obrigatoriamente os de :

I - termo de compromisso e posse
II - declaração de bens
III - atas das sessões da Câmara
IV - registros de leis, decretos, resoluções, regulamentos, instruções e portarias
V - cópia de correspondência oficial
VI - protocolo, índice de papéis e livros arquivados
VII - licitações e contratos para obras e serviços
VIII - contrato de servidores
IX - contratos em geral
X - contabilidade e finanças
XI - concessões e permissões de bens imóveis e de serviços
XII - tombamento de bens móveis e imóveis
XIII - registro de loteamentos aprovados.

§ 1º - os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Prefeito ou pelo Presidente da Câmara, conforme o caso, ou / por funcionários designado para tal fim.

§ 2º - os livros referidos neste artigo poderão ser substituidos por fichas ou outro sistema, convenientemente autentica

- continuação - 38 -

SEÇÃO III
DAS PROBIÇÕES

Art. 101 - O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores e os servidores municipais, bem como as pessoas ligadas a qualquer de - les por matrimônio ou parentesco, afim ou consenguíneo, até o segundo gráu, ou por adoção, não poderão contratar com o Município subsistindo a proibição até seis (06) meses após findas as respectivas funções.

Parágrafo Único - Não se incluem nesta proibição os contratos cujas cláusulas e condições sejam uniformes para todos os / interessados.

Art. 102 - A pessoa jurídica em débito com o sistema de seguridade social, como estabelecido em lei federal, não poderá contratar com o Poder Público Municipal nem dele receber benefícios / ou incentivos fiscais ou creditícios.

SEÇÃO IV
DAS CERTIDÕES

Art. 103 - A Prefeitura e a Câmara são obrigadas a forne - cer a qualquer interessado, no prazo máximo de trinta dias, certidões dos atos, contratos e decisões, desde que requeridas para fim de direito determinado, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que negar ou retardar a sua expedição. No mesmo prazo deverão atender às requisições judiciais se outro não for fixado / pelo juiz.

Parágrafo Único - As certidões relativas ao Poder Executivo serão fornecidas pelo Secretário ou Diretor da Administração da Prefeitura, exceto as declaratórias de efetivo exercício do Prefeito, que serão fornecidas pelo Presidente da Câmara.

CAPÍTULO III
DOS BENS MUNICIPAIS

Art. 104 - Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quando àqueles utilizados em seus serviços.

Art. 105 - Todos os bens municipais deverão ser cadastra - dos, com a identificação respectiva, numerando-se os móveis segundo o que for estabelecido em regulamento, os quais ficarão sob a / responsabilidade do chefe da Secretaria ou Diretoria a que forem / distribuidos.

Art. 106 - Os bens patrimoniais do Município deverão ser / classificados:

I - pela sua natureza
II - em relação a cada serviço.

Parágrafo Único - Deverá ser feita, anualmente, a confe

- continuação - 39 -

rência da escrituração patrimonial com os bens existentes, e, na / prestação de contas de cada exercício, serão incluidas o inventário de todos os bens municipais.

Art. 107 - A alienação de bens municipais, subordinada à existência de interesse público, devidamente justificada, será sempre precedida da avaliação, devendo, quando imóveis, dependerem da autorização legislativa e concorrência, sendo dispensada a concorrência, nos seguintes casos:

I - doações, que será permitida, exclusivamente, para fins de interesse social

II - permuta

III - venda de ações, que será, obrigatoriamente, efetuada em bolsa.

Art. 108 - O Município, preferentemente à venda ou doação de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real do uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência pública.

§ 1º - a concorrência poderá ser dispensada, por lei, / quando o uso se destinar a concessionária de serviço público, a autoridades assistenciais, ou quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.

§ 2º - a venda aos proprietários de imóveis lindeiros d de áreas urbanas remanescentes e inaproveitáveis para edificações, resultantes de obras públicas, dependerá apenas de prévia avaliação e autorização legislativa, dispensada a licitação. As áreas resultantes de modificações de alinhamento serão alienadas nas mesmas condições, quer sejam aproveitáveis ou não.

Art. 109 - A aquisição de bens imóveis, por compra ou permuta, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

Art. 110 - É proibida a doação, venda ou concessão de uso de qualquer fração dos parques, praças, jardins ou largos públicos salvo pequenos espaços destinados à venda de jornais e revistas ou refrigerantes.

Art. 111 - O uso de bens municipais, por terceitos, só poderá ser feito mediante concessão, ou permissão a título precário e por tempo determinado, conforme o interesse público o exigir.

§ 1º - a concessão de uso dos bens públicos de uso especial e dominiciais dependerá de lei e concorrência e será feita mediante contrato, sob pena de nulidade do ato, ressalvada a hipótese do § 1º do Art. 108 desta Lei Orgânica.

§ 2º - a concessão administrativa de bens públicos de uso comum somente poderá ser outorgada para finalidades escolares, de assistência social ou turística, mediante autorização legislativa.

§ 3º - a permissão de uso, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita, a título precário, por ato unilateral do Prefeito, através de decreto, mediante licitação.

§ 4º - a autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita por portaria, para atividade ou uso especí

- continuação - 40 -

fico e transitório, pelo prazo máximo de noventa dias, salvo quando, para fim de formar canteiro de obra pública, o prazo corresponderá ao de duração da obra.

Art. 112 - A utilização e administração dos bens públicos de uso especial, como mercados, matadouros, estações, recintos de espetáculos e campos de esporte, serão feitas na forma da lei e / regulamentos respectivos.

Art. 113 - Poderá ser permitida a particular, a título oneroso ou gratúito, conforme o caso, o uso do subsolo ou do espaço aereo de logradouros públicos, para construção de passagem destinada à segurança ou conforto dos transeuntes e usuários ou para fins de interesse urbanístico.

CAPÍTULO IV
DAS OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS

Art. 114 - Nenhum empreendimento de obras e serviços do Município poderá ter início sem prévia elaboração do plano respectivo, no qual, obrigatoriamente, conste:

I - a viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse comum;

II - os pormenores para a sua execução;

III - os recursos para o atendimento das respectivas despesas;

IV - os prazos para o seu início e conclusão, acompanhados da respectiva justificação.

§ 1º - nenhuma obra, serviço ou melhoramento, salvo casos de extrema urgência, será executada sem prévio orçamento de / seu custo.

§ 2º - as obras públicas poderão ser executadas pela / Prefeitura, por suas autarquias e demais entidades da administração indireta, e, por terceiros, mediante licitação;

Art. 115 - A permissão de serviço público a título precário, será outorgada por decreto do Prefeito, após edital de chamamento de interessados para escolha do melhor pretendente, sendo / que a concessão só será feita com autorização legislativa, mediante contrato, precedido de concorrência pública.

§ 1º - serão nulas de pleno direito as permissões, as / concessões, bem como quaisquer outros ajustes feitos em desacordo com o estabelecido neste artigo.

§ 2º - os serviços permitidos ou concedidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e fiscalização do Município, incumbindo, aos que os executem, sua permanente atualização e adequação as necessidades dos usuários.

§ 3º - o município poderá retomar, sem indenização, os serviços permitidos ou concedidos, desde que executados em desconformidade com o ato ou contrato, bem como aqueles que revelarem in

- continuação - 41 -

insuficientes para o atendimento dos usuários.

§ 4º - as concorrências para a concessão de serviço público, deverão ser procedidas de ampla publicidade, em jornais e / rádios locais, inclusive em órgãos da imprensa da capital do Estado, mediante edital ou comunicado resumido.

Art. 116 - As tarifas dos serviços públicos deverão ser fixadas pelo Executivo, tendo-se em vista a justa remuneração.

Art. 117 - Nos serviços, obras e concessões do Município, bem como nas compras e alienações, será adotada a licitação nos / termos da lei.

Art. 118 - O Município poderá realizar obras e serviços de interesse comum, mediante convênio com o Estado, a União ou entidades particulares, bem assim, através de consórcio, com outros Municípios.

Parágrafo Único - A constituição de consórcios municipais dependerá de autorização legislativa.

Art. 119 - Lei específica disporá sobre:

I - regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos ou de utilidade pública, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação e as condições de caducidade, fiscalização e rescisão de concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários;

III - política tarifária;

IV - a obrigação de manter serviço adequado;

V - as reclamações relativas à prestação de serviços públicos ou de utilidade pública;

VI - planos e programas de expansão dos serviços e a revisão da base de cálculo dos custos operacionais.

Parágrafo Único - As tarifas dos serviços públicos ou / de utilidade pública, deverão ser fixadas pelo Poder Executivo, por decreto, tendo em vista a sua justa remuneração.

Art. 120 - Ressalvados os casos específicos na legislação, as obras, serviços, compras e alienações, serão contratados mediante processo de licitação que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusula que estabeleça as obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, a qual somente permitirá as exigências de auqlificação técnica e econômica, indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Art. 121 - As entidades prestadoras de serviços públicos / são obrigadas, pelo menos uma vez por ano, a dar ampla divulgação de suas atividades, informando, em especial, sobre planos de expansão, aplicação de recursos financeiros e realização de programas / de trabalho.

Art. 122 - Nos contratos de concessão ou permissão de serviços públicos serão estabelecidos, entre outros:

- continuação - 42 -

I - os direitos dos usuários, inclusive as hipóteses de gratuidade;

II - as regras para a remuneração do capital e para garantir o equilíbrio econômico e financeiro do contrato;

III - as normas que possam comprovar eficiência no atendimento do interesse público, bem como permitir a fiscalização pelo Município, de modo a manter o serviço contínuo, adequado e acessível;

IV - as regras para orientar a revisão periódica das bases de cálculo dos custos operacionais e da remuneração do capital, ainda que estipulada em contrato anterior;

V - a remuneração dos serviços prestados aos usuários diretos, assim como a possibilidade de cobertura dos custos por cobrança a outros agentes beneficiados pela existência dos serviços;

VI - as condições de prorrogação, caducidade, rescisão e reversão da concessão ou permissão.

Parágrafo Único - Na concessão ou na permissão de serviços públicos, o Município reprimirá qualquer forma de abuso do poder econômico, principalmente as que visem à dominação do mercado, à exploração monopolítica e ao aumento abusivo de lucros;

Art. 123 - O Município poderá revogar a concessão ou a permissão dos serviços públicos que forem executados em desconformidade com o contrato ou ato pertinente, bem como daqueles que se revelarem manifestamente insatisfatórias para o atendimento dos usuários.

Art. 124 - As tarifas dos serviços públicos prestados diretamente pelo Município ou por órgãos de sua Administração descentralisada serão fixadas pelo Prefeito Municipal, cabendo à Câmara Municipal definir os serviços que serão remunerados pelo custo, acima do cuxto e abaixo do custo, tendo em vista seu interesse econômico e social.

Parágrafo Único - Na formação do custo dos serviços de natureza industrial computar-se-ão, além das despesas operacionais e administrativas, as reservas para depreciação e reposição dos equipamentos e instalações, bem como previsão para expansão dos serviços.

Art. 125 - Ao município é facultado conveniar com a União ou com o Estado a prestação de serviços públicos de sua competência privativa, quando lhe faltarem recursos técnicos ou financeiros para a execução do serviço em padrões adequados, ou quando houver interesse mútuo para a celebração do convênio.

Parágrafo Único - Na celebração de convênios de que trata este artigo deverá o Município:

I - propor os planos de expansão dos serviços públicos;

- continuação - 43 -

II - propor critérios para fixação de tarifas;
III - realizar avaliação periódica da prestação do dos serviços.

Art. 126 - A criação pelo Município de entidades de Administração indireta para execução de obras ou prestação de / serviços públicos só será permitida caso a entidade possa assegurar sua auto-sustentação financeira.

Art. 127 - Os órgãos colegiados das entidades de administração indireta do Município terão a participação obrigatória de um representante de seus servidores, eleito por estes mediante voto direto e secreto, conforme regulamentação a ser expedida por ato do Prefeito Municipal.

CAPÍTULO V
DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA
SEÇÃO I
DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

Art. 128 - O sistema tributário do Município é regulado pelo disposto nas Constituições Federal e Estadual, nesta / Lei Orgânica e em leis ordinárias, observados os princípios gerais de direito tributário.

Parágrafo Único - O sistema tributário a que se / refere o "caput" deste artigo, compreende os seguintes tributos:
I - impostos;
II - taxas, em razão de exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou / postos à sua disposição;
III - a contribuição de melhoria poderá ser cobrada dos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas municipais, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 129 - Qualquer concessão de anistia, remissão, isenção, benefícios e incentivos fiscais, que envolvam matéria / tributária, bem como de dilatação do prazo de pagamento do tributo, só será concedida mediante autorização legislativa.

Parágrafo Único - As isenções, benefícios e incentivos fiscais, objeto de convênio celebrados com a União e o Estado, serão estabelecidos por prazo certo e sob condições determinadas, e somente terão eficácia, após ratificação pela Câmara Municipal.

Art. 130 - Ocorrendo a decadência do direito de constituir o crédito tributário ou a prescrição da ação de cobrá-lo, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da lei.

Parágrafo Único - A autoridade municipal, qualquer que seja seu cargo, emprego ou função, e independentemente do vín

- continuação - 44 -

culo que possuir com o Município, responderá civil, criminal e administrativamente pela prescrição ou decadência ocorrida sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar o Município do valor / dos créditos prescritos ou não lançados.

Art. 131 - São inaplicáveis quaisquer disposições legais excludentes ou limitadas do direito de fiscalizar pessoas ou entidades vinculadas, direta ou indiretamente, ao fato gerador / dos tributos municipais.

Art. 132 - A administração tributária é atividade vinculada, essencial ao Município e deverá estar dotada de recursos humanos e materiais necessários ao fiel exercício de suas atribuições, principalmente no que se refere a:

I - cadastramento dos contribuintes e das atividades econômicas;

II - lançamento dos tributos;

III - fiscalizaçcao do cumprimento das obrigações tributárias;

IV - inscrição dos inadiplentes em dívida ativa e respectiva cobrança amigável ou encaminhamento para cobrança judicial.

Art. 133 - Compete ao Município instituir impostos sobre:

I - propriedade predial e territorial urbana;

II - transmissão, "inter-vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, exceto os de garantia, / bem como, cessão de direitos à sua aquisição;

III - vendas a varejo de combustível líquidos e gasosos, exceto óleo diésel;

IV - serviços de qualquer natureza, exceto dos da competência estadual, definidos na Lei Complementar prevista / no Art. 146 da Constituiçao Federal.

§ 1º - o imposto previsto no inciso I, deste artigo poderá ser progressivo, nos termos da lei, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade;

§ 2º - o imposto previsto no inciso II, deste artigo, de competência do Município da situação do bem e não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão são ou extinção de pessoa jurídica, salvo, se nesses casos, a atividade preponderante do adquirente for a compra e venda desses / bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercanti;

§ 3º - o imposto previsto no inciso III, não exclui a incidência do imposto estadual previsto no artigo 155, I, letra "b", da Constituição Federal, sobre a mesma operação.

§ 4º - cabe a Lei Complementar:

I - fixar as alíquotas máximas dos impostos previstos nos incisos III e IV, deste artigo, de acordo com o dispos

- continuação - 45 -

to por lei complementar federal;

II - excluir da incidência do imposto previsto no inciso IV, deste artigo, exportações de serviços para o exterior;

§ 5º - na cobrança dos impostos mencionados no / inciso I, do artigo 125, aplicam-se as regras constantes do mesmo artigo, em seus parágrafos 2º e 3º;

Art. 134 - Pertence ainda, ao Município, a participação no produto de arrecadação dos impostos da União e do Estado, prevista na Constituição Federal e outros recursos que lhe sejam conferidos.

Art. 135 - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica / do contribuinte, facultado à administração Municipal, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

Parágrafo Único - As taxas não poderão ter base / de cálculo própria de impostos.

Art. 136 - O Município poderá instituir contribuição cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social.

Art. 137 - Lei Municipal estabelecerá medidas para / que os contribuintes sejam esclarecidos sobre os tributos municipais.

SEÇÃO II
DA RECEITA E DA DESPESA

Art. 138 - A receita municipal constituir-se-á da arrecadação dos tributos municipais, da participação em tributos da União e do Estado, dos recursos resultantes do Fundo de Participação dos Municípios, e da utilização de seus bens, serviços, atividades de outros ingressos.

Art. 139 - Pertencem ao Município:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre rendas e proventos de qualquer natureza, indicente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pela administração direta, autarquia e fundações municipais;

II - cinquenta por cento do produto da arrecadação do Imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis situados no Município;

III - cinquenta por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados no território municipal;

IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas a circu

- continuação - 46 -

lação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal da comunicação".

Art. 140 - Para obter o ressarcimento da prestação / de serviços de natureza comercial ou industrial ou de sua atua - ção na organização e exploração de atividades econômicas, o Muni cípio poderá cobrar preços públicos.

Parágrafo Único - Os preços devidos pela utiliza- ção de bens e serviços municipais deverão ser fixados de modo a cobrir os custos dos respectivos serviços e ser reajustados quan do se tornarem deficitários ou excedentes.

Art. 141 - A fixação dos preços públicos, devidos pe la utilização de bens, serviços e atividades municipais, será / feita pelo Prefeito mediante edição de decreto.

Parágrafo Único - Lei Municipal estabelecerá ou - tros critérios para a fixação de preços públicos.

Art. 142 - Nenhum contribuinte será obrigado ao paga mento de qualquer tributo pela Prefeitura, sem prévia notifica - ção.

§ 1º - considera-se notificação a entrega do avi- so de lançamento no domicílio fiscal do contribuinte, nos termos da legislação federal pertinente.

§ 2º - do lançamento do tributo cabe recurso ao / Prefeito, na forma da lei, assegurado para sua interpretação o / prazo de 15 (quinte) dias, contados da notificação.

Art. 143 - A despesa pública atenderá aos princípios estabelecidos na Constituição Federal e as normas de direito fi- nanceiro.

Art. 144 - Nenhuma despesa será ordenada ou satisfei ta sem que exista recursos disponíveis e crédito votado pela Câ- mara, salvo a que correr por conta de crédito extraordinário.

Art. 145 - Nenhuma lei que crie ou aumente despesa / será executada sem que dela conste a indicação de recurso para atendimento do correspondente cargo.

Art. 146 - As disponibilidades de caixa do Município de sua autarquias e fundações e das empresas por ele controladas serão depositadas em instituição financeira oficial, salvo os ca sos previstos em lei.

SEÇÃO III
DO ORÇAMENTO

Orçamento impositivo

Art. 147 - A Receita e a Despesa pública obedecerão às seguintes leis, de iniciativa do Poder Executivo:

I - do plano plurianual
II - de diretrizes orçamentárias
III - dos orçamentos anuais.

§ 1º - a lei que instituir o plano plurianual esta belecerá as diretrizes, objetivos e metas da administração públi-

- continuação - 47 -

ca municipal, para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º - a lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública municipal direta e indireta, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política da aplicação das agências financeiras fociais de fomento.

§ 3º - os planos e programas serão elaborados em / consonância com o plano plurianual e apreciados pelo Poder Legislativo.

§ 4º - o Poder Executivo plublicará, até trinta / dias após o encerramento de cada trimestre, relatório resumido da execução orçamentária, e o apresentará, nesse mesmo prazo, ao Poder Legislativo, onde deverá constar o comportamento das finanças públicas e da evolução da dívida pública.

§ 5º - a lei orçamentária anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal, compreendendo as receitas e despesas, referentes aos Poderes do Município, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituidas e mantidas pelo Poder Público Municipal.

II - o orçamento de investimento das empresas em / que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do / capital social com direito a voto.

III - o orçamento de seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração / direta ou indireta, bem como as fundações instituidas e mantidas pelo Poder Público Municipal.

§ 6º - o projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo do efeito, sobre as receitas e despesas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

§ 7º - a lei orçamentária anual não contará dispositivo estranho à previsão da receita e a fixação da despesa, não se incluindo na proibição, a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda / que por antecipação de receita, nos termos da lei, e forma de aplicação do superavit ou modo de cobrir o déficit.

Art. 148 - A lei disciplinará o acompanhamento físico financeiro do plano plurianual e dos orçamentos anuais.

Art. 149 - O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, os orçamentos anuais e os créditos adicionais constarão de projetos de lei encaminhados ao Poder Legislativo, que os apreciará.

§ 1º - caberá à Comissão de Finanças e Orçanento da Câmara Municipal, examinar e emitir parecer sobre os projetos referidos neste artigo, sobre as contas apresentadas anualmente

- continuação - 48 -

pelo Prefeito Municipal, e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária, sem prejuizo da atuação das demais comissões da Câmara.

§ 2º - as emendas serão apresentadas à Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara, que sobre ela emitirá parecer escrito e, apreciados, na forma regimental, pelo Plenário.

§ 3º - as emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem, somente podem ser aprovadas, caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos
b) serviço da dívida

III - sejam relacionadas:

a) com a correção de erros ou omissões; ou
b) com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º - o Prefeito Municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal, para propor modificação dos projetos a / que se refere este artigo, enquanto não iniciada a votação, da / parte cuja alteração é proposta;

§ 5º - aplicam-se aos projetos mencionados neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo;

§ 6º - os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual, ficarem / sem despesas correspondentes poderão ser utilizados, conforme o / caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 150 - São vedados:

I - o inicio de programas ou projetos não incluidos na lei orçamentária anual;

II - a realização de despesas ou assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III - a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta;

IV - a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundo ou despesa, resalvadas a destinação de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino e a prestação de garantias às operações de crédito por antecipação de receita;

V - a abertura de crédito suplementar ou espe-

- continuação - 49 -

cial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI-a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa;

VII - a concessão de utilização de crédito ilimitados;

VIII - a utilização, sem autorização legislativa específica de recursos do município para suprir necessidade ou cobrir "deficit" de empresas ou qualquer entidade de que o Município participe;

IX - a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º - nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.

§ 2º - os créditos especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados, / salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de / seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

Art. 151 - A despesa com pessoal ativo e inativo não poderá exceder os limites estabelecidos em lei.

Parágrafo Único - A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem como a admissão de pessoal, a qualquer / título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as / sociedades de economia mista.

Art. 152 - Os projetos de lei sobre o plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais, serão enviados pelo Prefeito Municipal ao Poder Legislativo, até trina de setembro de cada ano.

Art. 153 - Os projetos de lei de que trata o artigo anterior, após apreciação pelo Poder Legislativo, deverão ser encaminhados para sanção do Prefeito Municipal, até trinta de novembro de cada ano.

Parágrafo Único - Não atendido o prazo estabelecido no presente artigo, os projetos de lei nele previsto serão promulgados como lei.

- continuação - 50 -

Art. 154 - Caso o Prefeito Municipal não envie o projeto do orçamento anual, no prazo legal, o Poder Legislativo, adotará como projeto de lei orçamentário, a lei do orçamento em vigor com a correção das respectivas rubricas pelos índices oficiais da inflação verificada nos doze meses imediatamente anteriores a / trinta de setembro.

Art. 155 - Cabe à lei ordinária:

I - dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração orçamentárias e da lei orçamentária anual;

II - estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

Art. 156 - A execução do orçamento do Município se refletirá na obtenção das suas receitas próprias, transferidas e outras, bem como na utilização das dotações consignadas às despesas para a execução dos programas nele determinados, observado sempre o princípio do equilíbrio.

Art. 157 - O Prefeito Municipal fará publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Art. 158 - As alterações orçamentárias durante o exercício se representarão:

I - pelos créditos adicionais, suplementares, especiais e extraordinários;

II - pelos remanejamentos, transferências e / / transposições de recursos do uma categoria de programação para outra;

Parágrafo Único - o remanejamento, a transferência e a transposição somente se realização quando autorizados em lei específica que contenha a justificativa.

Art. 159 - Na efetivação dos empenhos sobre as dotações fixadas para cada despesas será emitido o documento - Nota / de Empenho -, que conterá as características já determinadas nas normas gerais de Direito Financeiro.

§ 1º - fica dispensada a emissão da Nota de Empenho nos seguintes Casos:

I - despesas relativas a pessoal e seus encargos;

II - contribuição para o PASEP;

III - amortização, juros e serviços de empréstimos e financiamentos obtidos.

IV - despesas relativas a consumo de água, energia elétrica, utilização dos serviços de telefone, postais telegráficos, e outros que vierem a ser definidos por atos normativos próprios;

§ 2º - nos casos previstos no parágrafo anterior, os empenhos e os procedimentos de contabilidade terão a base legal

- continuação - 51 -

dos próprios documentos que originarem o empenho

Art. 160 - As receitas e as despesas orçamentárias serão movimentadas através de caixa única, regularmente instituída.

Parágrafo Único - A Câmara Municipal terá sua própria tesouraria, por onde movimentará os recursos que lhe forem liberados.

Art. 161 - As disponibilidades de caixa do Município e de suas entidades de administração indireta, inclusive dos fundos especiais e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, serão depositadas em instituições financeiras oficiais.

Parágrafo Único - As arrecadações das receitas próprias do Município e de suas entidades de administração indireta poderão ser feitas através da rede bancária privada, mediante convênio.

Art. 162 - Poderá ser constituído regime de adiantamento em cada uma das unidades da administração direta, nas autarquias, nas fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal e na Câmara Municipal para ocorrer às despesas miúdas de pronto pagamento definidas em lei.

TÍTULO IV
DA ORDEM ECONÔMICA
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 163 - A ordem econômica e social, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa e na proteção ao meio ambiente, tem por finalidade básica e fundamental, assegurar a todos os cidadãos existência digna, conforme os mandamentos da justiça social, e, em cumprimento ao estabelecido nas Constituições Federal e Estadual, o Município zelará pelos seguintes princípios:

I - promoção do bem estar do homem como fim essencial da produção e do desenvolvimento econômico;

II - valorização econômica e social do trabalho e do trabalhador, associada a uma política de expansão das oportunidades de emprego e de humanização do processo social de produção, com a defesa dos interesses do povo;

III - democratização do acesso à propriedade dos meios de produção;

IV - planificação do desenvolvimento, determinantes para o setor público e indicativo para o setor privado;

V - condenação dos atos de exploração do homem pelo homem de exploração predatória da natureza, considerando-se juridicamente, ilícito e moralmente indefensável qualquer ganho / individual ou social auferido com base neles;

VI - proteção da natureza e ordenação territorial;

VII - estímulo à participação da comunidade, através de organizações representativas;

VIII - integração e descentralização das ações públicas setoriais;

IX - preferência aos projetos de cunho comunitário nos financiamentos públicos e incentivos fiscais;

X - na aquisição de bens e serviços, o Poder Público Municipal dará tratamento preferencial, nos termos da lei, à empresa brasileira de capital nacional;

XI - eliminar, entraves burocráticos que possam limitar o exercício da ativi ade econômica;

XII - desenvolver ação direta ou revindicativa junto a outras esferas de governo, de modo a que sejam, entre outros, efetivada assistência técnica, crédito especializado ou subsidiado, estímulos fiscais e financeiros e serviços de suporte informativo ou de mercado.

Art. 164 - O município revogará as doações a instituições particulares se o donatário lhes der destinação diversa da ajustada em contrato ou quando, transcorrido o prazo estipulado em lei, não tiver dado cumprimento aos fins estabelecidos no ato de doação.

Art. 165 - A intervenção do Município no domínio econômico dar-se-á por meios previstos em lei, para orientar e estimular a produção, corrigir distorções da at vidade econômica e prevenir abusos do poder econômico.

Parágrafo Único - No caso de ameaça ou efetiva paralização de serviço ou atividade essencial, por decisão patronal, pode o Município intervir, tendo em vista o direito da população ao serviço ou atividade, respeitdas as legislãções Federal e Estadual e os direitos dos trabalhadores.

Art. 166 - Na organização de sua economia, o Município combaterá a miséria, o analfabetismo, o desemprego, a propriedade improdutiva, a marginalização do indivíduo, o êxodo rural, a economia predatória e todas as formas de degradação da condição humana.

Art. 167 - As micro-empresas e as empresas de pequeno porte, assim definidas em lei federal, receberão do Município tratamento jurídico diferenciado, visando ao incentivo de sua criação preservação e desenvolvimento, através da eliminação, redução ou simplificação de suas obrigações administrativas, tributária e creditícias, por meio de lei.

§ 1º - a lei municipal definirá normas de incentivo às formas associativas e cooperativas, às pequenas e micro-empresas, as micro-unidades econômicas e as empresas que estabelecerem participação dos trabalhadores nos lucros e na sua gestão.

- continuação - 53 -

§ 2º - as micro-empresas e as empresas de pequeno / porte municipais, desde que atendam às condições estabelecidas na legislação específica, serão concedidos os seguintes favores fiscais:

I - isenção de impostos sobre serviços de qualquer natureza - ISS -;

II - isenção da taxa de licença para localização de estabelecimento;

III - dispensa da escrituração dos livros fiscais estabelecidos pela legislação tributária do Município, ficando obrigadas a manter arquivadas a documentação relativa aos atos negociais que praticarem ou em que intervierem;

IV - autorização para utilizarem modelo simplificado de notas fiscais de serviços ou cupom de máquina registradora, na forma definida por instrução do órgão fazendário da Prefeitura.

§ 3º - o município, em caráter precário e por prazo limitado definido em ato do Prefeito, em caráter predário e por prazo limitado definido em ato do Prefeito, permitirá às microempresas se estabelecerem na residência de seus titulares, desde que não prejudiquem as normas ambientais, de segurança, de silêncio , de trânsito e de saúde pública.

§ 4º - as microempresas, desde que trabalhadas exclusivamente pela família, não terão seus bens ou de seus proprietários sujeitos à penhora pelo Município para pagamento de débito decorrente de sua atividade produtiva.

Art. 168 - O Município no que lhe couber, promoverá a pesquisa, o planejamento, o controle e o desenvolvimento da exploração racional dos recursos naturais renováveis e não renováveis em seu território.

§ 1º - as determinações resultantes do planejamento previsto no "caput", são de execução compulsória por parte dos proprietários das áreas onde se localizem os recursos naturais.

§ 2º - em caso de descumprimento do que estabelece o parágrafo anterior, o Município adotará as providências previstas em lei.

Art. 169 - Incumbe o Município a prestação de serviços públicos, diretamente ou através de licitação sob regime de concessão ou permissão, devendo garantir-lhes a qualidade.

Art. 170 - O Município considerará o capital não apenas como instrumento produtor de lucros, mas também como meio de expansão econômica e de bem-estar coletivo.

Art. 171 - O Município assistirá os trabalhadores rurais e suas organizações legais, procurando proporcionar-lhes entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito / fácio e preço justo, saúde e bem estar social.

Parágrafo Único - são isentos de impostos as respe

- continuação - 54 -

etivas cooperativas.

Art. 172 - O Município manterá órgãos especializados incumbidos de exercer ampla fiscalização dos serviços públicos / por ele concedidos e da revisão de suas tarifas.

Art. 173 - Os portadores de deficiência física e de limitação sensorial, assim como as pessoas idosas, terão prioridade para exercer o comércio eventual ou ambulante no Município.

CAPÍTULO II
DA POLÍTICA URBANA

Art. 174 - A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público Municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei federal, tem por objetivo ordenar o plano de desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes

§ 1º - o plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e / de expansão urbana.

§ 2º - a propriedade *urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas ao plano diretor.

§ 3º - as desapropriações de imóveis urbanos serão com prévias e justas indenizações em dinheiro.

Art. 175 - O direito à propriedade é inerente à natureza do homem, dependendo seus limites e seu uso da conveniência social.

§ 1º - o município poderá, mediante lei específica, para área incluída no Plano Diretor, exigir, nos termos da / lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adquado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:

I - parcelamento ou edificação compulsória;

II - imposto sobre propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

III - desapropriação, com pagamento mediante título da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

§ 2º - o disposto no parágrafo anterior só será aplicável a áreas incluídas previamente no Plano Diretor da cidade, como destinadas a:

I - construção de conjuntos habitacionais para residências populares;

II - implantação de vias urbanas ou logradouros públicos;

III - edificação de hospitais, escolas, postos de

- continuação - 55 -

saúde, creches ou outras construções de relevante interesse social.

Art. 176 - A política municipal de desenvolvimento urbano visa assegurar, dentre outros objetivos:

I - a urbanização, a regularização de loteamentos de áreas fundiárias e urbanas;

II - a cooperação das associações representativas no planejamento urbano municipal;

III - o estímulo à preservação de áreas periféricas de produção agrícolas e pecuárias;

IV - a garantia da preservação, da proteção e da recuperação do meio ambiente;

V - a criação e manutenção de parques de especial interesse urbanístico, social, ambiental, turístico e de utilização pública;

VI - a utilização racional do território e dos recursos naturais, mediante controle da implantação e do funcionamento de atividades industriais, comerciais, residenciais e viárias.

Art. 177 - O plano diretor, além de contemplar os aspectos de interesse local e respeitar a vocação ecológica, será compatibilizado com as diretrizes do planejamento e desenvolvimento regional e especificamente:

I - normas relativas ao desenvolvimento urbano;

II - política de formulação de planos setoriais;

III - critério de parcelamento, uso e ocupação do solo e zoneamento, prevendo áreas destinadas a moradias populares, com facilidade de acesso aos locais de trabalho, serviços e lazer;

IV - proteção ambiental

V - a ordenação de usos, atividade e funções de interesse zonal

VI - a segurança dos edifícios, sua harmonia arquitetônica, alinhamento, nivelamento, ingresso, saídas, arejamento, número de pavimentos e de sua conservação

VII -delimitação da zona urbana e de expansão

VIII - traçado urbano, com arruamentos, alinhamentos, nivelamento das vias públicas, circulação, salubridade, segurança, funcionalidade e estética da cidade.

§ 1º - o controle do uso e ocupação do solo urbano implica, dentre outras, nas seguintes medidas:

I - regulamentação do zoneamento

II - especificação dos usos do solo tolerados em relação a cada área, zona ou bairro da cidade

III - aprovação ou restrição dos loteamentos

- continuação - 56 -

IV - controle das construções
V - proteção estética
VI - preservação paisagística, monumental, histórica e cultural da cidade
VII - controle da poluição.

§ 2º - a promulgação do Plano Diretor se fará por lei municipal específica, aprovada por maioria de dois terços dos votos dos membros da Câmara Municipal, em duas votações, intercaladas de dez dias.

Art. 178 - Aquele que possuir como sua, área urbana / de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptos e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adiquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 1º - o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.

§ 2º - esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez

§ 3º - os imóveis públicos não serão adquiridos / por usucapião.

Art. 179 - Será isento de imposto sobre propriedade predial e territorial urbano, o prédio ou terreno destinado à moradia do proprietário de pequenos recursos, que não possua outro imóvel, nos termos e no limite do valor que a lei fixar.

CAPÍTULO III
DA HABITAÇÃO

Art. 180 - O Município estabelecerá política de habitação, a qual deverá prever a articulação e integração das ações da União e do Estado e a participação das comunidades organizadas, bem como os instrumentos institucionais e financeiros para sua sua execução, visando a solução da carência habitacional, de acordo com os seguintes princípios e critérios:

I - oferta de lotes urbanizados
II - estímulo e incentivo à formação de cooperativas populares de habitação
III - atendimento prioritário, à família carente
IV - formação de programas habitacionais pelo sistema de mutirão, autoconstrução e outras formas alternativas.

Art. 181 - A distribuição de recursos públicos priorizará o atendimento das necessidades sociais, nos termos de política municipal de habitação, e será prevista no plano plurianual e nos orçamentos do Município, os quais destinarão recursos / específicos para programas de habitação de interesse social.

- continuação - 57 -

Art. 182 - O montante dos investimentos do Município ou programas habitacionais serão destinados para suprir a deficiência de moradia de famílias de baixa renda, entendidas estas, as que auferem renda igual ou inferior a duas vezes o salário mínimo.

Art. 183 - O município promoverá programas de interesse social, destinados a facilitar o acesso da população à habitação, priorizando:

I - a regularização fundiária

II - a dotação de infra -estrutura básica e de equipamentos sociais

III - a implantação de empreendimentos habitacionais.

CAPÍTULO IV
DOS TRANSPORTES

Art. 184 - O município estabelecerá política de transporte público municipal de passageiros, para a organização, o planejamento e a execução deste serviço, resalvada a competência federal.

Parágrafo Único - A política de transporte público municipal de passageiros deverá estar compatibilizada com os objetivos de seu desenvolvimento e visará:

I - assegurar o acesso da população aos locais de empregos e consumo, de educação e saúde, lazer e cultura, bem como outros fins econômicos e sociais essenciais;

II - otimizar os serviços, para a melhoria da qualidade de vida da população;

III - minimizar os níveis de interferência no / meio ambiente;

IV - contribuir para o desenvolvimento e a integração regional e urbana.

Art. 185 - A lei instituirá sistema de transporte coletivo municipal, de passageiros, que será integrado, além das linhas municipais, pelas estações rodoviárias.

Parágrafo Único - a lei de que trata este artigo / disporá, obrigatoriamente, sobre:

I - o regime das empresas concessionáriss ou / permissionárias do serviço de transporte, o caráter especial de / seus contratos e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão de concessão ou permissão.

II - o direito dos usuários

III - as diretrizes para política tarifária

IV - os níveis mínimos qualitativos e quantitativos dos serviços prestados

V - as competências específicas e a forma de /

- continuação - 58 -

gestão dos órgãos de gerenciamento do sistema

VI - os instrumentos de implementação e as formas de participação comunitária.

Art. 186 - É assegurada a gratuidade do transporte coletivo urbano, aos maiores de sessenta e cinco, menores de sete anos de idade e às pessoas portadoras de deficiência física ou mental.

Art. 187 - É assegurado, na forma da lei, à mulher / gestante, o acesso privilegiado aos transportes coletivos.

CAPITULO V
DA POLÍTICA AGRÍCOLA E AGRÁRIA

Art. 188 - Nos limites de sua competência, o Município definirá sua política agrícola, em harmonia com o plano municipal de desenvolvimento.

§ 1º - são objetivos da política agrícola:

I - o desenvolvimento da propriedade em todas as suas potencialidades, a partir da vocação e da capacidade do uso do solo, levada em conta a proteção do meio ambiente.

II - a execução de programas de recuperação e / conservação do solo, de reflorestamento, da irrigação, de aproveitamento de recursos hídricos e de outros recursos naturais;

III - a diversificação e rotação de culturas;

IV - o fomento da produção agropecuária e de alimentos de consumo interno, bem como, a organização do abastecimento alimentar;

V - o incentivo à agroindústria;

VI - o incentivo ao cooperativismo, ao sindicalismo e ao associativismo;

VII - a implantação de cinturões verdes nas periferias urbanas;

§ 2º - são instrumentos da política agrícola:

I - o ensino, a pesquisa, a extensão e a assistência técnica;

II - os estímulos à criação de centrais de compra para abastecimento, de microempresas, microprodutores rurais e empresas de pequeno porte, com vistas à diminuição do preço final das mercadorias e produtos na venda ao consumidor;

III - o incentivo à ampliação da rede de estradas vicinais, eletrificação e telefonia rural.

Art. 189 - O Município definirá formas de participação na política de combate ao uso de agrotóxicos, objetivando a educação preventiva e a assistência.

Art. 190 - Os imóveis públicos rurais não serão adquiridos por usucapião.

Art. 191 - As desapropriações de imóveis rurais, serão feitas com previa e justa indenização em dinheiro.

- continuação - 59 -

CAPÍTULO VI

DO MEIO AMBIENTE

Art. 192 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público Municipal e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo, para as gerações presentes e futuras, garantindo-se a proteção dos ecossistemas e o uso racional dos recursos ambientais.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público Municipal, cumprir e fazer cumprir entre outras atribuições:

I - incluir em todos os níveis de ensino das escolas municipais a educação ambiental de forma integrada e multidisciplinar, bem como, promover a educação da comunidade através de disseminação de informações necessárias ao desenvolvimento da consciência crítica da população para a defesa do meio ambiente;

II - assegurar o livre acesso as informações ambientais básicas e divulgar, sistematicamente, os níveis de poluição e de qualidade do meio ambiente no município;

III - fiscalizar, proteger, recuperar e preservar as florestas, a fauna e a flora, de forma complementar a União e ao Estado;

IV - prevenir e controlar a poluição, a erosão, o assoreamento, o deslizamento de encostas e outras formas de degradação ambiental;

V - estimular e promover o rèflorestamento preferencialmente com espécies nativas, objetivando especialmente a proteção de encostas e dos recursos hídricos;

VI - estimular e promover o uso e a exploração racional dos recursos bioterapêuticos regionais;

VII - estimular a pesquisa, o desenvolvimento e a utilização de fontes de energia alternativa não poluentes, bem como de tecnologias poupadouras de energia;

VIII - implantar e manter hortos florestais destinados a recomposição da flora nativa e a produção de espécies diversas, destinadas a arborização dos logradouros públicos;

IX - promover ampla arborização dos logradouros públicos da área urbana, bem como a reposição dos espécimes em processo de deterioração ou morte;

X - criar parques, reservas, estações ecológicas, e outras unidades de conservação, mante-los sob especial proteção e dota-los da infra-estrutura indispensável às suas finalidades;

XI - assegurar, defender e recuperar as áreas sob proteção legal, de caráter ambiental e histórico cultural, em especial os estuários e a mata atlântica;

XII - incentivar, participar e colaborar com a /

- continuação - 60 -

elaboração de planos, programas e projetos de proteção ambiental de interesse do município;

XIII - licenciar no território municipal, a implantação, construção ou ampliação de obras ou atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, em especial, edificações, indústrias, empreendimentos agropecuários, parcelamento e remembramento do solo, exigindo o respectivo licenciamento ambiental do órgão estadual competente;

§ 2º - nas áreas de favelas, cabe a Prefeitura Municipal, elaborar planos e projetos de segurança, expansão e arborização, com vista a proteção ambiental e a salubridade habitacional e promover sua implantação.

Art. 193 - O Município destinará, não menos de cinquenta por cento do total dos recursos provenientes do Imposto / Sobre a Propriedade de Veículos Automotores Licenciados no território municipal, para proteção do meio ambiente.

Art. 194 - É vedado ao Poder Público contratar e / conceder privilégios fiscais a quem estiver em situação de irregularidade face as normas de proteção ambiental.

Parágrafo Único - As concessionárias ou permissionárias de serviços públicos municipais, no caso de infração as normas de proteção ambiental, não será admitida renovação de concessão ou permissão, enquanto perdurar a situação de irregularidade.

Art. 195 - O Município deve estabelecer e divulgar normas tecnicas de saneamento básico, domiciliar residencial, comercial e industrial, essenciais a proteção, de forma a se evitar contaminação ambiental de qualquer natureza.

Art. 196 - Os resíduos domésticos e comerciais devem ser acondicionados higienicamente, coletados, transportados, tratados e/ou dispostos pelo serviço de Limpeza Urbana do Município em áreas licenciadas previamente pelos órgãos de Meio Ambiente / do Estado e Município.

Art. 197 - Os resíduos sólidos especiais patogênicos e tóxicos deverão ser tratados e dispostos em áreas de propriedade do próprio produtor, sendo esta área licenciada previamente pelo órgão do Meio Ambiente do Estado e Município.

Art. 198 - Os estabelecimentos que desenvolva atividades industriais, hospitalares ou ligadas a área de saúde, deverão fazer a triagem do lixo resultante de suas atividades, separando os resíduos patogênicos e tóxicos do restante.

Art. 199 - O resíduo público proveniente da limpeza dos rios e canais, de varredura, capinação, podação, raspagem e lavagem, executada em passeios, vias, logradouros públicos, coletores públicos ou resíduos abandonados em locais públicos, cuja origem e propriedade não possa ser determinada, será coletado pelo Serviço de Limpeza Pública do Município e dispostos em áreas

- continuação - 61 -

previamente licenciadas pelo órgão do Meio Ambiente do Estado e Município.

Art. 200 - O produto da varredura e limpeza das áreas internas e externas dos estabelecimentos comerciais ou industriais deverão ser recolhidos e acondicionados em recipientes padronizados para fins de coleta e transporte do Serviço de Limpeza Urbana Pública, sendo expressamente vedado encaminhá-lo ou depositá-lo / nos passeios, linhas dágua, caixas públicas receptoras de águas / pluviais, leitos e vias e logradouros públicos e terrenos não edificados.

Art. 201 - O Município deve buscar e implantar soluções técnicas alternativas de reciclagem do lixo e procurar reduzir a utilização de material não reciclável e não biodegradável, além de divulgar os maléfícios deste material sobre o meio ambiente

Art. 202 - A destinação final dos resíduos sólidos coletados no município, será realizado de acordo com a conveniência e interesse do órgão público responsável, que deverá observar as técnicas e locais adequados para tratamento e disposição, de modo a não causar prejuizos ao Meio Ambiente ou incômodos a terceiros.

Art. 203 - Será criado na forma da Lei, o Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambidnte - CODEMA -, órgão representativo da comunidade e de assessoramento à Prefeitura Municipal, em questões referentes ao equilíbrio ecológico e ao combate à poluição ambiental, em todo território municipal.

Art. 204 - O Município com autorização da Câmara dos Vereadores, poderá estabelecer convênios ou outra forma de acordo com municípios, em especial os que integram a Região e com a União e o Estado, para gestão do meio ambiente.

Art. 205 - O Município deve fiscalizar e usar o seu / poder de polícia administrativa junto aos proprietários de veículos automotores que circulam no seu território, em especial na zona urbana, emitindo fumaça com densidade colorimétrica superior ao padrão de 02 da Escala Reingelmann.

Art. 206 - O Municipio instituirá o Sistema Municipal Meio Ambiente e criará sua estrutura orgânica para gestão do meio ambiente em seu território.

Art. 207 - O Município deve promover a implantação e manutenção de áreas verdes de preservação permanente e garantir / nas áreas urbanas e de expansão urbanas que fique assegurado a proporção de doze metros quadrados de área verde por habitante, excluídas de preservação permanente assegurada pelas legislação federal e estadual, especialmente as áreas correspondentes às margens dos cursos e coleções de águas, bem como aquelas interiores às propriedades privadas.

Art. 208 - Os proprietários de imóveis urbanos (terrenos) que além das restrições já previstas em lei, reservar dez por cento da área do imóvel para a plantação de árvores, incluindo as

- continuação - 62 -

frutíferas, terão redução no imposto sobre propriedade territorial urbana, a ser fixada em lei.

CAPÍTULO VII

D A S A Ú D E

Art. 209 - A saúde é direito de todos os munícipes e dever do Poder Público, assegurada mediante políticas sociais e econômicas que visem a eliminação do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 210 - Para atingir esses objetivos o Município promoverá:

I - condições dígnas de trabalho, saneamento, moradia, alimentação, educação, transporte e lazer;

II - respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental;

III - acesso universal e igualitário de todos os habitantes do Município às ações e serviço de promoção, proteção e recuperação da saúde, sem qualquer discriminação.

Art. 211 - As ações e serviços de saúde são de natureza pública, cabendo ao poder público a sua normatização e controle devendo sua execução ser feita preferencialmente através de serviços públicos, e, complementarmente através de serviços de terceiros.

Parágrafo Único - É vedada a cobrança ao usuário pela prestação de serviços de assistência saúde mantidos pelo Poder Público ou contratados com terceiros.

Art. 212 - São competências do Município, exercidas pela Secretaria de Saúde ou equivalente:

I - comando do SUS no âmbito do Município, em articulação com a Secretaria de Saúde do Estado;

II - instituir planos de carreira para os profissionais de saúde, baseados nos princípios e critérios aprovados em nível nacional, observando ainda pisos salariais e incentivos à dedicação exclusiva e tempo integral, capacitação e reciclagem permanentes, condições adequadas de trabalho para a execução de suas atividades em todos os níveis;

III - a assistência à saúde;

IV - a elaboração e atualização periódica do plano municipal de saúde, em termos de prioridade e estratégias municipais, em consonância com o plano estadual de Saúde e de acordo com as diretrizes do Conselho Municipal de Saúde e aprovados em lei;

V - a elaboração e atualização da proposta orçamentária do SUS para o Município;

VI - a proposição de projetos de leis municipais que contribuam para a viabilização e concretização do SUS no Municí

- continuação - 63 -

pio;

VII - a administração do Fundo Municipal de Saúde;

VIII - a compatibilização e complementação das normas técnicas do Ministério da Saúde e da Secretaria do Estado da Saúde, de acordo com a realidade municipal;

IX - o planejamento e a execução das ações de controle das condições e dos ambientes de trabalho e dos problemas de saúde com eles relacionados;

X - a administração e execução das ações e serviços de saúde e de promoção nutricional, de abrangência municipal ou intermunicipal;

XI - a formulação e implementação da política de recursos humanos na esfera municipal, de acordo com as políticas nacional e estadual de desenvolvimento de recursos humanos para a saúde;

XII - a implementação do sistema de informação em saúde, no âmbito municipal;

XIII - o acompanhamento, avaliação e divulgação dos indicadores de morbi-mortalidade no âmbito do Município;

XIV - o planejamento e a execução das ações de vigilância sanitária e epidemiologia e de saúde do trabalhador no âmbito do Município;

XV - o planejamento e execução, das ações de controle do meio ambiente e de saneamento básico no âmbito do Município;

XVI - a normatização e execução, no âmbito do Município, da política nacional de insumos e equipamentos para a saúde;

XVII - a execução, no âmbito do Município, dos programas e projetos estratégicos para o enfrentamento das prioridades nacionais, estaduais e municipais, assim como situações emergenciais;

XVIII - a complementação das normas referentes às relações com o setor privado e a celebração de contratos com serviços privados de abrangência municipal;

XIX - a celebração de consórcios intermunicipais para formação do Sistema de Saúde, quando houver indicação técnica e consenso das partes;

XX - organização de Distritos Sanitários com alocação de recursos técnicos e práticos de saúde adequados à realidade epidemiológica local.

Parágrafo Único - Os limites do Distrito Sanitário referidos no inciso XX do presente artigo, constarão do plano diretor do município e serão fixados segundo os seguintes critérios:

a) área geográfica de abrangência
b) adscrição de clientela
c) resolutividade dos serviços à disposição da

- Continuação - 64 -

população.

Art. 213 - Ficam criados no âmbito do Município duas instâncias colegiadas de caráter deliberativo: a Conferência e o Conselho Municipal de Saúde.

§ 1º - A Conferência Municipal de Saúde convocada pelo Prefeito Municipal com ampla representação da comunidade, objetiva avaliar a situação do município e fixar as diretrizes da política municipal de saúde.

§ 2º - O Conselho Municipal de Saúde com o objetivo de formular e controlar a execução da política municipal de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, é composto pelo Governo, representantes de entidades prestadoras de / serviços de saúde, usuários e trabalhadores do SUS, devendo a lei dispor sobre sua organização e funcionamento.

Art. 214 - O Sistema único de saúde no âmbito do Município, será financiado com recursos do orçamento do Município, do Estado, da União, da Seguridade Social, além de outras fontes.

§ 1º - o conjunto dos recursos destinados às ações e serviços de saúde no Município, constituem o Fundo Municipal de Saúde conforme a lei municipal.

§ 2º - o montante das despesas de saúde não / será inferior a 10% (dez por cento) das despesas globais do orçamento anual do Município.

CAPÍTULO VIII

DO SANEAMENTO BÁSICO

Art. 216 - O Município, juntamente com o Estado, instituirá, com a participação popular, programa de saneamento urbano e rural, como medida preventiva de saúde, com o objetivo de p/ promover a defesa da saúde pública, respeitada a capacidade de suporte do meio ambiente aos impactos causados.

Parágrafo Único - o programa de que trata este artigo será regulamentado através de lei estadual no sentido / de garantir a maior parcela possível da população e abastecimento de água tratada, a coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários e de resíduos, bem como os serviços de drenagem e águas pluviais e a proteção dos mananciais potáveis.

Art. 217 - É de competência comum do Estado e do Município implantar o programa de saneamento referido no artigo anterior, cujas premissas básicas serão respeitadas quando da elaboração do Plano Diretor da cidade.

CAPÍTULO IX

DA FAMÍLIA, DA MULHER, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DO IDOSO E DA DEFESA DO CONSUMIDOR

SEÇÃO I

- continuação - 65 -

Art. 218 - O Município desenvolverá política e programas de assistência social e proteção à criança, ao adolescente e / ao idoso, portadores ou não de deficiência, com a participação de entidades civis, obedecendo os seguintes preceitos:

I - aplicação da assistência materno-infantil;

II - criação de programas de prevenção à criança e ao adolescente, dependentes de entorpecentes e drogas afins;

III - criação de programas de prevenção, da integração social, preparo para o trabalho, de acesso facilitado aos bens e serviços e à escola, e do atendimento especializado para / crianças e adolescentes portadores de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla;

IV - execução dos programas que priorizem o atendimento no ambiente familiar e comunitário;

V - atenção especial às crianças e adolescentes em estado de miserabilidade, exploradas sexualmente, doentes mentais, órfãos, abandonados e vítimas de violência.

Parágrafo Único - A coordenação, o acompanhamento e a fiscalização dos programas a que se refere este artigo caberão a conselhos comunitários, cuja organização, composição , funcionamento e atribuições serão disciplinados em lei, assegurada a participação de representantes de órgãos públicos e de segmentos da sociedade civil organizada.

SEÇÃO II
DA DEFESA DO CONSUMIDOR

Art. 219 - O Município promoverá, juntamente com o / Estado e a sociedade, ação sistemática de proteção ao consumidor, de modo a garantir-lhe a segurança, a saúde e a defesa de seus interesses econômicos, atuando, objetivamente da seguinte forma:

I - estimular as cooperativas ou outras formas de associativismo de consumo;

II - incentivar a formação de consciência pública, voltada para a defesa dos interesses do consumidor;

III - prestar atendimento e orientação ao consumidor.

TÍTULO V
DA SEGURANÇA SOCIAL

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 220 - A Segurança Social, pelo qual o Município é o responsável, tem como base, o primado do trabalho, e, como objetivo, o bem estar e a justiça social.

Art. 221 - A Segurança Social é garantida por um con

- continuação - 66 -

junto de ações da União, Estado, Município e da sociedade, destinadas a tornar efetivos os direitos ao trabalho, à educação, à cultura, ao desporto, ao lazer, à saúde, à habitação, ao meio ambiente e à assistência social, assegurados ao indivíduo pelas Constituições Federal e Estadual e esta Lei Orgânica.

§ 1º - será estimulada e valorizada a participação da população, através de organizações representativas, na integração do controle da execução das ações mencionadas neste artigo.

§ 2º - os projetos de cunho comunitário terão preferência nos financiamentos públicos e nos incentivos fiscais, além de outros.

Art. 222 - O Município prestará assistência social, visando, entre outros, aos seguintes objetivos:

I - proteção à família, à maternidade, à infância, à aolescência e à velhice;

II - amparo aos carentes e desassistidos;

III - promoção da integração no mercado de trabalho;

IV - habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência, e promoção de sua integração na vida social e comunitária.

Art. 223 - A lei definirá a participação do Município nos programas federais e estaduais, relativos a emprego, segurança e acidente do trabalho, reabilitação profissional, integração de deficientes no mercado de trabalho e outros que assegurem o exercício dos direitos laboriais previstos pela Constituição Federal.

Art. 224 - O Município estimulará a educação preventiva contra o uso de substâncias entorpecentes, ou que determinam dependência física e psíquica, e a assistência na recuperação dos dependentes.

Art. 225 - O Município prestará apoio às entidades particulares que desenvolvam ações sociais de atendimento à mulher, em especial, quando vítimas de violência.

Art. 226 - O Município realizará política especial de proteção e atendimento aos deficientes, visando a integrá-los socialmente.

Parágrafo Único - Os logradouros e edifícios públicos serão adaptados para permitir o livre acesso aos deficientes físicos.

CAPÍTULO II

DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA, DO DESPORTO, DA CIÊNCIA, E TECNOLOGIA, DA COMUNICAÇÃO SOCIAL E DO TURISMO

SEÇÃO I
DA EDUCAÇÃO

Art. 227 - A educação, direito de todos, dever do Mu

- continuação - 67 -

nicípio e da família, baseada na justiça social, na democracia, / no respeito aos direitos humanos ao meio ambiente e aos valores culturais, visando o desenvolvimento ao educando como pessoa e à sua qualificação para o trabalho e o exercício da cidadania.

Art. 228 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condição para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público municipal, / em seus estabelecimentos;

V - valorização dos profissionais do ensino, garantindo, na forma da lei, planos de carreira para o magistério público municipal, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime jurídico para todas as instituições mantidas pelo Município;

VI - gestão democrática do ensino público;

VII - garantia de padrão de qualidade

Art. 229 - O Município complementará o ensino com / programas permanentes e gratúitos de material didático, transporte, alimentação, assistência à saúde e de atividades culturais e esportivas.

§ 1º - os programas de que trata este artigo serão mantidos nas escolas, com recursos financeiros específicos que são os destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, e serão desenvolvidos com recursos humanos dos respectivos órgãos da administração pública municipal.

§ 2º - o Município, através de órgão competente, poderá implantar programas específicos para a manutenção de albergues aos estudantes, possuindo ou não vínculo orgânico com / alguma instituição.

Art. 230 - É dever do Município:

I - garantir o ensino fundamental, obrigatório e gratúito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II - manter, obrigatoriamente, respeitadas suas necessidades e peculiaridades, número mínimo de escolas de ensino fundamental completo, com atendimento ao pré-escolar;

III - participar, inclusive conveniado, na manutenção de cursos profissinalisantes, abertos à comunidade em geral

IV - proporcionar atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

- continuação - 68 -

V - incentivar a publicação de obras e pesquisas no campo educacional, promovendo a feira do livro;

VI - auxiliar na manutenção das creches.

Art. 231 - O acesso ao ensino obrigatório gratuito é direito público.

§ 1º - o não oferecimento do ensino obrigatório gratuito ou a sua oferta irregular, pelo Poder Público Municipal, importam responsabilidade da autoridade competente.

§ 2º - compete ao Município recensear os educandários para o ensino fundamental, e fazer-lhes a chamada anualmente.

§ 3º - transcorridos dez dias úteis do período de vaga, incorrerá em responsabilidade administrativa a autoridade municipal competente que não garantir, ao interessado devidamente habilitado, o acesso à escola fundamental.

§ 4º - a comprovação do cumprimento do dever de frequência obrigatória dos alunos do ensino fundamental, será feita por meio de instrumento apropriado, regulado por lei.

Art. 232 - É assegurado aos pais, professores, alunos e funcionários, organizarem-se, em todos os estabelecimentos municipais de ensino, através de associações, grêmios estudantis, círculo de pais e mestres e outras formas.

Parágrafo Único - Será responsabilizada a autoridade educacional que embaraçar ou impedir a organização ou o funcionamento das entidades referidas neste artigo.

Art. 233 - Os recursos públicos serão destinados às escola públicas, podendo ser dirigidos às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação do seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessionál, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades;

§ 1º - os recursos de que trata este artigo, poderão ser destinados a bolsa parcial ou integral de estudo, para o ensino fundamental, na forma da lei, para os que demonstrarem comprovadamente insuficiência de recursos.

§ 2º - a lei disciplinará os critérios e a / forma de concessão e de fiscalização, pela comunidade, das entidades mencionadas no "caput" a fim de verificar o cumprimento dos / requisitos dos incisos I e II.

Art. 234 - O município aliçará, no exercício financeiro, no mínimo, vintr e cinco por cento da receita resultante / de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

Parágrafo Único - É vedado às escolas públicas, a cobrança de taxas ou contribuições a qualquer título.

- continuação - 69 -

Art. 235 - O Município organizará o seu sistema de ensino, em regime de colaboração com os sistemas Federal e Estadual

Art. 236 - Os estabelecimentos públicos municipais de ensino estarão a disposição da comunidade, através de programações organizadas em comum.

Art. 237 - A lei estabelecerá o plano municipal de educação, de duração plurianual, em consonância com os planos nacional e estadual de educação, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino, e a integração das ações desenvolvidas pelo Poder Público que conduzam a:

I - erradicação do analfabetismo
II - universalização do atendimento escolar
III - melhoria da qualidade do ensino
IV - formação para o trabalho
V - promoção humanística.

Art. 238 - Lei ordinária implantará o plano de carreira do Magistério Público Municipal.

Art. 239 - Os diretores das escolas públicas municipais serão escolhidos, mediante a eleição direta e unimominal, pela comunidade escolar, na forma da lei.

Art. 240 - O Município manterá um sistema de bibliotecas escolares, na rede pública municipal, cabendo-lhe a fiscalização.

Art. 241 - O Poder Público Municipal poderá complementar o atendimento aos deficientes, através de convênios com entidades que preencham os requisitos desta Lei Orgânica.

Parágrafo Único - O órgão encarregado do atendimento ao excepcional regulará e organizará o trabalho das oficinas protegidas para pessoas portadoras de deficiência, enquanto / estas não estiverem integradas no mercado de trabalho.

Art. 242 - Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais ou regionais.

Parágrafo Único - O ensino religioso e da história do Município, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas do ensino fundamental, sendo obrigatório o ensino dos hinos Nacional, de Pernambuco, e do Município, nas escolas da rede municipal de ensino.

SEÇÃO II

DA CULTURA

Art. 243 - O município estimulará a cultura em suas multíplas manifestações, garantindo o pleno e efetivo exercício dos respectivos direitos, bem como acesso a suas fontes em nível social e regional, apoiando e incentivando a produção, a valoriza

- continuação - 70 -

ção e a difusão das manifestações culturais.

Parágrafo único - É dever do Município proteger e estimular as manifestações culturais de diferentes grupos étnicos formadores da sociedade de Tracunhaém.

Art. 244 - Constitui direitos culturais, garantidos pelo Município:

I - liberdade na criação e expressão artística;

II - acesso à educação artística e ao desenvolvimento da criatividade, principalmente nos estabelecimentos de ensino, nas escolas de arte, nos centros culturais e espaço de associações de bairros;

III - o amplo acesso à todas as formas de expressão cultural, das populares às eruditas e das regionais às universais;

IV - o apoio e incentivo à produção, difusão e circulação dos bens culturais;

V - o acesso ao patrimonio cultural do Município, entendendo-se como tal o patrimônio natural, os bens de natureza material e imaterial, portadores de referência à identidade, à ação e a memória dos fiferentes grupos formados e da sociedade de Tracunhaém, nos quais incluindo-se entre esses bens:

a) as formas de expressão

b) os modos de fazer, criar e viver

c) as criações artísticas, científicas e tecnológicas

d) as , obras, objetos, monumentos naturais e paisagens, documentos, edificações e demais espaçoes públicos e privados, destinados àsmanifestações políticas, artísticas e culturais.

e) os conjuntos urbanos e sítios de valores históricos, paisagísticos, artísticos, arqueológicos, científicos e cológicos.

Art. 245 - O Poder Público, com a colaboração da comunidade, protegerá o patrimônio cultural, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriações e outras formas de acautelamento e preservação.

§ 1º - os proprietários de bens de qualquer natureza, tombados pelo Município, receberão incentivos para preservação e conservação, conforme definido em lei.

§ 2º - as instituições públicas municipais ocuparão preferencialmente prédios tombados, desde que não haja ofensa à sua preservação.

Art. 246 - O Município manterá, sob orientação técnica do Estado, cadastro atualizado do patrimônio histórico e do acervo cultural, público e privado.

Parágrafo Único - o plano diretor disporá, ne

- continuação - 71 -

necessariamente, sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural.

Art. 247 - A lei disporá sobre o sistema de museus, que abrangerá as instituições municipais, públicas e privadas.

Art. 248 - O Município promoverá, apoiando diretamente, ou através das instituições oficiais de desenvolvimento econômico, a consolidação da produção teatral, fonográfica, literária, musical, de dança e de artes plásticas, bem como outras formas de manifestação cultural, criando condições que viabilizem a continuidade desta no Município, na forma da lei.

Art. 249 - O Município colaborará com as ações culturais, devendo aplicar recursos para atender e incentivar a produção local e para proporcionar o acesso da população à cultura de forma ativa e criativa.

Art. 250 - O Município propiciará o acesso às obras de arte, com a exposição destas em locais públicos, e incentivará a instalação e manutenção de bibliotecas na sede do município e distritos.

Parágrafo Único - Dedicarão, ainda, atenção especial à aquisição de bens culturais para garantir sua permanência no Município.

SEÇÃO III
DO DESPORTO

Art. 251 - É dever do Município fomentar e amparar o desporto, e lazer e recreação como direito de todos, observados:

I - a promoção prioritária do desporto educacional, em termos de recursos humanos, financeiro e materiais, em suas atividades, meio e fim;

II - a dotação de instalação esportiva e recreativa para as instituições escolares públicas;

III - a garantia de condição para prática da educação física, de lazer e do esporte ao deficiente físico, sensorial e mental.

Art. 252 - Compete, ao Município, legislar sobre a utilização das áreas de recreação e lazer e sobre a demarcação dos locais destinados ao repouso, à pesca e ao desporto em geral.

SEÇÃO IV

DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Art. 253 - Poderá, o Município, com vistas em promover o desenvolvimento da Ciência e Tecnologia, proporcionar a formação e o aperfeiçoamento de recursos humanos devendo basear-se no respeito à vida, à saúde, à dignidade humana e aos valores culturais do povo, na proteção, controle e recuperação do meio ambi-

- continuação - 72 -

ente, e no aproveitamento dos recursos naturais.

SEÇÃO V
DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 254 - A manifestação do pensmento, a criação, a expressão e a informação, sobre qualquer forma, processo ou / veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nas Constituições Federal, Estadual e nesta Lei Orgânica.

SEÇÃO VI
DO TURISMO

Art. 255 - O Município instituirá política municipal de turismo e definirá as diretrizes, a observar nas ações p' públicas e privadas, com vistas a promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento social e econonômico.

§ 1º - O Poder Executivo elaborará inventário e regulamentação do uso, ocupação e fruição dos bens naturais e culturais de interesse turístico, observando as competências da União e do Estado.

§ 2º - O montante das despesas com o turismo não será inferior a 10% (dez por cento) das despesas globais do orçamento anual do Município.

CAPÍTULO III
DAS ASSOCIAÇÕES E DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

Art. 256 - O Município buscará, por todos os meios ao seu alcance, a cooperação das associações representativas no planejamento municipal.

Parágrafo Único - Para fins deste artigo, / entende-se como associação representativa qualquer grupo organizado, de fins lícitos, que tenha legitimidade para representar seus siliados independentemente de seus objetivos ou natureza jurídica.

Art. 257 - Os Conselhos Municipais são órgãos governamentais, que tem por finalidade auxiliar a administração na orientação, planejamento, interpretação e julgamento de matéria / de sua competência.

Art. 258 - A lei especificará as atribuições de cada Conselho, sua organização, composição, funcionamento, forma de nomeação de titular e suplente e prazo de duração do mandato.

Art. 259 - Os Conselheiros Municipais são compostos por um número ímpar de membros, observando, quando for o caso, a representatividade da administração, das entidades públicas, classistas e de sociedade civil organizada.

- continuação - 73 -

CAPÍTULO IV

DA TRANSIÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 260 - Até 30 (trinta) dias antes das eleições municipais, o Prefeito Municipal terá de preparar, para entrega ao sucessor e para publicação imediata, relatório da situação da Administração Municipal que conterá entre outras, informações atualizadas sobre:

I - dívidaas do Município, por credor, com as datas dos respectivos vencimentos, inclusive das dívidas a longo prazo e encargos decorrentes de operação de crédito, informando sobre a capacidade da Administração Municipal de realizar operações de crédito de qualquer natureza;

II - medidas necessárias à regularização das contas municipais perante o Tribunal de Contas ou órgão equivalente, se for o caso;

III - prestações de contas de convênios celebrados com organismos da União e do Estado, bem como do recebimento de subvenções e auxílios;

IV - situação dos contratos com concessionárias e permissionárias de serviços públicos;

V - estado dos contratos de obras e serviços em execução ou apenas formalizados, informando sobre o que foir realizado e pago e o que hja por executar e pagar, com o prazo respectivo.

VI - transferências a serem recebidas da União e do Estado por força de mandamento constitucional ou de / convênios;

VII - projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo em curso na Câmara Municipal, para permitir que a nova administração decida quanto a conveniência de lhes dar prosseguimento, acelerar seu andamento ou retirá-los;

VIII - situação dos servidores do Município, / seu custo, quantidade e órgãos em que estão lotados e em exercício.

Art. 261 - É vedado ao Prefeito Municipal assumir, por qualquer forma, compromissos financeiros para execução de / programas ou projetos após o término de seu mandato, não previstos na legislação orçamentária

§ 1º - o disposto neste artigo jão se aplica nos casos comprovados de calamidade pública;

§ 2º - serão nulos e não produzirão nenhum efeito os empenhos e atos praticados em desacordo neste artigo , sem prejuizo da responsabilidade do Prefeito Municipal.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

- continuação - 74 -

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 262 - O Município publicará anualmente, no mês de março, a relação completa dos servidores lotados por órgão ou ent dades da administração pública direta, indireta, fundacional, em cada um de seus poderes, indicando o cargo ou função e o lo - cal de seu exercício, para fins de recenseamento e controle.

Art. 263 - Até a promulgação de lei complementar referida no Art. 169 da Constituição Federal, o Município não poderá despender com pessoal, mais do que sessenta e cinco por cento do valor da receita corrente.

Parágrafo Único - O município, caso a respectiva despesa de pessoal exceder ao limite previsto neste artigo, deverá retornar àquele limite, reduzindo o percentual excedente a razão de um quinto por ano.

Art. 264 - Até a entrada em vigor da lei complementar a que se refere o Art. 165, § 9º, I e II, da Constituição Federal, serão obedecidas as seguintes normas:

I - o projeto de plano plurianual, para vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato do / Prefeito subsequente, será encaminhado até três meses antes do / encerramento do primeiro exercício financeiro e devolvido para / sanção até o encerramento da sessão legislativa;

II - o projeto de lei de diretrizes orçamentárias será encaminhado até oito meses e meioantes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa;

III - o projeto de lei orçamentária do Município será encaminhado até três meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

Art. 265 - Para o recebimento de recursos públicos a partir da Promulgação desta Lei Orgânica, todas as entidades beneficentes, mesmo as que já estejam recebendo recursos, serão submetidas a um reexame para a verificação de sua condição de utilidade pública ou benemerência, tal como exige a lei pertinente.

Art. 266 - É assegurado aos servidores públicos municipais, na forma da lei, a percepão de benefício de vale-transporte, no âmbito municipal.

Art. 267 - O Município, no prazo máximo de dois anos a partir da data da promulgação desta lei, adotará medidas administrativa necessárias a identificação e delimitaç~o de seus imóveis inclusive na área rural.

Parágrafo Único - Do processo de identificação participará comissão técnica da Câmara Municipal.

- continuação - 75 -

Art. 268 - A revisão desta Lei Orgânica será realizada 90 (noventa) dias após a revisão da Constituição Estadual, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, em 02 (dois) turnos de votação com interstício mínimo de 10 (dez) dias.

Art. 269 - Esta Lei Orgânica, aprovada e assinada pelos integrantes da Câmara Municipal de Tracunhaém, será promulgada pela Mesa e entrará em vigor na data de sua promulgação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Tracunhaém, em 05 de abril de 1990

José Fernando Barbosa da Silva - Presidente

Marcos Antonio Ferreira Santiago - 1º Secretário

Marcos Roque de Lima - 2º Secretário

Cesário Mendes Alves

Claudionor Lopes de Oliveira

Izaque José Vicente

José Raimundo de Freitas Tavares

Manuel Marcelino da Silva

Severino Rodrigues Correia

Ilmo. Sr.
Presidente da Câmara Municipal de
TRACUNHAÉM / PERNAMBUCO

Senhor Presidente,

O FORUM ESTADUAL DA POLÍTICA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE é um movimento composto por representantes de Entidades Governamentais e não Governamentais do Estado de Pernambuco que vem funcionando na articulação de ações na luta em defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

No âmbito governamental participam Entidades, como por exemplo: FEBEM, FUNABEM, UFPE, LBA, UNICEF e Secretarias de Estado. A nível das Organizações não Governamentais, aglutinadas na frente das Entidades não Governamentais, participam entre outras, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, o Movimento das Escolas Comunitárias, Visão Mundial, AMENCAR, etc.

As ações de articulação tem resultado entre outras iniciativas, na consolidação de propostas para Constituição Estadual e para as Leis Orgânicas Municipais.

Neste sentido, solicitamos em nome do FORUM, a colaboração de Vossa Senhoria no envio de cópia da Lei Orgânica Municipal, no que se refere aos artigos relativos a Criança e ao Adolescente. Este material servirá de subsídio para análise dos ganhos obtidos nesta questão, nos diversos Municípios de nosso Estado. Esse resultado será apresentado em Seminário no dia 12 de maio próximo, nesta cidade.

Reafirmamos a importância de recebermos o referido material até o dia 20 do corrente, no endereço abaixo.

Certo de contarmos com o vosso apoio, desde já agradecemos.

Cordialmente,

FORUM ESTADUAL DA POLÍTICA DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE/GRUPO DE ARTICULAÇÃO MUNICIPAL

Endereço para Correspondência:
FCBIA/FUNDAÇÃO CENTRO BRASILEIRO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
Antiga FUNABEM
Rua Corredor do Bispo, 185 - Boa Vista

Ilmo. Sr. Relator da Comissão de Sistematização da Carta Magna da Camara Municipal de Tracunhaém.

Nós Profissionais e Auxiliares da àrea de SAÚDE, deste município, - no final assinado, vem mui respeitosamente, nos termos da Lei nº 3.999/61 de 15/12 / 1961 (C L T), requerer a V. Sa., que se digne de incluir no referido testo Constituinte o Art. 5º da referida Lei.

O que diz o artigo. 5º: fica fixado o salário-minimo dos Médicos e - para Médicos e Odontologico em quantia igual à três vezes o salário- minimos comum - das regiões sub-regiões em que exercerem a profissão.

Diante o exposto, e na certeza de que essa simples reivindicação / seja aceita e acatada por todos os Membros dessa Petoria Casa.

Nestes termos
Pedem deferimento
Tracunhaém (PE) 08 de fevereiro de 1990.

Ana Lely moraes monteiro.
Isabel de Moraes F. Chaves
Teresa Ramos.
Maria Cristina V. Cavalcanti
Maria Cristina Ferreira
Ana Regina de Oliveira Almeida.
Adelma Oliveira de Arruda

ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara Municipal de Tracunhaém

Casa Barão de Tracunhaém
Praça Costa Azevedo, 57

Emenda ao Projeto de Lei Orgânica Municipal de Tracunhaém.

Inclua-se onde puder:

O cidadão ou cidadã que completar 20 (vinte) anos de mandato como Vereador, de forma initerrupta ou alternada, gozará / dos benefícios de uma gratificação mensal equivalente a 80% (oitenta por cento) do que perceber o Vereador, sendo intransferível sob qualquer pretexto.

Câmara Municipal de Tracunhaém, em 20 de março de 1990.

José Fernando Barbosa da Silva - Vereador

J U S T I F I C A T I V A

Estamos apresentando esta emenda tão somente com o intúito de compensar financeiramente o denodo, o esforço e a dedicação que têm os homens quando portadores de um mandato de vereador para com a comunidade. Todos nós sabemos que alguns chegam a sacrificar família, patrimônio, e tranquilidade no sentido único de serem úteis ao seu povo, e muitas das vezes já com idade bastante alta ficam no esquecimento e nas dificuldades econômicas e sociais.

José Fernando Barbosa da Silva - Vereador

ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara Municipal de Tracunhaém

Casa Barão de Tracunhaém
Praça Costa Azevedo, 57

Emenda ao Projeto de Lei Orgânica Municipal de Tracunhaém

Inclua-se onde couber:

Será concedida pensão vitalícia e intransferível ao conjuge do cidadão ou cidadã que falecer quando no exercício / do mandato de Vereador, e esta pensão representará 80% (oitenta por cento) da remuneração do Vereador.

Câmara Municipal de Tracunhaém, em 20 de março de 1990.

José Fernando Barbosa da Silva - Vereador

J U S T I F I C A T I V A

Entendemos que muitos vereadores sacrificam sua própria existência, com extensão para a sua família, porque empregam tudo em função do eleitor necessitado de receita médica, de ajuda de custo, de auxílio para reformar moradia, ou mesmo construir o seu próprio barraco.

Assim estamos protegendo o cônjuge que também se / juntou a esta dedicação e também se sacrificou.

José Fernando Barbosa da Silva - Vereador

ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara Municipal de Tracunhaém

Casa Barão de Tracunhaém
Praça Costa Azevedo, 57

Exmo. Sr. Presidente Vereador Fernando Barbosa, mormente também Presidente da Câmara Organizante da Lei Orgânica Municipal. Exmos. Srs. Vereadores desta Magna Câmara meus nobres colegas. Exmo. Sr. Prefeito . Exmos. ~~Srs. Prefeitos(e Veread), de outros Municipios, Exmos. Sr. Vereadores de outros Municipios~~ , Srs. ~~Ex-Prefeitos~~ e Srs. Ex-Vereadores. Diretores e Presidentes de entidades representativas da nossa Sociedade. Srs. Secretários Municipais, Srs. Professores. Srs. Funcionarios Públicos. Srs. Artesãos. Trabalhadores Rurais. Caros Estudantes. Jovens, Crianças, Srs. e Sras. Autoridades porventura aqui presentes: Exmo. Sr. Juiz de Direito da Comarca de Nazaré da Mata.

A História de Tracunhaém a partir desta data, ~~irá~~ contar que os Vereadores da atual legislatura a qual está incluída este humilde Vereador, participaram da elaboração da 1ª Lei de Organização Municipal a Histórica e tão esperada e propagada Lei Orgânica.

Se avançada e progressista, valeu a pena construí-la, se retrograda e pobre, haveremos de pagar o preço, pois assim como está sobre os nossos ombros, promulgá-la nesta noite, assim também devemos assumir quaisquer falhas nela contida, ~~já~~ somos humanos. porém, meus Senhores e minhas senhoras o que nos faz felizes de verdade é aproximarmos definitivamente o executivo e o legislativo do nosso povo, da nossa comunidade através de instrumentos que permitam a organização da sociedade a fim de torna-la mais justa e capaz de superar ~~seus problemas~~ os nossos problemas.

Se dissessemos que este conjunto de Leis foi de iniciativa tão somente nossa, não estaríamos exprimindo a verdade, até porque Juristas renomados como Afonso Arinos e Pinto Ferreira, abriram espaços em seus Projetos de Constituição Federal e Estadual respectivamente para que fosse enriquecido com idéias de parlamentares e da Sociedade Organizada, pois bem Senhores, nossa Lei orgânica levou em consideração o brilhante Projeto do Municipalista e Vereador Liberato Costa Junior, nós Vereadores nos debruçamos sobre as matérias apresentadas pela Ordem dos Advogados do Brasil; do Programa Nacional de defesa da Criança e do Adolescentes consideramos as prioridades Municipais dentro do relevante papél atribuido ao Municipio, foi profundamente analisada a questão agrícola tanto aos nossos olhos quanto a ótica da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão rural. Entendemos que a agricultura é uma responsabilidade municipal no âmbito do estímulo, da orientação, a agropecuária na nossa região é indispensável e a participação da comunidade é fundamental com planejamento e uma política agrícola competente.

No Capítulo que trata sobre saúde na nossa lei orgânica, vimos que é preciso estender tal benefício a todos os Municipes, inclusive aqueles que muitas vezes não podem se deslocar do leito a propósito de outros que escolhem o tipo de tratamento que desejam. Haverá dispositivos legais para um maior combate aos males que porventura assolem nossa população, embora saibamos que o maior deles é a fome. Está portanto o municipio equipado para enfrentar os desafios que o espera. Educação, saúde, segurança, desportos e lazer, meio ambiente, turismo, cultura, saneamento básico, abastecimento, transporte, tributação, apoio a família e

ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara Municipal de Tracunhaém

Casa Barão de Tracunhaém
Praça Costa Azevedo, 57

além de tudo e sobretudo a criação de conselhos municipais, para que haja um perfeito intercâmbio entre poder executivo e comunidade e comunidade e poder legislativo de tal forma que o Plano diretor previsto para o Municipio a cada exercício não se torne apenas papéis e papéis e seja realidade e sempre realidade com a harmonia e a comprensão de todos os seguimentos.

Entendemos também que o municipio não deve continuar um eterno dependente da União e do Estado a nível de recursos. Se o estado não der condições não se constrói uma sala de aula. se a união não der uma mãozinha não se constrói uma habitação sequer, permitam-me o citado exemplo. Partindo deste principio de autonomia administrativa que nos é peculiar pelas novas leis, abrimos espaço para o apoio a pequena e a média empresa estabelecendo uma economia ativa com o municipio utilizando o instrumento do recurso próprio através dos tributos arrecadados.

Srs. e Sras. diante das discursões plenários , atendendo ao chamamento de colégios e de outros órgãos que direta ou indiretamente nos estimularam a trabalhar por esta Lei orgânica, contactamos com colegas de diversos Municipios em encontros de grupos de interesse e até individuais, fizemos a nossa parte, que o diga o grande colaborador Bartolomeu de Lira Falcão, certamente o nosso guia jurídico Dr. Djalma de Melo Câmara que deve concordar conosco em genero e em número . Já tive a oportunidade de afirmar que as reformas constitucionais praticadas no Brasil a partir de 1988, tem nos conduzido a um novo Brasil, com eleições em todos os níveis, com eleições em dois turnos para os cargos mais importantes, com espaços para a Democracia tão pregada pelos nossos patricios de um passado recente, com a fantástica eleição para Presidente da Republica, com a valorização tão exelente do Vereador homem-povo, cabo eleitoral muitas vezes só lembrado em eleições de Deputados e outros cargos. como calouro que sou na política, mas tenho conhecimento dessas verdades e tive a felicidade de chegar a camara municipal neste momento de rara grandeza para o vereador. Obrigado Sr. Presidente pela oportunidade. obrigado sr. Prefeito pelo apoio a camara neste momento. obrigado meus colegas vereadores pela tolerância a intransigencia muitas vezes deste Vereador, as vezes moderado, as vezes agressivo, mas sempre Cristão e sempre democrata.

Obrigado meu povo, exijam os seus direitos. a Câmara é a casa de Vocês.

05.04.1990.

OK
Artigo 12
82º, inciso III
Ja (ilegível)

CÂMARA MUNICIPAL DE TRACUNHAÉM

Proposta a Lei Orgânica Municipal

Nº /90

Requeiro, na forma regimental, que depoi sde aprovado pelos membros da Comissão, determine-se que a Câmara Municipal poderá ser convocada extraordinariamente pelo Prefeito do Município, por 2/3 (dois terços) dos componentes da Câmara Municipal, e pelo Presidente da Câmara Municipal, justificada a convocação.

Carpina, em 29 de janeiro de 1990

VEREADOR

(a) Glaudionor Lopes de Oliveira

JUSTIFICATIVA ORAL

CÂMARA MUNICIPAL DE TRACUNHAÉM

Proposta a Lei Orgânica Municipal

Nº ____/90

Requeiro, na forma regimental, que seja determinado na Lei Orgânica do Município de Tracunhaém, que somente após decorridos 05 (cinco) ~~anos da data~~ da promulgação, poderá a / mesma sofrer qualquer alteração, dentro da maneira que for determinada pela própria Lei Orgânica.

Carpina, em 29 de janeiro de 1990

Glaudionor Lopes de Oliveira
VEREADOR

(a) Glaudionor Lopes de Oliveira

JUSTIFICATIVA ORAL

(Penúltimo)

"Art ... A revisão desta Lei Orgânica será realizada noventa dias após a revisão da Constituição Estadual, pelo voto de 2/3 dos membros da Câmara, em dois turnos de votação, com interstício mínimo de dez dias".

ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara Municipal de Tracunhaém

Casa Barão de Tracunhaém
Praça Costa Azevedo, 57

EMENDA AO PROJETO DE LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Inclua-se no Título VII - Das Disposições Gerais e Transitórias, artigo com o seguinte teor:

" Art. - A revisão desta Lei Orgânica será realizada noventa dias após a revisão da Constituição Estadual, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, em dois turnos de votação com interstício mínimo de 10 (dez) dias."

Tracunhaém, em de março de 1990

Glaudionor Lopes de Oliveira - Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE TRACUNHAÉM

Proposta a Lei Orgânica Municipal

Nº /90

Requeiro, na forma regimental, que seja determinado na Lei Orgânica do Município de Tracunhaém, que somente após decorridos 05 (cinco) anos da data da promulgação, poderá a / mesma sofrer qualquer alteração, dentro da maneira que for determinada pela própria Lei Orgânica.

Carpina, em 29 de janeiro de 1990

VEREADOR

(a) Glaudionor Lopes de Oliveira

JUSTIFICATIVA ORAL

(Penúltimo)

"Art ... A revisão desta Lei Orgânica será realizada noventa dias após a revisão da Constituição Estadual, pelo voto de 2/3 dos membros da Câmara, em dois turnos de votação, com interstício mínimo de dez dias".

Aprovado
Em, 21/03/1990
PRESIDENTE

ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara Municipal de Tracunhaém

Casa Barão de Tracunhaém
Praça Costa Azevedo, 57

Emenda ao Projeto de Lei Orgânica Municipal

Ao inciso XXII do Artigo 67 do Projeto de Lei nº 01/90, dê-se a seguinte redação:

"XXII - conceder auxílios e subvenções às entidades devidamente constituidas, mediante prévia autorização da / Câmara, acolhendo preferencialmente as instituições indicadas pelos Vereadores;"

Tracunhaém, em 21 de março de 1990

Claudionor Lopes de Oliveira - Vereador

ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara Municipal de Tracunhaém

Casa Barão de Tracunhaém
Praça Costa Azevedo, 57

Aprovado
Em, 21 / 03 / 1990
Marcos Roque da Silva
PRESIDENTE

Emenda ao projeto de Lei Orgânica do Município

---

inclua-se onde couber:

ART. 255 -

§ 2º - O montante das despesas com o turismo não será inferior a 10% (dez por cento) das despesas globais do orçamento anual do Município.

Tracunhaém, em 21 de março de 1990

Claudionor Lopes de Oliveira - Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE TRACUNHAÉM

Proposta a Lei Orgânica Municipal

Nº /90

Art. 254 inc. I

Requeiro, na forma regimental, que sejam incluidos na Lei Orgânica do Município de Tracunhaém, asesgguintes proposições :

- O Poder Executivo Municipal, através da Secretaria competente organizará jogos estudantis com estudantes da rêde municipal de ensino, podendo participar educandários da rêde estadual, e instituições privadas, desde que obedientes ao / programa organizado pela municipalidade.

- Fica obrigado nas escolas municipais o ensino dos Hinos Nacional, de Pernambuco, e do Município, a fim de que em oportunidades que se fizerem necessárias, estudantes e professores entoem os mesmos.

Carpina, em 29 de janeiro de 1990

VEREADOR

(a) Glaudionor Lopes de Oliveira

JUSTIFICATIVA ORAL

EMENDA Nº /90 L.O.M.

Ao § Único do Art. 244 do Projeto de Lei Nº 01/90 dê-se a seguinte redação:

" fundamental, sendo obrigatório o ensino dos hinos Nacional, de Pernambuco e do município nas escolas da rede municipal "

ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara Municipal de Tracunhaém

Casa Barão de Tracunhaém
Praça Costa Azevedo, 57

EMENDA AO PROJETO DE LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Ao Parágrafo Único do Art. 244 do Projeto de Lei Orgânica Municipal, acrescente-se a seguinte redação:

"....fundamental, sendo obrigatório o ensino dos hinos Nacional, de Pernambuco, e do Município, nas escolas da rede municipal de ensino."

Tracunhaém, em de março de 1990

Glaudionor Lopes de Oliveira - Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE TRACUNHAÉM

Proposta a Lei Orgânica Municipal

Nº /90

Requeiro, na forma regimental, que sejam incluidos na Lei Orgânica do Município de Tracunhaém, asesgguintes proposições :

Art. 254 inc. I

- O Poder Executivo Municipal, através da Secretaria competente organizará jogos estudantis com estudantes da rêde municipal de ensino, podendo participar educandários da rêde estadual, e instituições privadas, desde que obedientes ao / programa organizado pela municipalidade.

- Fica obrigado nas escolas municipais o ensino dos Hinos Nacional, de Pernambuco, e do Município, a fim de que em oportunidades que se fizerem necessárias, estudantes e professores entoem os mesmos.

Carpina, em 29 de janeiro de 1990

VEREADOR

(a) Glaudionor Lopes de Oliveira

JUSTIFICATIVA ORAL

EMENDA Nº /90 L.O.M.

Ao § Único do Art. 244 do Projeto de Lei Nº 01/90 dê-se a seguinte redação:

" fundamental, sendo obrigatório o ensino dos hinos Nacional, de Pernambuco e do município nas escolas da rede municipal "

Ao artigo 26 do Projeto de Lei Nº 01/90, acrescente-se o Parágrafo Único, com a seguinte redação:

"Parágrafo Único - Compete ainda, privativamente à Mesa, regulamentar, por Resolução, os seguintes direitos assegurados nesta Lei Orgânica:

I - Concessão, em caso de falecimento de Vereador ou Vereadora, no exercício do mandato, ao conjuge sobrevivente, de uma pensão mensal vitalícia e intransferível equivalente a 80% (oitenta por cento) da remuneração mensal paga ao Vereador;

II - pagamento a ex-Vereador, que tenha exercido o mandato por 20 (vinte) anos ou mais, de forma ininterrupta ou alternada, de uma remuneração equivalente a 80% (oitenta) por cento da remuneração mensal percebida pelo Vereador em exercício, sendo a mesma intransferível, sob qualquer pretexto;

III - a remuneração de que trata o inciso anterior será suspensa, sempre que o ex-Vereador se investir em mandato eletivo, permanecendo a suspensão pelo período em que durar o mandato;

ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara Municipal de Tracunhaém

Casa Barão de Tracunhaém
Praça Costa Azevedo, 57

Aprovado
Em, 14/03/1990
M.A.
PRESIDENTE

Emenda ao Projeto de Lei Orgânica Municipal

O inciso I, do § 2º, do Art. 12, do Projeto de Lei Orgânica Municipal de Tracunhaém, passa a ter a seguinte redação:

"Inciso I - em cada período serão realizadas 09 (nove) reuniões ordinárias."

Tracunhaém, em 14 de março de 1990
Marcos Antonio Ferreira Santiago - Vereador

JUSTIFICATIVA

Entendemos que na própria Lei Orgânica Municipal deve ser definido o número de reuniões ordinárias de cada período ordinário, ficando para o Regimento Interno dizer a hora e os dias destas reuniões ordinárias.

Em sendo assim apresentamos esta emenda a consideração de meus nobres pares.

Tracunhaém, em 14 de março de 1990
Marcos Antonio Ferreira Santiago - Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE TRACUNHAÉM

Proposta a Lei Orgânica Municipal

Nº /90

Requeiro, na forma regimental, que seja incluida na Lei Orgânica, no Capítulo competente, determinação de que / todo servidor municipal, estatutário ou contratado, que completar ou vier a completar 05 (cinco) anos de efetivo serviço, consecutivos, na data da promulgação da Lei Orgânica, / será automaticamente efetivado.

Carpina, em 29 de janeiro de 1990

VEREADOR

(a) Glaudionor Lopes de Oliveira

JUSTIFICATIVA ORAL

EMENDA Nº /90 (LOM)

Ao Art. 88 do Projeto de Lei Nº 01/90, acrescente-se o § 4º, nos seguintes termos:

"§ 4º - Os servidores públicos do município, em exercício na data da promulgação desta Lei Orgânica, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no artigo 37 da Constituição Federal, serão considerados estáveis no serviço público, na forma estabelecida no Artigo 19 e seus parágrafos do Ato

ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara Municipal de Tracunhaém

Casa Barão de Tracunhaém
Praça Costa Azevedo, 57

EMENDA AO PROJETO DE LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

Ao Art. 88 do Projeto de Lei Orgânica acrescente-se o § 4º, nos seguintes termos:

" § 4º - Os servidores públicos do Município, em exercício na data da promulgação desta Lei Orgânica, há pelo menos / cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no Art. 37 da Constituição Federal, serão considerados estáveis no serviço público, na forma estabelecida no Art. 19 e seus parágrafos do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Federal.

Tracunhaém, em de março de 1990

Glaudionor Lopes de Oliveira - Vereador

CÂMARA MUNICIPAL DE TRACUNHAÉM

Proposta a Lei Orgânica Municipal

Nº /90

Requeiro, na forma regimental, que seja incluida na Lei Orgânica, no Capítulo competente, determinação de que / todo servidor municipal, estatutário ou contratado, que completar ou vier a completar 05 (cinco) anos de efetivo serviço, consecutivos, na data da promulgação da Lei Orgânica, / será automaticamente efetivado.

Carpina, em 29 de janeiro de 1990

VEREADOR

(a) Glaudionor Lopes de Oliveira

JUSTIFICATIVA ORAL

EMENDA Nº. /90 (LOM)

Ao Art. 88 do Projeto de Lei Nº 01/90, acrescente-se o § 4º, nos seguintes termos:

"§ 4º - Os servidores públicos do município, em exercício na data da promulgação desta Lei Orgânica, há pelo menos cinco anos continuados, e que não tenham sido admitidos na forma regulada no artigo 37 da Constituição Federal, serão considerados estáveis no serviço público, na forma estabelecida no Artigo 19 e seus parágrafos do Ato

ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara Municipal de Tracunhaém

Casa Barão de Tracunhaém
Praça Costa Azevedo, 57

Aprovado
Em, 20/03/1990 m.s.
Marco Roque da Silva
PRESIDENTE

Emenda ao Projeto de Lei Orgânica Municipal de Tracunhaém

Inclua-se onde couber:

Será concedida pensão vitalícia e intransferível ao conjuge do cidadão ou cidadã que falecer quando no exercício / do mandato de Vereador, e esta pensão representará 80% (oitenta por cento) da remuneração do Vereador.

Câmara Municipal de Tracunhaém, em 20 de março de 1990.

José Fernando Barbosa da Silva - Vereador

J U S T I F I C A T I V A

Entendemos que muitos vereadores sacrificam sua própria existência, com extensão para a sua família, porque empregam tudo em função do eleitor necessitado de receita médica, de ajuda de custo, de auxílio para reformar moradia, ou mesmo construir o seu próprio barraco.

Assim estamos protegendo o cônjuge que também se / juntou a esta dedicação e também se sacrificou.

José Fernando Barbosa da Silva - Vereador

Severino Rodrigues Lima
Marcos José de Oliveira
Marco Roque da Silva
José Ramos de Araújo
Cícero Mendes dos Santos

ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara Municipal de Tracunhaém

Casa Barão de Tracunhaém
Praça Costa Azevedo, 57

Aprovado
Em, 20/03/1990
Marco Roque di Silva
PRESIDENTE

Emenda ao Projeto de Lei Orgânica Municipal de Tracunhaém.

Inclua-se onde puder:

O cidadão ou cidadã que completar 20 (vinte) anos de mandato como Vereador, de forma initerrupta ou alternada, gozará / dos benefícios de uma gratificação mensal equivalente a 80% (oitenta por cento) do que perceber o Vereador, sendo intransferível sob qualquer pretexto.

Câmara Municipal de Tracunhaém, em 20 de março de 1990.

José Fernando Barbosa da Silva - Vereador

J U S T I F I C A T I V A

Estamos apresentando esta emenda tão somente com o intúito de compensar financeiramente o denodo, o esforço - e a dedicação que têm os homens quando portadores de um mandato de vereador para com a comunidade. Todos nós sabemos que alguns chegam a sacrificar família, patrimônio, e tranquilidade no sentido único de serem úteis ao seu povo, e muitas das vezes já com idade bastante alta ficam no esquecimento e nas dificuldades econômicas e sociais.

Severino Rodrigues Correia

José Fernando Barbosa da Silva - Vereador

Marco Roque di Silva

ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara Municipal de Tracunhaém

Casa Barão de Tracunhaém

Praça Costa Azevedo, 57

COMISSÃO ORGANIZANTE DA LEI ORGÂNICA

O Presidente da Mesa Diretora, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Art. 8º, item III, alínea a, do Regimento Interno da Comissão Organizante que elaborará e promulgará a Lei Orgânica do Município de Tracunhaém,

R E S O L V E :

Designar os membros abaixo para comporem a Comissão de Sistematização:

- Glaudionor Lopes de Oliveira
- Marcos Roque de Lima
- Marcos Antonio Ferreira Santiago
- Severino Rodrigues Correia

Tracunhaém, em 27 de dezembro de 1989

JOSÉ FERNANDO BARBOSA DA SILVA
Presidente

COMISSÃO ORGANIZANTE DA LEI ORGÂNICA

O Presidente da Mesa Diretora, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Art. 8º, item III, alínea a, do Regimento Interno da Comissão Organizante que elaborará e promulgará a Lei Orgânica do Município de Tracunhaém,

R E S O L V E :

Designar os membros abaixo para comporem a Comissão de Redação Final:

- Manuel Marcelino da Silva
- Cezário Mendes Alves
- José Raimundo de Freitas Tavares
- Izaque José Vicente

Tracunhaém, em 27 de dezembro de 1989

JOSÉ FERNANDO BARBOSA DA SILVA

Presidente

ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara Municipal de Tracunhaém

Casa Barão de Tracunhaém

Praça Costa Azevedo, 57

COMISSÃO ORGANIZANTE DA LEI ORGÂNICA

O Presidente da Mesa Diretora, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Art. 8º, item III, alínea a, do Regimento Interno da Comissão Organizante que elaborará e promulgará a Lei Orgânica do Município de Tracunhaém,

R E S O L V E :

Designar os membros abaixo para comporem a Comissão de Redação Final:

- Manuel Marcelino da Silva
- Cezário Mendes Alves
- José Raimundo de Freitas Tavares
- Izaque José Vicente

Tracunhaém, em 27 de dezembro de 1989

JOSÉ FERNANDO BARBOSA DA SILVA

Presidente

COMISSÃO ORGANIZANTE DA LEI ORGÂNICA

O Presidente da Mesa Diretora, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Art. 8º, item III, alínea a, do Regimento Interno da Comissão Organizante que elaborará e promulgará a Lei Orgânica do Município de Tracunhaém,

R E S O L V E :

Designar os membros abaixo para comporem a Comissão de Sistematização:

- Glaudionor Lopes de Oliveira
- Marcos Roque de Lima
- Marcos Antonio Ferreira Santiago
- Severino Rodrigues Correia

Tracunhaém, em 27 de dezembro de 1989

JOSÉ FERNANDO BARBOSA DA SILVA
Presidente

COMISSÃO ORGANIZANTE DA LEI ORGÂNICA

OFÍCIO Nº 08/89 Em 27 de dezembro de 1989

Do : Exmo. Sr.
Presidente da Mesa Diretora
Ao : Exmo. Sr.
Izaque José Vicente

Tenho a honra de comunicar que dentro das atribuições a mim conferidas pelo Art. 8º do Regimento Interno, designo V. Exa. para compor a Comissão de Redação Final.

Aproveito a oportunidade para apresentar os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

JOSÉ FERNANDO BARBOSA DA SILVA

Presidente

COMISSÃO ORGANIZANTE DA LEI ORGÂNICA

OFÍCIO Nº 07/89 Em 27 de dezembro de 1989

Do : Exmo. Sr.
Presidente da Mesa Diretora
Ao : Exmo. Sr.
José Raimundo de Freitas Tavares

Tenho a honra de comunicar que dentro das atribuições a mim conferidas pelo Art. 8º do Regimento Interno, designo V. Exa. para compor a Comissão de Redação Final.

Aproveito a oportunidade para apresentar os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

JOSÉ FERNANDO BARBOSA DA SILVA
Presidente

COMISSÃO ORGANIZANTE DA LEI ORGÂNICA

OFÍCIO Nº 06/89 Em 27 de dezembro de 1989

Do : Exmo. SR.
Presidente da Mesa Diretora
Ao : Exmo. Sr.
Cezário Mendes Alves

Tenho a honra de comunicar que dentro das atribuições a mim conferidas pelo Art. 8º do Regimento Interno, designo V. Exa. para compor a Comissão de Redação Final.

Aproveito a oportunidade para apresentar os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

JOSÉ FERNANDO BARBOSA DA SILVA
Presidente

COMISSÃO ORGANIZANTE DA LEI ORGÂNICA

OFÍCIO Nº 05/89 Em 27 de dezembro de 1989

Do : Exmo. Sr.
Presidente da Mesa Diretora
Ao : Exmo. Sr.
Manuel Marcelino da Silva

Tenho a honra de comunicar que dentro das atribuições a mim conferidas pelo Art. 8º do Regimento Interno, designou V. Exa. para compor a Comissão de Redação / Final.

Aproveito a oportunidade para apresentar os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

JOSÉ FERNANDO BARBOSA DA SILVA
Presidente

COMISSÃO ORGANIZANTE DA LEI ORGÂNICA

OFÍCIO Nº 04/89 Em 27 de dezembro de 1989

Do : Exmo. Sr.
Presidente da Mesa Diretora
Ao : Exmo. Sr.
Severino Rodrigues Correia

Tenho a honra de comunicar que dentro das atribuições a mim conferidas pelo Art. 8º do Regimento Interno, designo V. Exa. para compor a Comissão de Sistematização.

Aproveito a oportunidade para apresentar os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

JOSÉ FERNANDO BARBOSA DA SILVA
Presidente

COMISSÃO ORGANIZANTE DA LEI ORGÂNICA

OFÍCIO Nº 03/89 Em 27 de dezembro de 1989

Do : Exmo. Sr.
Presidente da Mesa Diretora

Ao : Exmo. Sr.
Marcos Antonio Ferreira Santiago

Tenho a honra de comunicar que dentro das atribuições a mim conferidas pelo Art. 8º do Regimento Interno, designo V. Exa. para compor a Comissão de Sistematização.

Aproveito a oportunidade para apresentar os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

JOSÉ FERNANDO BARBOSA DA SILVA
Presidente

COMISSÃO ORGANIZANTE DA LEI ORGÂNICA

OFÍCIO Nº 02/89 Em 27 de dezembro de 1989

Do : Exmo. Sr.
Presidente da Mesa Diretora
Ao : Exmo. Sr.
Marcos Roque de Lima

Tenho a honra de comunicar que dentro das atribuições a mim conferidas pelo Art. 8º do Regimento Interno, designo V. Exa. para compor a Comissão de Sistematização.

Aproveito a oportunidade para apresentar os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

JOSÉ FERNANDO BARBOSA DA SILVA
Presidente

COMISSÃO ORGANIZANTE DA LEI ORGÂNICA

OFÍCIO Nº 01/89 Em 27 de dezembro de 1989

Do : Exmo. Sr.
Presidente da Mesa Diretora
Ao : Exmo. Sr.
Glaudionor Lopes de Oliveira

Tenho a honra de comunicar que dentro das atribuições a mim conferidas pelo Art. 8º do Regimento Interno, designo V. Exa. para compor a Comissão de Sistematização.

Aproveito a oportunidade para apresentar os meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

JOSÉ FERNANDO BARBOSA DA SILVA
Presidente

ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara Municipal de Tracunhaém

Casa Barão de Tracunhaém

Praça Costa Azevedo, 57

R E S O L U Ç Ã O Nº 01/89

EMENTA: Dispõe sobre o Regimento Interno da Comissão Organizante do Município de Tracunhaém, e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA COMISSÃO ORGANIZANTE DO MUNICÍPIO DE TRACUNHAÉM, RESOLVE:

Artigo 1º - O Regimento Interno para funcionamento da Comissão Organizante que elaborará a Lei Orgânica Municipal de Tracunhaém, será o estabelecido no anexo único da presente Resolução.

Artigo 2º - A Mesa Diretora providenciará o necessário para que o estabelecido no Regimento Interno possa ser posto em prática.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Tracunhaém, em 13 de dezembro de 1989

JOSÉ FERNANDO BARBOSA DA SILVA
Presidente

MARCOS ANTONIO FERREIRA SANTIAGO
1º Secretário

MARCOS ROQUE DE LIMA
2º Secretário

ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara Municipal de Tracunhaém

Casa Barão de Tracunhaém

Praça Costa Azevedo, 57

RESOLUÇÃO Nº 01/89

EMENTA: Dispõe sobre o Regimento Interno da Comissão Organizante do Município de Tracunhaém, e dá outras providências.

A MESA DIRETORA DA COMISSÃO ORGANIZANTE DO MUNICÍPIO DE TRACUNHAÉM, RESOLVE:

Artigo 1º - O Regimento Interno para funcionamento da Comissão Organizante que elaborará a Lei Orgânica Municipal de Tracunhaém, será o estabelecido no anexo único da presente Resolução.

Artigo 2º - A Mesa Diretora providenciará o necessário para que o estabelecido no Regimento Interno possa ser posto em prática.

Artigo 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Tracunhaém, em 13 de dezembro de 1989

JOSÉ FERNANDO BARBOSA DA SILVA
Presidente

MARCOS ANTONIO FERREIRA SANTIAGO
1º Secretário

MARCOS ROQUE DE LIMA
2º Secretário

2ª DISCUSSÃO
Em 15 / 12 / 89
Presidente

1ª DISCUSSÃO
Em 11 / 12 / 89
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE TRACUNHAÉM - PERNAMBUCO

Aprovado
Em 15 / 12 / 89
PRESIDENTE

Aprova Regimento Interno da Comissão Organizante para elaboração da Lei Orgânica do Município de Tracunhaém - PE
Em, 11 / 12 / 89
PRESIDENTE

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º - A Lei Orgânica do Município de Tracunhaém, prevista nos Artigos 29 da Constituição da República Federativa do Brasil, Artigo 11º, Parágrafo Único, das Disposições Transitórias da nossa Carta Magna, com o disposto no artigo 76 da Constituição do Estado de Pernambuco, será votada, aprovada e promulgada de acordo com as normas constantes desta Resolução.

Parágrafo Único - Aplicar-se-á subsidiariamente, nos casos omissos ou lacunosos, a decisão da maioria simples da Comissão Organizante, sobre a dúvida suscitada.

Art. 2º - A Lei Orgânica do Município de Tracunhaém, atenderá aos princípios e preceitos estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil e na Constituição do Estado de Pernambuco.

CAPÍTULO II

Dos Órgãos

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 3º - A Comissão Organizante de Tracunhaém, na elaboração da Lei Orgânica do Município funcionará através do Plenário, da Mesa Diretora e das Comissões Específicas da Lei Orgânica.

Seção II

Do Plenário

Art. 4º - O Plenário, composto pelos Vereadores do Município de Tracunhaém, é o órgão incumbido de aprovar a Lei Orgânica Municipal.

§ 1º - É necessário a presença do número mínimo de um terço (1/3) dos Vereadores para a abertura das reuniões e prosseguimento dos trabalhos do Plenário. As deliberações serão tomadas por maioria de votos, presentes a maioria dos seus integrantes, salvo no que diz respeito ao texto da Lei

Orgânica, que será aprovada pelo voto favorável de 2/3 (dois terços) da Comissão Organizante.

§ 2º - Para possibilitar a realização de reunião extraordinária, a Mesa Diretora poderá desconvocar ou suspender qualquer outra reunião do Plenário ou da Comissão.

Art. 5º - As reuniões do Plenário serão:

I - Ordinárias, quando realizadas às segunda e quartas feiras, a partir das 19 (dezenove) horas.

II - Extraordinárias, quando convocadas para dias e horários diversos do fixado no inciso anterior.

III - Solene de Promulgação, especialmente convocada para promulgar a Lei Orgânica do Município de Tracunhaém.

§ 1º - As reuniões ordinárias e extraordinárias terão a duração de 2,30hs (duas horas e trinta minutos), prorrogáveis por mais até 01 (uma) hora, mediante requerimento à Mesa Diretora, aprovado pela / maioria simples dos Vereadores presentes.

§ 2º - A reunião extraordinária se dará por convocação requerida à Mesa Diretora por maioria simples / dos membros da Comissão Organizante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 3º - Todas as reuniões serão públicas e deverão ser / realizadas no recinto da Câmara Municipal, exceto quando comprovada impossibilidade de acesso / ao mesmo e ainda em relação a reunião solene de Promulgação da Lei Orgânica, que poderá ser realizada fora do recinto da Câmara Municipal.

SEÇÃO III

Da Mesa Diretora

Art. 6º - Os trabalhos de elaboração da Lei Orgânica serão dirigidos pela Mesa Diretora da Câmara Municipal, sendo vedada a participação do Presidente na composição das Comissões Específicas para elaboração da Lei Orgânica.

Art. 7º - Compete a Mesa Diretora:

a) Dirigir os trabalhos de elaboração da Lei Orgânica.

b) Requisitar, de ofício, ou a requerimento de qualquer Vereador, informações necessárias a elaboração da / Lei Orgânica Municipal.

c) Requisitar da Prefeitura Municipal de Tracunhaém, os recursos materiais e humanos que necessitar para o desempenho de suas atribuições enquanto durar os trabalhos de elaboração da Lei Orgânica, bem como requisitar, pelo mesmo prazo, até três servidores da administração direta ou indireta, para fins de apoio técnico na elaboração da Lei Orgânica Municipal.

d) Prover os servidores que atuem nos trabalhos de elaboração da Lei Orgânica, de condições materiais indispensáveis à execução de suas tarefas.

e) Instituir um serviço especial de informação pública e de registro das atividades de elaboração da Lei Orgânica Municipal.

Art. 8º - São atribuições do Presidente, além de outras expressas

ou decorrentes da natureza de suas funções:

I - Quanto as reuniões

a) Presidir os seus trabalhos

b) Decidir questões de ordem e reclamações

c) Resolver recursos contra decisão em questão de ordem por parte do Presidente de Comissão Específica

d) Submeter a discussão e votação a matéria a isso destinada, estabelecendo os pontos que devam ser decididos pelo voto nominal.

II - Quanto as proposições

a) Admitir proposições, deixando de aceitar as que sejam manifestamente inconstitucionais ou anti-regimentais.

b) Distribuir as proposições às Comissões Específicas considerando as respectivas competências

c) Despachar os requerimentos verbais ou escritos submetidos à sua apreciação

III - Quanto as Comissões Específicas

a) Nomear os membros das Comissões Específicas, observando o disposto nos artigos 9º e 13º, substituindo os mesmos, sempre que se fizer necessário.

b) Convocar reunião extraordinária da Comissão Específica para apreciar matéria sujeita ao seu exame, de ofício ou a requerimento de 1/3 (um terço) dos seus membros, ou ainda por deliberação do Plenário

IV - Quanto as publicações

a) Ordenar a publicação das matérias que devam ser divulgadas, utilizando para tal os meios de comunicação locais e estaduais.

b) Não permitir a publicação das matérias ou pronunciamentos que contenha ofensa a honra, a ética parlamentar ou incitamento à prática de delito.

§ 1º - O Presidente terá o direito a voto comum, e quando for o caso, a voto de desempate.

§ 2º - Para tomar parte de qualquer discussão, e nos casos de proposição de sua autoria, também na votação, o Presidente deixará a presidência passando-a ao substituto imediato, e não reassumirá enquanto estiver sendo debatida e votada a matéria.

§ 3º - As proposições julgadas prejudicadas pela Presidencia e os recursos de Presidente de Comissão Específica, serão submetidos ao Plenário em uma única discussão.

Art. 9º - Às Comissões Específicas, órgãos delegados e auxiliares do Plenário, compete opinar e deliberar sobre as matérias que lhes forem distribuidas.

§ 1º - Os membros das Comissões Específicas serão nomeados por ato da Mesa Diretora.

§ 2º - Nomeados os membros das Comissões Específicas, terão o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para escolherem, entre si, o Presidente e o Relator da respectiva Comissão.

§ 3º - O Vereador escolhido como Presidente ou Relator de uma Comissão fica automaticamente impedido de

ser escolhido para igual cargo em outra Comissão.

§ 4º - A ocorrência de vaga em Comissões não acarretará a suspensão dos trabalhos, salvo se afetar o "quorum" para deliberar.

§ 5º - A vaga em Comissão será preenchida de acordo com os mesmos critérios adotados para a sua formação.

Art. 10º - Funcionarão as seguintes Comissões Específicas da Lei Orgânica.

I - COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

II = COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

Art. 11º - A Comissão de Sistematização é composta de 04 (quatro) Vereadores.

Parágrafo Único - Compete a Comissão de Sistematização apreciar o anteprojeto da Lei Orgânica e as emendas apresentadas, pertinentes a Lei Orgânica / do Município, compatibilizando os textos aprovados e adequando-os aos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil e da Constituição / do Estado de Pernambuco, elaborando o projeto a / ser submetido ao Plenário, inclusive o seu preâmbulo e as Disposições Gerais e Transitórias.

Art. 12º - A Comissão de Sistematização terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a partir de sua constituição, para encaminhar o Projeto de Lei Orgânica à / Mesa Diretora, para discussão e votação do Plenário.

Art. 13º - A Comissão de Redação Final composta de 04 (quatro) Vereadores compete apreciar emenda à Redação Final ao Projeto aprovado em duas discussões e votações, pelo Plenário, que trate de eliminação de incorreção de linguagem, incoerência notória, contradição evidente ou absurdo manifesto, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento, quando deverá encaminhar à Mesa Diretora o texto final do / Projeto de Lei Orgânica.

SEÇÃO V

Dos Trabalhos

Art. 14º - As Comissões funcionarão em reuniões ordinárias e extraordinárias no recinto da Câmara Municipal, em horários por elas estabelecidos com prévia comunicação a Mesa Diretora.

Art. 15º - Durante os trabalhos das Comissões serão assegurados os seguintes prazos:

I - Ao membro da Comissão 15 (quinze) minutos improrrogáveis para discussão de cada matéria.

II - Aos Vereadores não integrantes da Comissão 05 (cinco) minutos improrrogáveis, concedidos uma só / vez sobre cada matéria.

Art. 16º - Encerrada a discussão, passar-se-á imediatamente à votação do parecer, que, se aprovado, em todos os seus termos, será tido como da Comissão, assinando

-o todos os membros presentes.

§ 1º - As deliberações serão tomadas pela maioria dos membros da Comissão, que votarão a favor ou contra o parecer do Relator, ou ainda com restri-/ ções. Nesta hipótese, deverá ser apresentada imediatamente e por escrito a proposta de alteração do parecer, para apreciação também imediata, como preliminar. Não formalizada a proposta de alteração, o voto será havido como favorável ao parecer.

§ 2º - Em caso de proposta de alteração do parecer, / deverá a mesma ser apreciada antes do parecer, a qual aprovada deverá fazer parte do parecer, caso contrário, será o parecer submetido a votação em sua forma original.

§ 3º - A Presidente da Comissão aplicase o disposto / no Artigo 8º - Parágrafo 1º e 2º.

§ 4º - Aprovada a matéria, será encaminhada à Mesa Diretora, para o seu procedimento regimental.

§ 5º - Das reuniões das Comissões, serão lavradas atas suscintas com o registro das matérias votadas e dos votos favoráveis, contrários ou com r restrições dadas às proposições.

CAPÍTULO III

Do Projeto de Lei Orgânica

SEÇÃO I

Do Anteprojeto

Art. 17º - O Projeto de [illegible] da Lei Orgânica Municipal será precedido de um anteprojeto consolidado, elaborado na forma desta Resolução, pela Comissão de Sistematização.

Parágrafo Único - Para agilizar os trabalhos a Mesa Diretora poderá adotar um texto básico, a ser submetido para apreciação da Comissão de Sistematização.

Art. 18º - O Relator, na Comissão de Sistematização, com ou / sem discussão preliminar, no prazo de 15 (quinze) / dias corridos, após a instalação dos trabalhos, apresentará relatório fundamentado com anteprojeto / da matéria submetida à sua apreciação.

§ 1º - O anteprojeto terá suas cópias distribuidas aos demais membros da Comissão de Sistematização, que poderão apresentar emendas, no prazo de 06 (seis) dias corridos, destinados a sua discussão.

§ 2º - Encerrada a discussão, o Relator terá o prazo de 03 (três) dias para emitir parecer sobre as emendas, sendo estas e o anteprojeto submetidos a votação única.

§ 3º - As emendas rejeitadas serão arquivadas, podendo, entretanto, serem reapresentadas na fase de discussão do Projeto.

SEÇÃO II

Do Projeto

Art. 19º - Concluido o anteprojeto, o Relator da Comissão de / Sistematização terá o prazo de 06 (seis dias corridos para apresentar relatório fundamentado, apresentando toda a matéria sistematizada a ser regulada na Lei Orgânica, inclusive Preâmbulo, Disposições / Gerais Transitórias e a exposição de motivos.

Art. 20º - Publicado o anteprojeto a que se refere o artigo anterior, será aberto um prazo de 06 (seis) dias úteis destinados à sua discussão e a apresentação de emendas.

§ 1º - Encerrada a discussão, o Relator terá o prazo de 03 (três) dias úteis para emitir parecer sobre as emendas, devendo concluí-lo com a apresentação de substitutivo, que uma vez publicado, será em / seguida submetido à discussão e votação na Comissão de Sistematização.

§ 2º - As deliberações da Comissão exigirão maioria de votos, cabendo ao Presidente, além do voto comum, quando for o caso, o voto de desempate.

§ 3º - O voto será pela rejeitção, pela aprovação ou / pela aprovação com restrições.

§ 4º - Cada membro da Comissão poderá, no momento da / votação, apresentar a justificativa escrita ou oral do seu voto.

Art. 21º - Encerrada a discussão e votação, o Relator terá o / prazo de 10 (dez) dias corridos para elaborar o seu relatório com o projeto consolidado, encaminhando o texto ao Presidente da Mesa Diretora.

Art. 22º - Recebido o Projeto consolidado da Lei Orgânica, o / Presidente da Mesa Diretora ordenará sua leitura e / publicação, para recebimento de emendas, no prazo de 06 (seis) dias, de autoria de:

I - Dos Vereadores

II - Dos membros do Poder Executivo, Legislativo e de / representantes do Poder Judiciário no Município.

III - Das entidades representativas dos diversos segmentos da sociedade

IV - Do conjunto de eleitores do município, na forma / prevista neste artigo.

§ 1º - A emenda subscrita pela maioria absoluta dos Vereadores terá, automaticamente, preferência sobre as demais.

§ 2º - Os membros do Poder Executivo competentes para apresentar emendas são o Prefeito, Vice-Prefeito e os Secretários Municipais, os do Poder Legislativo seus assessores e os do Poder Judiciário, o Juiz / de Direito da Comarca e ainda o Ministério Público e Escrivães.

§ 3º - As propostas de emendas populares, patrocinadas por entidades representativas da sociedade serão assinadas pelos dirigentes da mesma, e as apresentadas por grupo informal, serão subscritas por

no mínimo 5% (cinco por cento) dos eleitores cadastrados no município, seguidos de seus nomes completos, endereços e dados identificadores dos seus títulos eleitorais, respondendo criminal, civil e administrativamente pela veracidade das informações, os subscritores das propostas.

§ 4º - A proposta de emdnda popular deverá explicitar qual o representantes e respectivo suplente dos proponentes, autorizado a defendê-la perante a Comissão de Sistematização.

§ 5º - As propostas oriundas das entidades só serão acolhidas quando resultantes de aprovação em Assembleia Geral e devidamente acompanhada da Ata da mesma.

Art. 23º - Encerrado o prazo previsto no artigo anterior, o Relator da Comissão de Sistematização terá o prazo de 06 (seis) dias para apresentar à Mesa Diretora relatório sobre as propostas de emdnas apresentadas

§ 1º - Na apreciação das emendas, a decisão de não acolhimento tomada pela maioria absoluta, determinará o arquivamento, definitivo e irrecorrível da mesma.

§ 2º - A Comissão de Sistematização terá o prazo de 03 (três) dias para deliberar e encaminhar à Mesa Diretora o seu parecer com o texto final do Projeto.

Art. 24º - Publicado em 02 (dois) dias o Projeto de Lei Orgânica com o parecer da Comissão de Sistematização, o Presidente da Mesa Diretora colocará a matéria na Ordem do Dia, para discussão e votação do texto e das emendas, em regime de urgência.

SEÇÃO II

Dos Debates e Deliberações

Subseção I
Disposições Preliminares

Art. 25º - O Projeto será votado em dois turnos, com o interstício mínimo de 10 (dez) dias úteis, considerando-se aprovado quando obtiver, em ambos, o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.

Art. 26º - Não caberá adiamento da discussão ou da votação do Projeto, ou da parte dele incluída na Ordem do Dia, salvo mediante requerimento subscrito pela maioria absoluta dos membros da Camara Municipal.

Art. 27º - Admitir-se-á requerimento de destaque para votação em separado de título, seção, subseção, artigo, parágrafo, inciso, ítem, alínea, ou expressão, quando subscrito, por nomínimo a mioria simples dos membros da Câmara Municipal.

Subseção II
Da Discussão

no mínimo 5% (cinco por cento) dos eleitores cadastrados no município, seguidos de seus nomes completos, endereços e dados identificadores dos seus títulos eleitorais, respondendo criminal, civil e administrativamente pela veracidade das informações, os subscritores das propostas.

§ 4º - A proposta de emdnda popular deverá explicitar qual o representantes e respectivo suplente dos proponentes, autorizado a defendê-la perante a Comissão de Sistematização.

§ 5º - As propostas oriundas das entidades só serão acolhidas quando resultantes de aprovação em Assembleia Geral e devidamente acompanhada da Ata da mesma.

Art. 23º - Encerrado o prazo previsto no artigo anterior, o Relator da Comissão de Sistematização terá o prazo de 06 (seis) dias para apresentar à Mesa Diretora relatório sobre as propostas de emdnas apresentadas

§ 1º - Na apreciação das emendas, a decisão de não acolhimento tomada pela maioria absoluta, determinará o arquivamento, definitivo e irrecorrível da mesma.

§ 2º - A Comissão de Sistematização terá o prazo de 03 (três) dias para deliberar e encaminhar à Mesa Diretora o seu parecer com o texto final do Projeto.

Art. 24º - Publicado em 02 (dois) dias o Projeto de Lei Orgânica com o parecer da Comissão de Sistematização, o Presidente da Mesa Diretora colocará a matéria na Ordem do Dia, para discussão e votação do texto e das emendas, em regime de urgência.

SEÇÃO II

Dos Debates e Deliberações

Subseção I
Disposições Preliminares

Art. 25º - O Projeto será votado em dois turnos, com o interstício mínimo de 10 (dez) dias úteis, considerando-se aprovado quando obtiver, em ambos, o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.

Art. 26º - Não caberá adiamento da discussão ou da votação do Projeto, ou da parte dele incluída na Ordem do Dia, salvo mediante requerimento subscrito pela maioria absoluta dos membros da Camara Municipal.

Art. 27º - Admitir-se-á requerimento de destaque para votação em separado de título, seção, subseção, artigo, parágrafo, inciso, ítem, alínea, ou expressão, quando subscrito, por nomínimo a mioria simples dos membros da Câmara Municipal.

Subseção II

Da Discussão

Subseção II

Da Discussão

Art. 28º - A discussão far-se-á com estrita observância da matéria submetida a apreciação do Plenário.

§ 1º - Haverá lista de inscrição prévia para falar, aberta 30 (trinta) minutos antes do horário da sessão e assim permanecendo até o final da discussão.

§ 2º - Cada orddor disporá de 10 (dez) minutos improrrogáveis para discutir a matéria.

Art. 29º - Cada turno de votação e discussão não poderá ultrapassar, em nenhuma hipótese, o prazo máximo de 05 (cinco) dias.

Subseção III

Da Votação

Art. 30º - A votação far-se-á imediatamente após o encerramento da discussão.

§ 1º - Para que a votação seja iniciada deverão estar presentes no Plenário, no mínimo 06 (seis) vereadores.

§ 2º - A verificação de presença para deliberação será determinada pelo Presidente, de ofício, ou a requerimento de qualquer Vereador.

§ 3º - Constatada a falta de "quorum" para deliberar, o Presidente poderá suspender a reunião, pelo prazo de até 30 (trinta) minutos, para que se torne possível a complementação do "quorum".

§ 4º - Complementado o "quorum", o Presidente iniciará a votação, caso contrário, dará por encerrada a reunião.

§ 5º - Se o término da reunião ocorrer após iniciada a votação, será esta concluída independentemente de pedido de prorrogação. Tratando-se de proposição votada por partes, a votação a concluir será apenas a da parte já anunciada e dos incidentes a ela referentes.

Art. 31º - A votação das matérias observará o processo nominal.

Subseção IV

Do Segundo Turno

Art. 32º - Se houver sofrido alteração, em primeiro turno, o projeto será enviado à Comissão de Sistematização para oferecimento de nova redação do texto aprovado, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

§ 1º - Oferecida a redação pela Comissão, ou quando for o caso, pelo Relator será ela encaminhada à Mesa Diretora para publicação e recebimento de emendas no prazo de 03 (três) dias úteis.

§ 2º - Em segundo turno, só poderão ser apresentadas e

emendas supressivas e dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior.

§ 3º - A Comissão de Sistematização emitirá parecer, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sobre as emendas apresentadas remetendo o texto final à Mesa Diretora para publicação e inclusão na Ordem do Dia, para discussão e votação em segundo turno.

§ 4º - Aprovado o projeto, em segundo turno, será o mesmo enviado pela Mesa Diretora à Comissão de Redação Final, para no prazo de 03 (três) dias úteis apresentar a redação final do texto definitivo.

Subsecão V

Da Redação Final e da Promulgação

Art. 33º - Somente caberá emendas à redação final de autoria de Vereadores e para evitar incorreção de linguagem, incoerência notória, contradição evidente ou absurdo manifesto.

§ 1º - Apresentada emenda à redação final, a Comissão terá 03 (três) dias úteis para emitir parecer sobre a mesma.

§ 2º - Com o prarecer da Comissão, ou se esta não concluir, do Relator, será o projeto incluído na Ordem do Dia, para discussão e votação das emendas. Nesta fase, assegurar-se-á o prazo de 05 (cinco) minutos para cada Vereador discutir.

§ 3º - Concluida a votação das emendas, a Comissão de Redação Final, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, procederá a inclusão no Projeto das emendas que tiverem sido aprovadas, arquivando as rejeitadas e oferecendo, então, o texto definitivo a ser promulgado.

§ 4º - O texto definitivo será decidido em votação única, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

Art. 34º - Aprovado o texto definitivo da Lei Orgânica do Município, o Presidente da Câmara convocará reunião solene, dentro de 03 (três) dias seguintes, designando para a Ordem do Dia a sua promulgação e dela extraindo-se exemplares fiéis e autênticos, assinados pelos Vereadores no efetivo exercício do mandato.

Parágrafo Único - Os exemplares fiéis e autênticos, assinados pelos Vereadores no efetivo exercício do mandato, serão distribuidos da seguinte forma:

- 02 (dois) para o arquivo da Câmara Municipal; 01 (um) para cada Vereador no efetivo exercício do mandato; 01 (um) para o Prefeito do Município; 01 (um) para o Vice-Prefeito do Município; 01 (um) para o Juiz de Direito da Comarca; 01 (um) para o Promotor Público da Comarca; 01 (um) para a Assembléia Legislativa

do Estado de Pernambuco; e 01 (um) para o Governador do Estado de Pernambuco.

Art. 35º - Na reunião solene, o Presidente, declarando que se acham sobre a mesa os exemplares da Lei Orgânica aprovada, assinará com os demais Vereadores, conforme o artigo anterior.

Parágrafo Único - Os exemplares assim assinados serão os autógrafos da Lei Orgânica do Município de / Tracunhaém.

Art. 36º - Concluida a assinatura, levantando-se os presentes, o Presidente declarará promulgada a Lei Orgânica Municipal, para todos os efeitos de direito, procedendo o juramento de estilo.

CAPÍTULO IV

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 37º - Esta Resolução poderá ser modificada por emenda de iniciativa da Mesa Diretora ou subscrita por 1/3 (um terço) dos Vereadores.

§ 1º - Compete a Comissão de Sistematização dar parecer sobre as propostas de alteração de que trata este artigo.

§ 2º - A proposta tramitará em regime de urgência e / sofrerá única discussão e votação, sendo necessário o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos Vereadores para aprová-la.

Art. 38º - A Mesa Diretora regulamentará, dentro de 15 (quinze) dias, contados da publicação desta Resolução, a forma de remuneração daqueles que, a qualquer título, trabalharam na elaboração da Lei Orgânica do Município de Tracunhaém, desde a sessão de instalação ocorrida em 25 (vinte e cinco) de novembro de 1989 (mil novecentos e oitenta e nove).

Art. 39º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 40º - Revogam-se as disposições em contrário.

Tracunhaém, em 07 de dezembro de 1989

1ª DISCUSSÃO
Em 11 / 12 / 89
Presidente

2ª DISCUSSÃO
Em 13 / 12 / 89
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE TRACUNHAÉM - PERNAMBUCO

Aprovado
Em, 13 / 12 / 1989
PRESIDENTE

Regimento Interno da Comissão Organizante para elaboração da Lei Orgânica do Município de Tracunhaém - PE

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º - A Lei Orgânica do Município de Tracunhaém, prevista nos Artigos 29 da Constituição da República Federativa do Brasil, Artigo 11º, Parágrafo Único, das Disposições Transitórias da nossa Carta Magna, com o disposto no artigo 76 da Constituição do Estado de Pernambuco, será votada, aprovada e promulgada de acordo com as normas constantes desta Resolução.

Parágrafo Único - Aplicar-se-á subsidiariamente, nos casos omissos ou lacunosos, a decisão da maioria simples da Comissão Organizante, sobre a dúvida suscitada.

Art. 2º - A Lei Orgânica do Município de Tracunhaém, atenderá aos princípios e preceitos estabelecidos na Constituição da Republica Federativa do Brasil e na Constituição do Estado de Pernambuco.

CAPITULO II

Dos Órgãos

Seção I

Disposições Preliminares

Art. 3º - A Comissão Organizante de Tracunhaém, na elaboração da Lei Orgânica do Município funcionará através do Plenário, da Mesa Diretora e das Comissões Específicas da Lei Orgânica.

Seção II

Do Plenário

Art. 4º - O Plenário, composto pelos Vereadores do Município de Tracunhaém, é o órgão incumbido de aprovar a Lei Orgânica Municipal.

§ 1º - É necessário a presença do número mínimo de um terço (1/3) dos Vereadores para a abertura das reuniões e prosseguimento dos trabalhos do Plenário. As deliberações serão tomadas por maioria de votos, presentes a maioria dos seus integrantes, salvo no que diz respeito ao texto da Lei /

Orgânica, que será aprovada pelo voto favorável de 2/3 (dois terços) da Comissão Organizante.

§ 2º - Para possibilitar a realização de reunião extraordinária, a Mesa Diretora poderá desconvocar ou suspender qualquer outra reunião do Plenário ou da Comissão.

Art. 5º - As reuniões do Plenário serão:

I - Ordinárias, quando realizadas às segunda e quartas feiras, a partir das 19 (dezenove) horas.

II - Extraordinárias, quando convocadas para dias e horários diversos do fixado no inciso anterior.

III - Solene de Promulgação, especialmente convocada para promulgar a Lei Orgânica do Município de Tracunhaém.

§ 1º - As reuniões ordinárias e extraordinárias terão a duração de 2,30hs (duas horas e trinta minutos), prorrogáveis por mais até 01 (uma) hora, mediante requerimento à Mesa Diretora, aprovado pela / maioria simples dos Vereadores presentes.

§ 2º - A reunião extraordinária se dará por convocação requerida à Mesa Diretora por maioria simples / dos membros da Comissão Organizante, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 3º - Todas as reuniões serão públicas e deverão ser / realizadas no recinto da Câmara Municipal, exceto quando comprovada impossibilidade de acesso / ao mesmo e ainda em relação a reunião solene de Promulgação da Lei Orgânica, que poderá ser realizada fora do recinto da Câmara Municipal.

SEÇÃO III

Da Mesa Diretora

Art. 6º - Os trabalhos de elaboração da Lei Orgânica serão dirigidos pela Mesa Diretora da Câmara Municipal, sendo vedada a participação do Presidente na composição das Comissões Específicas para elaboração da Lei Orgânica.

Art. 7º - Compete a Mesa Diretora:

a) Dirigir os trabalhos de elaboração da Lei Orgânica.

b) Requisitar, de ofício, ou a requerimento de qualquer Vereador, informações necessárias a elaboração da / Lei Orgânica Municipal.

c) Requisitar da Prefeitura Municipal de Tracunhaém, os recursos materiais e humanos que necessitar para o desempenho de suas atribuições enquanto durar os trabalhos de elaboração da Lei Orgânica, bem como requisitar, pelo mesmo prazo, até três servidores da administração direta ou indireta, para fins de apoio técnico na elaboração da Lei Orgânica Municipal.

d) Prover os servidores que atuem nos trabalhos de elaboração da Lei Orgânica, de condições materiais indispensáveis à execução de suas tarefas.

e) Instituir um serviço especial de informação pública e de registro das atividades de elaboração da Lei Orgânica Municipal.

Art. 8º - São atribuições do Presidente, além de outras expressas

ou decorrentes da natureza de suas funções:

I - Quanto as reuniões
a) Presidir os seus trabalhos
b) Decidir questões de ordem e reclamações
c) Resolver recursos contra decisão em questão de ordem por parte do Presidente de Comissão Específica
d) Submeter a discussão e votação a matéria a isso / destinada, estabelecendo os pontos que devam ser / decididos pelo voto nominal.

II - Quanto as proposições
a) Admitir proposições, deixando de aceitar as que sejam manifestamente inconstitucionais ou anti-regimentais.
b) Distribuir as proposições às Comissões Específicas considerando as respectivas competências
c) Despachar os requerimentos verbais ou escritos submetidos à sua apreciação

III - Quanto as Comissões Específicas
a) Nomear os membros das Comissões Específicas, observando o disposto nos artigos 9º e 13º, substituindo os mesmos, sempre que se fizer necessário.
b) Convocar reunião extraordinária da Comissão Específica para apreciar matéria sujeita ao seu exame, / de ofício ou a requerimento de 1/3 (um terço) dos seus membros, ou ainda por deliberação do Plenário

IV - Quanto as publicações
a) Ordenar a publicação das matérias que devam ser divulgadas, utilizando para tal os meios de comunicação locais e estaduais.
b) Não permitir a publicação das matérias ou pronunciamentos que contenha ofensa a honra, a ética parlamentar ou incitamento à prática de delito.

§ 1º - O Presidente terá o direito a voto comum, e quando for o caso, a voto de desempate.

§ 2º - Para tomar parte de qualquer discussão, e nos casos de proposição de sua autoria, também na votação, o Presidente deixará a presidência passando-a ao substituto imediato, e não reassumirá enquanto estiver sendo debatida e votada a matéria.

§ 3º - As proposições julgadas prejudicadas pela Presidência e os recursos de Presidente de Comissão Específica, serão submetidos ao Plenário em uma única discussão.

Art. 9º - Às Comissões Específicas, órgãos delegados e auxiliares do Plenário, compete opinar e deliberar sobre as matérias que lhes forem distribuidas.

§ 1º - Os membros das Comissões Específicas serão nomeados por ato da Mesa Diretora.

§ 2º - Nomeados os membros das Comissões Específicas, / terão o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para / escolherem, entre si, o Presidente e o Relator da respectiva Comissão.

§ 3º - O Vereador escolhido como Presidente ou Relator de uma Comissão fica automaticamente impedido de /

ser escolhido para igual cargo em outra Comissão.

§ 4º - A ocorrência de vaga em Comissões não acarretará a suspensão dos trabalhos, salvo se afetar o "quorum" para deliberar.

§ 5º - A vaga em Comissão será preenchida de acordo com os mesmos critérios adotados para a sua formação.

Art. 10º - Funcionarão as seguintes Comissões Específicas da Lei Orgânica.

I - COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO

II = COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL

Art. 11º - A Comissão de Sistematização é composta de 04 (quatro) Vereadores.

Parágrafo Único - Compete a Comissão de Sistematização apreciar o anteprojeto da Lei Orgânica e as emendas apresentadas, pertinentes a Lei Orgânica / do Município, compatibilizando os textos aprovados e adequando-os aos dispositivos da Constituição da República Federativa do Brasil e da Constituição / do Estado de Pernambuco, elaborando o projeto a / ser submetido ao Plenário, inclusive o seu preâmbulo e as Disposições Gerais e Transitórias.

Art. 12º - A Comissão de Sistematização terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, a partir de sua constituição, para encaminhar o Projeto de Lei Orgânica à / Mesa Diretora, para discussão e votação do Plenário.

Art. 13º - A Comissão de Redação Final composta de 04 (quatro) Vereadores compete apreciar emenda à Redação Final ao Projeto aprovado em duas discussões e votações, pelo Plenário, que trate de eliminação de incorreção de linguagem, incoerência notória, contradição evidente ou absurdo manifesto, no prazo de 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento, quando deverá encaminhar à Mesa Diretora o texto final do / Projeto de Lei Orgânica.

SEÇÃO V

Dos Trabalhos

Art. 14º - As Comissões funcionarão em reuniões ordinárias e extraordinárias no recinto da Câmara Municipal, em horários por elas estabelecidos com prévia comunicação a Mesa Diretora.

Art. 15º - Durante os trabalhos das Comissões serão assegurados os seguintes prazos:

I - Ao membro da Comissão 15 (quinze) minutos improrrogáveis para discussão de cada matéria.

II - Aos Vereadores não integrantes da Comissão 05 (cinco) minutos improrrogáveis, concedidos uma só / vez sobre cada matéria.

Art. 16º - Encerrada a discussão, passar-se-á imediatamente à votação do parecer, que, se aprovado, em todos os seus termos, será tido como da Comissão, assinando

-o todos os membros presentes.

§ 1º - As deliberações serão tomadas pela maioria dos membros da Comissão, que votarão a favor ou contra o parecer do Relator, ou ainda com restri- / ções. Nesta hipótese, deverá ser apresentada imediatamente e por escrito a proposta de alteração do parecer, para apreciação também imediata, como preliminar. Não formalizada a proposta de alteração, o voto será havido como favorável ao parecer.

§ 2º - Em caso de proposta de alteração do parecer, / deverá a mesma ser apreciada antes do parecer, a qual aprovada deverá fazer parte do parecer, caso contrário, será o parecer submetido a votação em sua forma original.

§ 3º - A Presidente da Comissão aplicase o disposto / no Artigo 8º - Parágrafo 1º e 2º.

§ 4º - Aprovada a matéria, será encaminhada à Mesa Diretora, para o seu procedimento regimental.

§ 5º - Das reuniões das Comissões, serão lavradas atas suscintas com o registro das matérias votadas e dos votos favoráveis, contrários ou com r restrições dadas às proposições.

CAPÍTULO III

Do Projeto de Lei Orgânica

SEÇÃO I

Do Anteprojeto

Art. 17º - O Projeto de Lei [illegible] da Lei Orgânica Municipal será precedido de um anteprojeto consolidado, elaborado na forma desta Resolução, pela Comissão de Sistematização.

Parágrafo Único - Para agilizar os trabalhos a Mesa Diretora poderá adotar um texto básico, a ser submetido para apreciação da Comissão de Sistematização.

Art. 18º - O Relator, na Comissão de Sistematização, com ou / sem discussão preliminar, no prazo de 15 (quinze) / dias corridos, após a instalação dos trabalhos, apresentará relatório fundamentado com anteprojeto / da matéria submetida à sua apreciação.

§ 1º - O anteprojeto terá suas cópias distribuidas aos demais membros da Comissão de Sistematização, que poderão apresentar emendas, no prazo de 06 (seis) dias corridos, destinados a sua discussão.

§ 2º - Encerrada a discussão, o Relator terá o prazo de 03 (três) dias para emitir parecer sobre as emendas, sendo estas e o anteprojeto submetidos a votação única.

§ 3º - As emendas rejeitadas serão arquivadas, podendo, entretanto, serem reapresentadas na fase de discussão do Projeto.

SEÇÃO II

Do Projeto

Art. 19º - Concluido o anteprojeto, o Relator da Comissão de / Sistematização terá o prazo de 06 (seis dias corridos para apresentar relatório fundamentado, apresentando toda a matéria sistematizada a ser regulada na Lei Orgânica, inclusive Preâmbulo, Disposições / Gerais Transitórias e a exposição de motivos.

Art. 20º - Publicado o anteprojeto a que se refere o artigo anterior, será aberto um prazo de 06 (seis) dias úteis destinados à sua discussão e a apresentação de emendas.

§ 1º - Encerrada a discussão, o Relator terá o prazo de 03 (três) dias úteis para emitir parecer sobre as emendas, devendo concluí-lo com a apresentação de substitutivo, que uma vez publicado, será em / seguida submetido à discussão e votação na Comissão de Sistematização.

§ 2º - As deliberações da Comissão exigirão maioria de votos, cabendo ao Presidente, além do voto comum, quando for o caso, o voto de desempate.

§ 3º - O voto será pela rejeitção, pela aprovação ou / pela aprovação com restrições.

§ 4º - Cada membro da Comissão poderá, no momento da / votação, apresentar a justificativa escrita ou oral do seu voto.

Art. 21º - Encerrada a discussão e votação, o Relator terá o / prazo de 10 (dez) dias corridos para elaborar o seu relatório com o projeto consolidado, encaminhando o texto ao Presidente da Mesa Diretora.

Art. 22º - Recebido o Projeto consolidado da Lei Orgânica, o / Presidente da Mesa Diretora ordenará sua leitura e / publicação, para recebimento de emendas, no prazo de 06 (seis) dias, de autoria de:

I - Dos Vereadores

II - Dos membros do Poder Executivo, Legislativo e de / representantes do Poder Judiciário no Município.

III - Das entidades representativas dos diversos segmentos da sociedade

IV - Do conjunto de eleitores do município, na forma / prevista neste artigo.

§ 1º - A emenda subscrita pela maioria absoluta dos Vereadores terá, automaticamente, preferência sobre as demais.

§ 2º - Os membros do Poder Executivo competentes para apresentar emendas são o Prefeito, Vice-Prefeito e os Secretários Municipais, os do Poder Legislativo seus assessores e os do Poder Judiciário, o Juiz / de Direito da Comarca e ainda o Ministério Público e Escrivães.

§ 3º - As propostas de emendas populares, patrocinadas por entidades representativas da sociedade serão assinadas pelos dirigentes da mesma, e as apresentadas por grupo informal, serão subscritas por

Subseção II

Da Discussão

Art. 28º - A discussão far-se-á com estrita observância da matéria submetida a apreciação do Plenário.

§ 1º - Haverá lista de inscrição prévia para falar, aberta 30 (trinta) minutos antes do horário da sessão e assim permanecendo até o final da discussão.

§ 2º - Cada orddor disporá de 10 (dez) minutos improrrogáveis para discutir a matéria.

Art. 29º - Cada turno de votação e discussão não poderá ultrapassar, em nenhuma hipótese, o prazo máximo de 05 (cinco) dias.

Subseção III

Da Votação

Art. 30º - A votação far-se-á imediatamente após o encerramento da discussão.

§ 1º - Para que a votação seja iniciada deverão estar presentes no Plenário, no mínimo 06 (seis) vereadores.

§ 2º - A verificação de presença para deliberação será determinada pelo Presidente, de ofício, ou a requerimento de qualquer Vereador.

§ 3º - Constatada a falta de "quorum" para deliberar, o Presidente poderá suspender a reunião, pelo prazo de até 30 (trinta) minutos, para que se torne possível a complementação do "quorum".

§ 4º - Complementado o "quorum", o Presidente iniciará a votação, caso contrário, dará por encerrada a reunião.

§ 5º - Se o término da reunião ocorrer após iniciada a votação, será esta concluída independentemente de pedido de prorrogação. Tratando-se de proposição votada por partes, a votação a concluir será apenas a da parte já anunciada e dos incidentes a ela referentes.

Art. 31º - A votação das matérias observará o processo nominal.

Subseção IV

Do Segundo Turno

Art. 32º - Se houver sofrido alteração, em primeiro turno, o projeto será enviado à Comissão de Sistematização para oferecimento de nova redação do texto aprovado, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

§ 1º - Oferecida a redação pela Comissão, ou quando for o caso, pelo Relator será ela encaminhada à Mesa Diretora para publicação e recebimento de emendas no prazo de 03 (três) dias úteis.

§ 2º - Em segundo turno, só poderão ser apresentadas e

emendas supressivas e dentro do prazo estabelecido no parágrafo anterior.

§ 3º - A Comissão de Sistematização emitirá parecer, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sobre as emendas apresentadas remetendo o texto final à Mesa Diretora para publicação e inclusão na Ordem do Dia, para discussão e votação em segundo turno.

§ 4º - Aprovado o projeto, em segundo turno, será o mesmo enviado pela Mesa Diretora à Comissão de Redação Final, para no prazo de 03 (três) dias úteis apresentar a redação final do texto definitivo.

Subseção V

Da Redação Final e da Promulgação

Art. 33º - Somente caberá emendas à redação final de autoria de Vereadores e para evitar incorreção de linguagem, incoerência notória, contradição evidente ou absurdo manifesto.

§ 1º - Apresentada emenda à redação final, a Comissão terá 03 (três) dias úteis para emitir parecer sobre a mesma.

§ 2º - Com o prarecer da Comissão, ou se esta não concluir, do Relator, será o projeto incluído na Ordem do Dia, para discussão e votação das emendas. Nesta fase, assegurar-se-á o prazo de 05 (cinco) minutos para cada Vereador discutir.

§ 3º - Concluida a votação das emendas, a Comissão de Redação Final, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, procederá a inclusão no Projeto das emendas que tiverem sido aprovadas, arquivando as rejeitadas e oferecendo, então, o texto definitivo a ser promulgado.

§ 4º - O texto definitivo será decidido em votação única, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

Art. 34º - Aprovado o texto definitivo da Lei Orgânica do Município, o Presidente da Câmara convocará reunião solene, dentro de 03 (três) dias seguintes, designando para a Ordem do Dia a sua promulgação e dela extraindo-se exemplares fiéis e autênticos, assinados pelos Vereadores no efetivo exercício do mandato.

Parágrafo Único - Os exemplares fiéis e autênticos, assinados pelos Vereadores no efetivo exercício do mandato, serão distribuidos da seguinte forma:

- 02 (dois) para o arquivo da Câmara Municipal; 01 (um) para cada Vereador no efetivo exercício do mandato; 01 (um) para o Prefeito do Município; 01 (um) para o Vice-Prefeito do Município; 01 (um) para o Juiz de Direito da Comarca; 01 (um) para o Promotor Público da Comarca; 01 (um) para a Assembléia Legislativa

do Estado de Pernambuco; e 01 (um) para o Governador do Estado de Pernambuco.

Art. 35º - Na reunião solene, o Presidente, declarando que se acham sobre a mesa os exemplares da Lei Orgânica aprovada, assinará com os demais Vereadores, conforme o artigo anterior.

Parágrafo Único - Os exemplares assim assinados serão os autógrafos da Lei Orgânica do Município de / Tracunhaém.

Art. 36º - Concluida a assinatura, levantando-se os presentes, o Presidente declarará promulgada a Lei Orgânica Municipal, para todos os efeitos de direito, procedendo o juramento de estilo.

CAPÍTULO IV

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 37º - Esta Resolução poderá ser modificada por emenda de iniciativa da Mesa Diretora ou subscrita por 1/3 (um terço) dos Vereadores.

§ 1º - Compete a Comissão de Sistematização dar parecer sobre as propostas de alteração de que trata este artigo.

§ 2º - A proposta tramitará em regime de urgência e / sofrerá única discussão e votação, sendo necessário o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos Vereadores para aprová-la.

Art. 38º - A Mesa Diretora regulamentará, dentro de 15 (quinze) dias, contados da publicação desta Resolução, a forma de remuneração daqueles que, a qualquer título, trabalharam na elaboração da Lei Orgânica do Município de Tracunhaém, desde a sessão de instalação ocorrida em 25 (vinte e cinco) de novembro de 1989 (mil novecentos e oitenta e nove).

Art. 39º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 40º - Revogam-se as disposições em contrário.

Tracunhaém, em 07 de dezembro de 1989

Exmo. Sr. Presidente da Comissão Organizante para elaboração da Lei Orgânica do Município de Tracunhaém.

Nós abaixo assinados Vereadores membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tracunhaém, tendo em vista o estabelecido no Art. 38º, do Regimento Interno da Comissão Organizante, sugerimos a V. Exa. o seguinte:

- que seja pago aos Vereadores que participarem dos trabalhos, por cada reunião de Comissão Específica ou Plenária, o equivalente a divisão do subsídio do mês por oito que corresponde ao número de reuniões ordinárias do período legislativo.

Câmara Municipal de Tracunhaém, em 07 de dezembro de 1989

Marcos Antonio Ferreira Santiago-1º Secretário

Marcos Roque de Lima - 2º Secretário

Marcos Antonio F. Santiago

Marcos Roque de Lima

Exmo. Sr. Presidente da Comissão Organizante para elaboração da Lei Orgânica do Município de Tracunhaém.

Nós abaixo assinados Vereadores membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Tracunhaém, tendo em vista o estabelecido no Art. 38º, do Regimento Interno da Comissão Organizante, sugerimos a V. Exa. o seguinte:

- que seja pago aos Vereadores que participarem dos trabalhos, por cada reunião de Comissão Específica ou Plenária, o equivalente a divisão do subsídio do mês por oito que corresponde ao número de reuniões ordinárias do período legislativo.

Câmara Municipal de Tracunhaém, em 07 de dezembro de 1989

Marcos Antonio Ferreira Santiago-1º Secretário

Marcos Roque de Lima - 2º Secretário

ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara Municipal de Tracunhaém

Casa Barão de Tracunhaém

Praça Costa Azevedo, 57

Ata da reunião da Comissão designada pelo Presidente Vereador José Fernando Barbosa da Silva, para elaboração do Regimento Interno da Comissão Organizante do Município de Tracunhaém, para elaboração e promulgação da Lei Orgânica Municipal, realizada em 07 (sete) de / dezembro de 1989 (mil novecentos e oitenta e nove)

Às 20 (vinte) horas do dia 07 (sete) do mês de dezembro do ano de 1989 (mil novecentos e oitenta e nove), no prédio da Câmara Municipal de Tracunhaém, reuniu-se, mais uma vez, a Comissão encarregada da elaboração do anteprojeto do Regimento Interno da Comissão Organizante para elaboração da Lei Orgânica Municipal, composta dos Vereadores Marcos Antonio Ferreira Santiago, Marcos Roque de Lima, / Glaudionor Lopes de Oliveira, Izaque José Vicente, e Manuel Marcelino da Silva. Abertos os trabalhos é lida e aprovada a ata da reunião anterior, por unanimidade e sem emendas. Em seguida é aprovada, sem restrições, a redação final do anteprojeto do Regimento Interno, por unanimidade de votos. No final dos trabalhos o Vereador Izaque Vicente referindo-se ao problema surgido na reunião anterior com a retificação do Vereador Marcos Roque sobre a ata da reunião do dia 01 (hum) do corrente mês, diz que entendendo ser a posição do Vereador um ato isolado, que posteriormente foi aprovado pela maioria da Comissão, ele respeitando a decisão da maioria, / concorda em participar e assinar todos os documentos decorrentes destes trabalhos. Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente suspende os trabalhos para lavratura da presente ata. Reabertos os trabalhos é lida a presente ata, e aprovada por todos os Vereadores presentes. Eu, Bartolomeu de Lira Falcão, servidor da Câmara Municipal, lavrei a presente ata que assino com quem de direito.xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Marco Roque de Lima

ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara Municipal de Tracunhaém

Casa Barão de Tracunhaém

Praça Costa Azevedo, 57

Ata da reunião da Comissão designada pelo Presidente Vereador José Fernando Barbosa da Silva, para elaboração do Regimento Interno da Comissão Organizante do Município de Tracunhaém, para elaboração e promulgação da Lei Orgânica Municipal, realizada em 07 (sete) de / dezembro de 1989 (mil novecentos e oitenta e nove)

Às 20 (vinte) horas do dia 07 (sete) do mês de dezembro do ano de 1989 (mil novecentos e oitenta e nove), no prédio da Câmara Municipal de Tracunhaém, reuniu-se, mais uma vez, a Comissão encarregada da elaboração do anteprojeto do Regimento Interno da Comissão Organizante para elaboração da Lei Orgânica Municipal, composta dos Vereadores Marcos Antonio Ferreira Santiago, Marcos Roque de Lima, / Glaudionor Lopes de Oliveira, Izaque José Vicente, e Manuel Marcelino da Silva. Abertos os trabalhos é lida e aprovada a ata da reunião anterior, por unanimidade e sem emendas. Em seguida é aprovada, sem restrições, a redação final do anteprojeto do Regimento Interno, por unanimidade de votos. No final dos trabalhos o Vereador Izaque Vicente referindo-se ao problema surgido na reunião anterior com a retificação do Vereador Marcos Roque sobre a ata da reunião do dia 01 (hum) do corrente mês, diz que entendendo ser a posição do Vereador um ato isolado, que posteriormente foi aprovado pela maioria da Comissão, ele respeitando a decisão da maioria, / concorda em participar e assinar todos os documentos decorrentes destes trabalhos. Não havendo mais nada a tratar, o senhor Presidente suspende os trabalhos para lavratura da presente ata. Reabertos os trabalhos é lida a presente ata, e aprovada por todos os Vereadores presentes. Eu, Bartolomeu de Lira Falcão, servidor da Câmara Municipal, lavrei a presente ata que assino com quem de direito.xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara Municipal de Tracunhaém

Casa Barão de Tracunhaém

Praça Costa Azevedo, 57

Ata da reunião da Comissão designada pelo Presidente Vereador José Fernando Barbosa da Silva, para elaboração do Regimento Interno da Comissão Organizante do Município de Tracunhaém, para elaboração e promulgação da Lei Orgânica Municipal, realizada em 04 (quatro) de dezembro de 1989 (mil novecentos e oitenta e nove).

Às 20 (vinte) horas, do dia 04 (quatro) do mês de dezembro do ano de 1989 (mil novecentos e oitenta e nove), na sala "Barão de Tracunhaém", do prédio da Câmara Municipal de Tracunhaém, sita a praça Costa Azevedo, número 57, na cidade de Tracunhaém, estiveram reunidos os Vereadores Izaque José Vicente, Glaudionor Lopes de Oliveira, Marcos Roque de Lima, Marcos Antonio Ferreira Santiago, e Manuel Marcelino da Silva, para dar continuidade aos trabalhos de discussão e aprovação do Regimento Interno da Comissão Organizante do Município, que elaborará e promulgará a a Lei Orgânica Municipal. Dando por aberta a reunião, o Vereador Marcos Antonio Ferreira Santiago, Presidente da Comissão, determina a leitura da ata da reunião anterior. Lida a ata o Vereador Marcos Roque faz uma retificação dizendo que não votara favorável a eleição de uma Mesa Dirigente para dirigir os trabalhos da Comissão Organizante, tendo optado para que os trabalhos constituintes sejam dirigidos pela Mesa Diretora da Câmara Municipal. O Vereador Izaque Vicente protesta quanto a retificação apresentada, pois que alto e bom som o Vereador / Marcos Roque votara conforme consta da ata, ou seja, pela eleição de uma Mesa Dirigente especialmente eleita para os serviços da Constituinte Municipal. Colocada. Colocada em votação a retificação apresentada pelo Vereador Marcos Roque, é obtido o seguinte resultado: Favoráveis a retificação - Marcos Roque e Glaudionor Oliveira. Contrários a retificação - Izaque Vicente e Manuel Marcelino. Votando pelo desempate, o Vereador Marcos Antonio vota de modo favorável a retificação do Vereador Marcos Roque. Também apresenta uma retificação do Vereador Glaudionor Oliveira. De que as reuniões ordinárias da Comissão Organizante acontecerão a partir das 19 (dezenove) horas e não as 20 (vinte) horas conforme a ata. Retificação aprovada por unanimidade de votos. É em seguida aprovada a ata com as retificações apresentadas. Em seguida o Vereador Izaque Vicente declara que irá dar entrada na Justiça de um processo para destituição da Comissão que estuda e vota o Regimento Interno pois que a mesma foi designada para funcionar com apenas 04 (quatro) vereadores, os senhores Marcos Roque de Lima, Glaudionor Lopes de Oliveira, Manuel Marcelino, e ele próprio Izaque José Vicente. Que aceitara a inclusão, de última hora, do Vereador Marcos Antonio Ferreira Santiago, por uma questão de bom senso, de mais uma colaboração, mas que em face da apresentação e aprovação da retificação do Vereador Marcos Roque a ata da reunião anterior, que foi simplesmente uma armação, ou seja, uma combinação para se torcer a realidade dos fatos, pois que a ata estava elaborada corretamente, re -

- continuação -

gistrando com fidelidade os fatos acontecidos. Logo em seguida o Vereador Izaque Vicente pede para se retirar da reunião, e o faz de modo imediato. Continuando os trabalhos, prossegue a discus - são e votação do Regimento Interno, a partir do art. 23º (vigésimo terceiro). O artigo 31º tem apenas a seguinte redação: "A Votação das matérias observará o processo nominal". Depois de discutido o último artigo, decidem os presentes que uma outra reu - nião será realizada para aprovação da redação final do regimento interno. O senhor Presidente dá por encerrada a reunião. Eu, Bartolomeu de Lira Falcão, servidor da Câmara Municipal, lavrei a presente ata que assino com quem de direito.xxxxxxxxxxxxxxxxxx

ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara Municipal de Tracunhaém

Casa Barão de Tracunhaém

Praça Costa Azevedo, 57

Ata da reunião da Comissão designada pelo Presidente Vereador José Fernando Barbosa da Silva, para elaboração Regimento Interno da Comissão Organizante do Município de Tracunhaém, para elaboração e promulgação da Lei Orgânica Municipal, realizada em 01 (hum) de dezembro de 1989 (mil novecentos e oitenta e nove).

Às 20 (vinte) horas, do dia 01 (hum) de dezembro de 1989 (mil novecentos e oitenta e nove), na sala "Barão de Tracunhaém", do prédio da Câmara Municipal de Tracunhaém, na praça Costa Azevedo, nº 57 , na cidade de Tracunhaém, estiveram reunidos os Vereadores Izaque José Vicente, Glaudionor Lopes de Oliveira, Marcos Roque de Lima , Marcos Antonio Ferreira Santiago, e Manuel Marcelino da Silva. Iniciados os trabalhos os Vereadores presentes procedem a escolha do Presidente da Comissão, em votação nominal, que apresentou o seguinte resultado: Izaque José Vicente 02 (dois) votos; e Marcos Antonio Ferreira Santiago 03 (três) votos, sendo este último imediatamente empossado como Presidente da Comissão. Em continuação é procedida a discussão do anteprojeto do Regimento Interno para elaboração da Lei Orgânica Municipal, que foi redigido pelos assessores Dijalma de Melo Câmara e Bartolomeu de Lira Falcão, artigo por artigo. Por sugestão do Vereador Glaudionor Oliveira, aprovada por unanimidade, as reuniões plenárias da Comissão Organizante ocorrerão às segunda e quartas-feiras, às 20 (vinte) horas, nas salas de reuniões da Câmara Municipal (Art. 5º, item I), ficando assim a redação: "I-Ordinárias, quando realizadas às segundas e quartas-feiras, a partir das 20 (vinte) horas."Quando da discussão e votação do Art. 6º, surgem duas propostas: a primeira do Vereador Glaudionor Oliveira, determinando ser vedada a participação apenas do Presidente da Mesa Diretora na composição das Comissões Específicas ; a segunda do Vereador Izaque Vicente dizendo que os trabalhos da elaboração da Lei Orgânica devem ser dirigidos por uma Mesa Dirigente, independente da Mesa Diretora da Câmara Municipal, e eleita pela Maioria dos componentes da Comissão Organizante. A proposta do Vereador Glaudionor Oliveira é aprovada por unanimidade de votos. Aproposta do Vereador Izaque Vicente é aprovada da seguinte forma: Favoráveis - Izaque Vicente, Manuel Marcelino, e Marcos Roque. Contrários - Glaudionor Oliveira e Marcos Antonio. No momento em que é colocado em discussão o Art. 8º, de modo unânime, os vereadores decidem incluir, no final da redação do item I - alínea d, a seguinte palavra: "nominal". Também, por unanimidade de votos, os Vereadores determinam que o § 1º, do Art. 9º, terá a seguinte redação: "Os Membros das Comissões Específicas serão nomeados por Ato da Mesa Diretora". Em seguinda os Vereadores, por totalidade de votos, suprimem do Anteprojeto o parágrafo 3º, do Art. 9º. Continuando a reunião os Vereadores oferecem, de modo unânime, a seguinte redação para o Art. 11º - "A Comissão de Sistematização é composta

ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara Municipal de Tracunhaém

Casa Barão de Tracunhaém

Praça Costa Azevedo, 57

- continuação -

de 04 (quatro) Vereadores. Parágrafo Único - Compete a Comissão de Sistematização apreciar o anteprojeto da Lei Orgânica e as emendas apresentadas, pertinentes a Lei Orgânica do Município. ". Resolvem também os Vereadores, por unanimidade de votos que o prazo estipulado no Art. 12º será de 30 (trinta) dias, e que a Comissão de Redação Final será composta por 04 (quatro) Vereadores (Art. 13º). A redação do § 3º, do item IV, do Art. 22º, por sugestão do Vereador Glaudionor Oliveira, terá a seguinte forma: " As propostas de emendas populares, patrocinadas por entidades representativas da sociedade serão assinadas pelos dirigentes da mesma, e as apresentadas por grupo informal, serão subscritas por no mínimo 5% (cinco por cento) dos eleitores cadastrados no município, seguidos de seus nomes completos, endereços e dados identificadores dos seus títulos eleitorais, respondendo criminal, civil e administrativamente pela veracidade das informações, os subscritores das propostas.". Esta redação recebeu a aprovação dos vereadores presentes. Dado o adeantado da hora é encerrada a reunião, sendo marcada a próxima segunda-feira, às 19 (dezenove) horas, para continuação do estudo e aprovação do Regimento Interno. Eu, Bartolomeu de Lira Falcão, servidor da Câmara Municipal, lavrei a presente anta que assino com / os membros da Comissão. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara Municipal de Tracunhaém

Casa Barão de Tracunhaém

Praça Costa Azevedo, 57

- continuação -

gistrando com fidelidade os fatos acontecidos. Logo em seguida o Vereador Izaque Vicente pede para se retirar da reunião, e o faz de modo imediato. Continuando os trabalhos, prossegue a discussão e votação do Regimento Interno, a partir do art. 23º (vigésimo terceiro). O artigo 31º tem apenas a seguinte redação: "A Votação das matérias obsefvará o processo nominal". Depois de discutido o último artigo, decidem os presentes que uma outra reunião será realizada para aprovação da redação final do regimento interno. O senhor Presidente dá por encerrada a reunião. Eu, Bartolomeu de Lira Falcão, servidor da Câmara Municipal, lavrei a presente ata que assino com quem de direito.xxxxxxxxxxxxxxxxxx

ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara Municipal de Tracunhaém

Casa Barão de Tracunhaém

Praça Costa Azevedo, 57

Ata da reunião da Comissão designada pelo Presidente Vereador José Fernando Barbosa da Silva, para elaboração do Regimento Interno da Comissão Organizante do Município de Tracunhaém, para elaboração e promulgação da Lei Orgânica Municipal, realizada em 04 (quatro) de dezembro de 1989 (mil novecentos e oitenta e nove).

Às 20 (vinte) horas, do dia 04 (quatro) do mês de dezembro do ano de 1989 (mil novecentos e oitenta e nove), na sala "Barão de Tracunhaém", do prédio da Câmara Municipal de Tracunhaém, sita a praça Costa Azevedo, número 57, na cidade de Tracunhaém, estiveram reunidos os Vereadores Izaque José Vicente, Glaudionor Lopes de Oliveira, Marcos Roque de Lima, Marcos Antonio Ferreira Santiago, e Manuel Marcelino da Silva, para dar continuidade aos trabalhos de discussão e aprovação do Regimento Interno da Comissão Organizante do Município, que elaborará e promulgará a a Lei Orgânica Municipal. Dando por aberta a reunião, o Vereador Marcos Antonio Ferreira Santiago, Presidente da Comissão, determina a leitura da ata da reunião anterior. Lida a ata o Vereador Marcos Roque faz uma retificação dizendo que não votara favorável a eleição de uma Mesa Dirigente para dirigir os trabalhos da Comissão Organizante, tendo optado para que os trabalhos constituintes sejam dirigidos pela Mesa Diretora da Câmara Municipal. O Vereador Izaque Vicente protesta quanto a retificação apresentada, pois que alto e bom som o Vereador / Marcos Roque votara conforme consta da ata, ou seja, pela eleição de uma Mesa Dirigente especialmente eleita para os serviços da Constituinte Municipal. Colocada. Colocada em votação a retificação apresentada pelo Vereador Marcos Roque, é obtido o seguinte resultado: Favoráveis a retificação - Marcos Roque e Glaudionor Oliveira. Contrários a retificação - Izaque Vicente e Manuel Marcelino. Votando pelo desempate, o Vereador Marcos Antonio vota de modo favorável a retificação do Vereador Marcos Roque. Também apresenta uma retificação do Vereador Glaudionor Oliveira. De que as reuniões ordinárias da Comissão Organizante acontecerão a partir das 19 (dezenove) horas e não as 20 (vinte) horas conforme a ata. Retificação aprovada por unanimidade de votos. É em seguida aprovada a ata com as retificações apresentadas. Em seguida o Vereador Izaque Vicente declara que irá dar entrada na Justiça de um processo para destituição da Comissão que estuda e vota o Regimento Interno pois que a mesma foi designada para funcionar com apenas 04 (quatro) vereadores, os senhores Marcos Roque de Lima, Glaudionor Lopes de Oliveira, Manuel Marcelino, e ele próprio Izaque José Vicente. Que aceitara a inclusão, de última hora, do Vereador Marcos Antonio Ferreira Santiago, por uma questão de bom senso, de mais uma colaboração, mas que em face da apresentação e aprovação da retificação do Vereador Marcos Roque a ata da reunião anterior, que foi simplesmente uma armação, ou seja, uma combinação para se torcer a realidade dos fatos, pois que a ata estava elaborada corretamente, re -

ESTADO DE PERNAMBUCO

Câmara Municipal de Tracunhaém

Casa Barão de Tracunhaém

Praça Costa Azevedo, 57

Ata da reunião da Comissão designada pelo Presidente Vereador José Fernando Barbosa da Silva, para elaboração Regimento Interno da Comissão Organizante do Município de Tracunhaém, para elaboração e promulgação da Lei Orgânica Municipal, realizada em 01 (hum) de dezembro de 1989 (mil novecentos e oitenta e nove).

Às 20 (vinte) horas, do dia 01 (hum) de dezembro de 1989 (mil novecentos e oitenta e nove), na sala "Barão de Tracunhaém", do prédio da Câmara Municipal de Tracunhaém, na praça Costa Azevedo, nº 57 , na cidade de Tracunhaém, estiveram reunidos os Vereadores Izaque José Vicente, Glaudionor Lopes de Oliveira, Marcos Roque de Lima , Marcos Antonio Ferreira Santiago, e Manuel Marcelino da Silva. Iniciados os trabalhos os Vereadores presentes procedem a escolha do Presidente da Comissão, em votação nominal, que apresentou o seguinte resultado: Izaque José Vicente 02 (dois) votos; e Marcos Antonio Ferreira Santiago 03 (três) votos, sendo este último imediatamente empossado como Presidente da Comissão. Em continuação é procedida a discussão do anteprojeto do Regimento Interno para elaboração da Lei Orgânica Municipal, que foi redigido pelos assessores Dijalma de Melo Câmara e Bartolomeu de Lira Falcão, artigo por artigo. Por sugestão do Vereador Glaudionor Oliveira, aprovada por unanimidade, as reuniões plenárias da Comissão Organizante ocorrerão às segunda e quartas-feiras, às 20 (vinte) horas, nas salas de reuniões da Câmara Municipal (Art. 5º, item I), ficando assim a redação: "I-Ordinárias, quando realizadas às segundas e quartas-feiras, a partir das 20 (vinte) horas."Quando da discussão e votação do Art. 6º, surgem duas propostas: a primeira do Vereador Glaudionor Oliveira, determinando ser vedada a participação apenas do Presidente da Mesa Diretora na composição das Comissões Específicas ; a segunda do Vereador Izaque Vicente dizendo que os trabalhos da elaboração da Lei Orgânica devem ser dirigidos por uma Mesa Dirigente, independente da Mesa Diretora da Câmara Municipal, e eleita pela Maioria dos componentes da Comissão Organizante. A proposta do Vereador Glaudionor Oliveira é aprovada por unanimidade de votos. Aproposta do Vereador Izaque Vicente é aprovada da seguinte forma: Favoráveis - Izaque Vicente, Manuel Marcelino, e Marcos Roque. Contrários - Glaudionor Oliveira e Marcos Antonio. No momento em que é colocado em discussão o Art. 8º, de modo unânime, os vereadores decidem incluir, no final da redação do item I - alínea d, a seguinte palavra: "nominal". Também, por unanimidade de votos, os Vereadores determinam que o § 1º, do Art. 9º, terá a seguinte redação: "Os Membros das Comissões Específicas serão nomeados por Ato da Mesa Diretora". Em seguinda os Vereadores, por totalidade de votos, suprimem do Anteprojeto o parágrafo 3º, do Art. 9º. Continuando a reunião os Vereadores oferecem, de modo unânime, a seguinte redação para o Art. 11º - "A Comissão de Sistematização é composta

250,00

250,00

Ao Artigo 12 do Projeto de Lei Nº 01/90 acrescente-se o § 4º, nos seguintes termos:

"§ 4º - As reuniões extra-ordinárias serão remuneradas na mesma base da remuneração atribuída à reunião ordinária, entendendo-se como tal o quociente da divisão do subsídio mensal pelo número de reuniões ordinárias do período;"